

ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM POLÍTICA SOCIAL
MESTRADO EM POLÍTICA SOCIAL

Fernando Luiz Silva Chagas

PROGRAMA CULTURA VIVA

**Potencializando atividades locais a partir dos Pontos de Cultura – A experiência da
Associação Cultural Tribal.**



**NITEROI, RJ
Ano 2014**

**ESS – ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL
SSN – DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL NITERÓI
PROGRAMA DE ESTUDOS POS-GRADUADOS**

EXAME DE DISSERTAÇÃO

PROGRAMA CULTURA VIVA
Potencializando atividades locais a partir dos Pontos de Cultura – A experiência da
Associação Cultural Tribal

FERNANDO LUIZ SILVA CHAGAS

Niterói / 2014

MEC – UFF – CES
ESS – ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL
SSN – DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL NITERÓI
PROGRAMA DE ESTUDOS POS-GRADUADOS MESTRADO E DOUTORADO EM
POLÍTICA SOCIAL

PROGRAMA CULTURA VIVA
Potencializando atividades locais a partir dos Pontos de Cultura – A experiência da
Associação Cultural Tribal

FERNANDO LUIZ SILVA CHAGAS

Trabalho apresentado ao Programa de
Estudos Pós Graduated em Política Social
da Universidade Federal Fluminense
como requisito para obtenção do grau de
mestre.

Orientador: Prof. Dr. Adilson Vaz Cabral Filho

Niterói / 2014

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do Gragoatá

- C433 Chagas, Fernando Luiz Silva.
Programa Cultura Viva: potencializando atividades locais a partir dos Pontos de Cultura – a experiência da Associação Cultural Tribal / Fernando Luiz Silva Chagas. – 2014.
132 f.
Orientador: Adilson Vaz Cabral Filho.
Dissertação (Mestrado em Política Social) – Universidade Federal Fluminense, Escola de Serviço Social, 2014.
Bibliografia: f. 127-132.
1. Programa cultural. 2. Política cultural. 3. Cultura. I. Cabral Filho, Adilson Vaz. II. Universidade Federal Fluminense. Escola de Serviço Social. III. Título.

CDD 306

PROGRAMA CULTURA VIVA
Potencializando atividades locais a partir dos Pontos de Cultura – A experiência da
Associação Cultural Tribal

Exame de dissertação no Programa de Estudos Pós Graduated em Política Social da
Universidade Federal Fluminense para a obtenção do grau de Mestre em Política Social

Banca examinadora:

Professor Dr. Adilson Vaz Cabral filho
Presidente da Banca

Professora Dr.^a Carla Silvana Daniel Sartor (UNIRIO)
1º examinador

Professora Dr.^a Luci Faria Pinheiro (UFF)
2º examinador

Niterói 2014

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todos os Pontos de Cultura espalhados pelo Brasil, a todos aqueles ainda não reconhecidos, mas que se fazem pontos pelo esforço cotidiano de acreditar na cultura, na diversidade e na arte como elementos essenciais na construção de uma sociedade mais justa, mais solidária e mais humana.

AGRADECIMENTOS

Não criamos nada sozinhos, o homem é o que é por fruto da vida em coletividade, refletida na sua singularidade, assim, agradeço pelo que sou e pelo que faço a esses:

Aos amigos da Associação Cultural Tributo à Arte e à Liberdade – Tribal, agradeço pelas brisas e pelas tempestades; a todos os companheiros de luta dos Pontos de Cultura do Estado do Rio de Janeiro, em especial àqueles, que conheci e afeiçoei-me durante esse tempo: Claudio Paolino, Marjorie Botelho, Davy Alexandrisky, Geo Britto, Rose Cintra, Iara Rocha, Maria Souto, Renata Mansour e Antônio Firmino; ao Célio Turino pela ousadia em “desesconder” o Brasil de baixo; à Carla Sator por acompanhar a trajetória desde trabalho desde seu início; à Barbara Szaniecki por responder com muito carinho às minhas solicitações; à Sarah Nader pelos conselhos, às professoras Mônica Senna, Luciene Burlandy, Nivia Valença Barros e Luci Faria Pinheiro, aos professores João Bôsko Hora Góis, André Augusto Pereira Brandão, Luiz Augusto e João Domingues, pelos ensinamentos e trocas; aos meus pais, Raymundo Chagas e Dona Cida, simplesmente pelo amor, carinho e incentivo incondicionais; aos meus irmãos, Elaine, Wellington, Rafael e Adriano, este em especial pelas intermináveis consultas que a ele fiz; aos meus sobrinhos Pedro, Felipe, Matthew, Rogério, Sophie e Maria Luiza por confirmarem que o afeto nos une. Aos amigos de turma do Mestrado pela convivência enriquecedora; ao meu orientador Adilson Vaz Cabral Filho pela amizade, respeito e pelo desafio aceito; à CAPES pelo incentivo através da concessão da bolsa de estudo.

A Deus, o grande artista desse palco chamado universo.

RESUMO

O objetivo deste trabalho é apresentar um cenário sobre as recentes ações da política cultural brasileira, de 2003 a 2013, evidenciando o Programa Nacional de Arte Cultura, Educação e Cidadania – Cultura Viva, e a sua principal ação que são os Pontos de Cultura. O programa em questão se apresenta como uma ação pública de reorganização do trabalho cultural, cuidando de sua viabilização em redes solidárias de produção, a partir de princípios da ética, da autonomia, do protagonismo e do empoderamento. Especificamente pretende-se mostrar os desafios presentes no dia-a-dia do Ponto de Cultura Tribal Sobre Rodas da Animação que se vê atrelado a um conjunto de conceitos, regras, e muita burocracia, e que vive novas experiências na sua localidade a partir do investimento público em cultura, tendo a arte como catalisadora dessa mudança. O Programa Cultura Viva possibilitou a ampliação das ações de inúmeros grupos culturais e comunidades do Brasil, tirando da invisibilidade e colocando o povo como protagonista de sua história com a diversidade de suas manifestações culturais. Há muito que se caminhar, porém essas ações que dão certo podem ser uma inspiração para se compreender a importância da cultura para o desenvolvimento local.

Palavras chaves: Programa Cultura Viva, Política Cultural, Ponto de Cultura.

ABSTRACT

The objective of this paper is to present a scenario about the recent actions of the Brazilian cultural policy, 2003-2013, showing the National Program for Art, Culture, Education and Citizenship - Living Culture and its main action that are the Points of Culture. The program in question is presented as a public action to reorganize the cultural work, taking care of its feasibility in solidarity production networks, from the principles of ethics, autonomy, leadership and empowerment. Specifically, we shall show the challenges present in the day-to-day of the point of Tribal Culture On Wheels of animation that is seen linked a concepts, rules, and a lot of bureaucracy, and lives new experiences in your locality from the public investment in culture, with art as a catalyst for this change. The Living Culture Program has enabled the expansion of the actions of numerous cultural groups and communities in Brazil, freeing of the invisibility and putting the people as the protagonist of his story with the diversity of its cultural expressions. There is much to walk, but those actions that work can be an inspiration to understand the importance of culture to local development.

Palavras chaves: Live Culture Program, Cultural Politics, Points of Culture.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Percentual da legislação para cultura em leis de incentivo 2009	42
Tabela 2: Ações presentes no Sistema Nacional de Cultura	47
Tabela 3: Relação da % da execução orçamentária.....	86

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Indicadores para o acompanhamento do Programa Cultura Viva	81
Quadro 2: Síntese das metas do Programa Cultura Viva	81
Quadro 3: Análise de vulnerabilidade.....	82
Quadro 4: Atividades sistemáticas.....	94

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Participação dos recursos do Cultura Viva (2004 - 2010)	85
Gráfico 2: Recursos executados pelo Cultura Viva - (2004 - 2010).....	86
Gráfico 3: Porcentagem restos a pagar e empenho.....	87

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Caminhão Palco	107
Figura 2: Apresentação de espetáculo de teatro de bonecos	108
Figura 3: Praça do Bairro do Jacaré – Ponto de Cultura - abril de 2012	110
Figura 4: Praça do Bairro do Jacaré – Ponto de Cultura - abril de 2012	111

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ALERJ	Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro
CNPJ	Certificado Nacional de Pessoa Jurídica
CV	Cultura Viva
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
IBRAM	Instituto Brasileiro de Museus
INSS	Instituto Nacional de Seguridade Social
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MINC	Ministério da Cultura
OCIP	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
ONG	Organização Não Governamental
OS	Organização Social
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PEC	Proposta de Emenda Constitucional
PIB	Produto Interno Bruto
SCDC	Secretaria da Cidadania e Diversidade Cultural
SMC	Secretaria Municipal de Cultura da Cidade de São Paulo
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
------------------------	-----------

CAPITULO - I

A DIMENSÃO DA ÉTICA NAS POLÍTICAS CULTURAIS

1.1 Pensando o conceito de política e cultura como bem-estar social.....	20
1.2 Políticas públicas culturais no Brasil a partir do governo Lula.....	33
1.3 Remando contra a maré - O Programa Cultura Viva.....	44

CAPITULO - II

OBSERVAÇÕES SOBRE O PROGRAMA CULTURA VIVA E SUA DINÂMICA

2.1 Estrutura conceitual do Programa Cultura Viva.....	53
2.2 A gestão do Programa Cultura Viva.....	59
2.3 Análise da avaliação do Programa Cultura Viva – IPEA - 2010.....	66
2.4 Análise do redesenho do Programa Cultura Viva – IPEA – 2012.....	77

CAPITULO – III

PONTO DE CULTURA TRIBAL SOBRE RODAS DA ANIMAÇÃO – A EXPERIÊNCIA LOCAL DE UMA POLÍTICA PÚBLICA PARA CULTURA

3.1 O Início de tudo.....	92
3.2 Ponto de Cultura: Um Mergulho Na Burocracia.....	98
3.3 O Ponto de Cultura Tribal Sobre Rodas da Animação.....	102
3.4 A experiência local do Ponto de Cultura.....	112

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	119
----------------------------------	------------

ANEXOS.....	122
--------------------	------------

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA.....	127
--------------------------------------	------------

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa é fruto de uma expectativa que pretende contribuir para a construção de uma sociedade mais consciente dos seus atos enquanto responsabilidade de seu bem-estar, refletindo as condições de vida a qual está submetida, a partir das nossas observações sobre as recentes ações das políticas públicas culturais no Brasil e suas implicações sociais. Criamos essa expectativa partindo de uma história de trabalho e de vida à frente da Associação Cultural Tribal¹ e de seu Ponto de Cultura “**Tribal Sobre Rodas da Animação**” que faz parte do Programa Cultura Viva, desenvolvido pelo Ministério da Cultura no Brasil. Assim, esta pesquisa vem materializar mais um passo deste pesquisador enquanto artista, produtor e militante cultural.

Abrimos um espaço aqui para abordar um pequeno resumo de minha vida cultural, para que se justifique em parte a vontade e desejo em trabalhar o tema sobre políticas públicas para cultura. Pertencente a uma família envolvida com cultura, com pai marceneiro e a mãe artesã, não foi difícil, então, decidir nosso caminho. Logo cedo já me engajava política e culturalmente. Em 2008 recebemos do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), pelo seu escritório técnico (regional), situado na cidade de Cabo Frio – Rio de Janeiro, o prêmio *Memória Viva I*, com a dissertação sobre a tradição oral dos contadores de causos da Região dos Lagos.

Trabalhando voluntariamente no Museu de Arte Religiosa e Tradicional de Cabo Frio, pertencente ao Ibram (Instituto Brasileiro de Museus), fomos a convite, integrar a equipe de trabalho do órgão em 2009, assessorando e desenvolvendo projetos voltados a inclusão, acesso e educação em museus para comunidade local. Nesse mesmo ano, como diretor da Associação Cultural Tribal, participei do Fórum de Cultura da Cidade de Cabo Frio, e do Plano Estadual de Cultura do Estado do Rio de Janeiro. Deste modo, a opção pelo programa de Pós-Graduação em Política Social aconteceu pela necessidade de ampliação de minha formação acadêmica. Pois temos no processo investigativo das ações culturais e políticas, o norte de nossos trabalhos, abordando a Cultura como elemento peculiar aos movimentos sociais. Toda essa experiência tem nos levado a comparar as relações de poder e as consequências do processo de evolução social e as questões das políticas públicas para cultura, como fator fundamental na construção de uma sociedade mais justa, na luta pela

¹ Associação Cultural Tributo à Arte e à Liberdade – Tribal - Foi criada em 7 de dezembro de 2003, recebeu em 2007 moção de aplausos da câmara dos vereadores do município de Cabo Frio, no ano seguinte recebeu o título de Utilidade Pública Municipal pelo mesmo município, projetos propostos pelo então vereador Alfredo Gonçalves.

equidade social. Há um conjunto muito interessante entre ações individuais e coletivas em nossas experiências para desenvolvimento do conhecimento que ora nos propusemos a fazer neste trabalho dissertativo. A escolha então pelo programa e sua linha de pesquisa, tendo como objetivo a avaliação de programas e projetos governamentais e não governamentais, se dá justamente pela possibilidade de estender esses conhecimentos vindos da nossa vida profissional, familiar, pessoal e acadêmica.

Estamos conscientes da limitação que o tema sobre políticas públicas culturais nos impõe, pois este universo envolve estudos mínimos da ordem sociológica, antropológica e histórica, e ainda muito recentes no nosso país. Analisando mais profundamente, correríamos o sério risco de cair em repetições evidentes da percepção desses temas, além de uma ousadia para qual não nos aventuraremos neste trabalho.

Nessa perspectiva complexa, nosso objeto de pesquisa será o Programa Cultura Viva, que faz parte de uma ação pública de política cultural implementada em 2004, pelo Ministério da Cultura. Este momento importante se inicia no governo do Presidente Lula. Há um processo de mudanças das políticas públicas que irá transformar o modelo das políticas culturais até então existentes.

Sob a gestão do Ministro Gilberto Gil, houve um grande avanço no que se refere a um diálogo entre governo e sociedade civil. No Brasil, o mecanismo de apoio e financiamento à cultura até a chegada do governo Lula era basicamente a Lei Rouanet², que, para a maioria dos produtores culturais e artistas populares, só garantia aos grandes eventos o acesso aos recursos públicos de financiamento, pois a lei se constituía a partir de incentivos fiscais. Desse modo os recursos públicos ficavam sob o controle da iniciativa privada, a serviço da cultura de massa. Essa lógica era fruto de um momento político e econômico vivido na década de 1990, cujo estado brasileiro havia passado por grandes desestatizações, mergulhando de cabeça no neoliberalismo, e em grande medida, a partir do Programa Cultura Viva, houve essa quebra no paradigma das políticas culturais baseadas nas leis de incentivo.

Foi dentro do universo do governo Lula que as políticas públicas avançaram e deram para a cultura um maior sentido da sua importância em promover a emancipação humana, ao possibilitar acesso e fruição aos bens materiais e imateriais da cultura brasileira de forma mais convicta e próxima da sociedade. Assim, defendemos a ideia principal sobre políticas públicas

² Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991 que instituiu o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac), com a finalidade de captar e canalizar recursos para o setor. A Lei de Incentivo à Cultura, popularmente chamada de Lei Rouanet, é conhecida principalmente por sua política de incentivos fiscais. Esse mecanismo possibilita que cidadãos (pessoa física) e empresas (pessoa jurídica) apliquem parte do Imposto de Renda devido em ações culturais

como sendo um instrumento de potencialização do desenvolvimento plural do homem, em operação a um conjunto harmônico de tantos outros direitos, como educação, lazer, alimentação, meio ambiente e saúde, essenciais na construção de um indivíduo pleno e pleno no usufruto da cidadania, elemento de causa do bem-estar social.

A perspectiva do Programa Cultura Viva, no que diz respeito a esse ideal que apresentamos de política pública, passa pela nossa experiência ao verificar em grande medida, três elementos essenciais de uma ação pública aplicados no programa: a busca por reconhecimento, a distribuição de recursos financeiros e a paridade participativa. Esse conjunto conceitual propõe uma ampla inserção de grupos de cultura popular, comunidades tradicionais e folclóricas, historicamente excluídos da sociedade, nos processos decisórios que acontecem diariamente na vida social. É fato que houve, por parte do estado brasileiro, uma brecha para que fossem articuladas novas perspectivas sobre a importância da cultura como elemento de fruição da criatividade, dos modos e costumes de vida na formação humana. Mas esse espaço encontrado pelo Programa Cultura Viva esbarra na própria dimensão das políticas públicas que indubitavelmente exigem resultados, metas, organização, gerência e domínio dos processos sociais.

Assim, enquanto o programa lança a possibilidade de se fruir a cultura como potência humana através dos modos, fazeres e costumes vivos e mutáveis do povo com sua arte, a própria dimensão da política, no que pese suas exigências de controle e seus fins a curto e médio prazo, coloca indícios na possibilidade de se exercer a cultura como uma mera ferramenta, a disposição dos fins políticos (a pedra a ser lapidada), e não o inverso, a cultura como constituinte básico do ser em todas as suas complexidades de sincronia e espontaneidade: a pedra a ser lapidada pelos instrumentos das políticas públicas.

Entramos no problema de nossa pesquisa: entender os princípios norteadores das políticas culturais que estão dentro do Programa Cultura Viva, analisando como de fato eles se efetivaram no cotidiano dos fazedores culturais. Iremos, sobretudo, pensar o universo burocrático das políticas públicas e como ele afeta um espaço social tão particular como é o da cultura local. Preocupamo-nos em delimitar esse universo das políticas públicas para cultura com o viés da ética, tendo-a como o elemento social importante na busca de consensos que articulem e assegurem condições de igualdade à sociedade, no que tange sua necessidade de expressão e garantia da sua diversidade cultural. Neste trabalho temos a ética como um conjunto de princípios e valores que guiam e orientam as relações humanas num sentido de potencializar as suas condições de vida de forma racional.

Articularmos a ética de acordo com seus pressupostos filosóficos dentro de um universo social, e de que forma ela contribui nas propostas das políticas públicas para cultura. A ética nos parece como algo de uma dimensão extraordinária na relação social, de forma a minimizar as diferenças, principalmente num país de diversidade cultural tão grande como o Brasil. Através da ética enquanto fundamento norteador de políticas públicas é possível assim garantir a existência dessa pluralidade cultural, numa convivência harmoniosa, respeitadora, acolhedora das diferenças, excluindo-se de vez a noção de superioridade entre os grupos sociais, promovendo a igualdade de condições na busca integral do bem-estar social.

Nossa análise será dentro dos anos, compreendidos de 2003 a 2013, sendo os dois mandatos do governo “Lula” e do atual mandato da presidente Dilma Rousseff. O nosso questionamento surge sobre a perspectiva do desenvolvimento local, da potencialização local, se houve alguma mudança significativa daqueles que foram atendidos pelo programa. Para responder essas perguntas iremos analisar a ação principal do Programa Cultura Viva, a criação dos Pontos de Cultura, espalhados por todo o Brasil. Teremos com referência o Ponto de Cultura “*Tribal Sobre Rodas da Animação*”, que funciona no município de Cabo Frio – RJ, contemplado em 2010, como Ponto de Cultura. A partir então dessa experiência local, tentaremos por à mostra a ideologia do programa Cultura Viva e o seu comportamento na localidade. Uma questão muito importante do nosso trabalho é essa dimensão das metas e propostas do Programa Cultura Viva quando dentro dele os principais impactos, são intangíveis, como autonomia, empoderamento e protagonismo social. Nosso trabalho teve um escopo muito delimitado, pois a maioria das abordagens foi sobre elementos subjetivos, empíricos e experimentais (no caso do Ponto de Cultura da Associação Cultural Tribal), não construímos a princípio ferramentas de análises quantitativas, para os dados colhidos, o que já possibilita futuras abordagens sobre tema, tendo em vista a importância de uma análise desse porte, entretanto a priori não pretendemos fazê-la aqui neste trabalho.

No primeiro capítulo contextualizamos a ética dentro das políticas públicas. Essa dimensão foi desenvolvida sob o critério do que seria a ética nas suas concepções mais universais, enquanto um elemento basilar da direção e norte das políticas públicas culturais. Dividimos este primeiro capítulo em três subtemas, o primeiro relacionado ao conceito de política e cultura como elementos fortes na constituição de um estado de bem-estar social, entendendo-os como constituintes dos fenômenos sociais, colocando a ética como um elemento a pressionar as naturalizações sociais de desigualdades e de exclusão, que, a partir das elites, impedem as transformações e as revoluções sociais.

No segundo subtema, apresentamos o comportamento das políticas públicas culturais a partir do governo Lula. Contextualizamos o momento político brasileiro da época, analisamos os conteúdos dos discursos políticos, norteadores da agenda política que enfatizavam a cultura como base da construção e preservação da identidade nacional, cidadania e como um caminho para mais inclusão social. Veremos como esse discurso se materializou no campo das ações culturais refletido nos espaços sociais dos Pontos de Cultura.

No terceiro subtema, fazemos a apresentação do Programa Cultura Viva. Nesse momento expomos suas características enquanto política cultural e de que maneira o programa inverteu a lógica das ações culturais que foram herdadas dos governos anteriores ao de Lula. Dito isto finalizamos o primeiro capítulo.

Esta primeira parte do nosso trabalho se configura como uma pesquisa descritiva, cujo ambiente da discussão está configurado em uma esfera macro das teorias propostas, aqui destacaremos nossos pressupostos teóricos sobre Estado e Sociedade. Em relação aos pressupostos da ética partiremos dos conceitos aristotélicos. Sobre políticas culturais utilizaremos os teóricos brasileiros mais contemporâneos com Alexandre Barbalho, Lia Calabre e Albino Rubim. O primeiro capítulo terá uma visão geral dos conceitos discutidos sobre ética, sociedade e políticas culturais.

No segundo capítulo da dissertação, partiremos de uma análise das políticas públicas para a cultura, em particular a que se refere ao Programa Cultura Viva e como são organizadas as estruturas que compõem seu planejamento, metas, objetivos e desenvolvimento. Neste ponto, entramos numa dimensão ideológica da ética, recortada e articulada em um campo específico que é um programa de governo, assim tentando mostrar a ética como um elemento importante e regulador de políticas públicas experimentada em uma ação de políticas culturais. Temos ainda nesse segundo capítulo a discussão sobre a ação dos Pontos de Cultura, que fazem parte do corpo do Programa Cultura Viva. Abordaremos características dos grupos culturais, que são denominados Pontos de Cultura logo após ingressarem no programa, mas que historicamente já possuíam todas as características que futuramente fizeram parte da concepção ideológica do Ponto de Cultura, antes mesmo de chancelados pelo governo. Iremos utilizar os dois estudos do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) para nossas análises. Nesta parte nos utilizamos de uma pesquisa, enquanto método, essencialmente documental.

Nosso último capítulo trata exclusivamente da experiência do **“Ponto de Cultura Tribal Sobre Rodas da Animação”** da Associação Cultural Tribal enquanto Ponto de Cultura. Iremos delimitar nossas experiências, tentando entender os processos de criação e

gestão de um Ponto de Cultura. A partir dessas considerações, nossos objetivos nesta seção serão apresentar como surgiu o Ponto de Cultura Tribal Sobre Rodas da Animação em relação às etapas de elaboração do projeto e as suas principais ações; a execução do projeto com seus desafios, e os benefícios do ponto para a localidade. Este capítulo se configura como um estudo de caso.

O desafio neste momento se deu na relação entre pesquisador e objeto analisado, pois enquanto participante do grupo, e tendo vivido várias experiências, isso se configurou em muitos momentos um limite muito tênue para separar o pesquisador da sua participação na associação e a da sua transformação em Ponto de Cultura. Entretanto, acreditamos ter alcançado nosso propósito de avaliar com imparcialidade. Assim, este capítulo nos parece ser o grande motivador dessa pesquisa, os incômodos da vivência militante artística nesse espaço do Ponto de Cultura da Associação Cultural Tribal, que possibilitaram as formulações do problema da pesquisa que se estabelece ao questionarmos os limites e os alcances do Programa Cultura Viva. Os focos nesse processo estão centrados na compreensão da ética, da economia e da estética, de modo a fortalecer a construção de políticas de estado para cultura, em contraponto às políticas de governo, que historicamente são eventuais, esporádicas e inconstantes.

Em síntese para compor esse trabalho o objetivo principal é abordar os conceitos do programa com ênfase nos Pontos de Cultura, em relação às políticas culturais anteriores ao programa. Tentaremos enquanto objetivo específico deste trabalho: expor e refletir minimamente possíveis contradições ou limites, na medida entre o que se propôs enquanto ação política, e o que de fato foi realizado socialmente pelo Programa Cultura Viva; apresentar o comportamento do programa a partir das considerações do Ipea (Instituto Pesquisa Econômica Aplicada) e analisar o dia-a-dia do **“Ponto de Cultura Tribal Sobre Rodas da Animação”** observando em que medida se deu os desafios, os avanços, as conquistas e as dificuldades de ser um Ponto de Cultura. Deste modo, a forma como tratamos o trabalho no que se refere sua metodologia, foi muito peculiar para que pudéssemos alcançar os resultados esperados, nos foi necessário uma combinação de estratégias para estabelecer as relações entre cada parte desta dissertação.

Nosso trabalho teve um escopo muito delimitado, pois a maioria das abordagens foi sobre elementos subjetivos, empíricos e experimentais, o que já possibilita futuras abordagens sobre tema, tendo em vista as variações que são inerentes a essas questões. Tudo isso nos motiva a continuar estudando o tema. Deste modo a metodologia utilizada, os quais se dividiram nos três capítulos, fundamenta nossa dissertação. Contudo vale enfatizar a natureza

qualitativa desta pesquisa e da nossa participação no objeto estudado. Ensejamos com nossas reflexões (sobre as políticas públicas) que as mesmas possam ser úteis ou contributivas no processo social de busca de uma melhor qualidade de vida para as pessoas de um modo em geral. Não temos a pretensão de transformar nossa dissertação em uma resposta social ao tema, mas consideramos apenas que ela seja um elemento provocativo e suscitador de novas discussões. Ao observamos a sociedade tal como está, ficamos tensos, mas esperançosos que, a partir da cultura, poderemos melhorar a relação entre Estado e Sociedade, se de fato houver um pacto político que garanta a possibilidade mais justa dessa relação.

Esse compromisso político só nos parece possível se houver uma responsabilidade assumida e um comprometimento ético, pelo poder público, em eliminar todas as possibilidades de se permitir privilégios e benesses àqueles cuja aparência por uma tradição sociológica os coloque como melhores. Acreditamos que uma política cultural como a que encontramos nos Pontos de Cultura possa ter esse papel fundamental de cimento na construção de políticas públicas para cultura que não permitam a existência particular de direitos, mas fluidez de possibilidades a todos os indivíduos, independente de sua raça, cor, religião e etnia, de se constituírem socialmente como iguais, onde todos tenham o bem-estar pleno, acesso a todos os direitos sem se descaracterizarem humanamente.

Se esta reflexão que ora concluímos, levar-nos ao debate e à dúvida, já estaremos satisfeitos com esta pesquisa, será mais uma semente plantada no solo árido das polêmicas disputas que se seguem, inerentes ao processo de equalização dos interesses presentes em uma política pública. Sendo assim chegaremos à razão de tê-la feito, resta ao futuro como esperança, otimismo e entusiasmo que ela germine.

CAPÍTULO I

A DIMENSÃO DA ÉTICA NAS POLÍTICAS CULTURAIS

1.1 - PENSANDO O CONCEITO DE POLÍTICA E CULTURA COMO BEM-ESTAR SOCIAL ARTICULADOS PELA ÉTICA

A ética faz parte da vida social do homem. Desde os primórdios da sociedade a ética tem sido uma forma prática de mediação de vontades, interesses, conflitos e desejos. E isso não difere em sentido no mundo moderno. Hoje usamos a ética para resolver diversas questões que vão desde o âmbito da vida privada quanto da vida pública. Pela ética regulamos nossas ações e condutas, tomamos partido disto ou daquilo, criamos ou desfazemos negócios, ganhamos ou perdemos amigos e trabalhos. Através da ética conseguimos paz de espírito ou nos angustiamos ao compactuar com algo que não desejávamos, a ética é capaz de trazer ao nosso ambiente conforto e lucidez.

Assim a ética é muito mais uma ação viva do que apenas um conceito abstrato, é parte integrante da prática social dos homens, objetivando-se tanto em suas atividades cotidianas como nas formas de práxis que permitem a ampliação de sua consciência moral e seu enriquecimento como indivíduos (Barroco, 2010).

A ética faz parte da construção histórica da sociedade, ela é fruto da relação do homem consigo e com o seu meio ambiente. A ética então faz parte da cultura, como algo acumulado das experiências humanas vividas, e da maneira de viver socialmente estabelecida na forma de política. Deste modo podemos supor que a ética seja um elemento fundamental na existência de uma política e uma cultura, organizadas de maneira a dar maior equilíbrio na vida social. Mas como surge a ética? Segundo o filósofo Aristóteles³ o homem é um ser social e político, e sendo assim ele irá necessariamente viver em conjunto com outras pessoas, relacionando-se consigo, com o meio ambiente e com os demais homens. Mas para chegar a esse nível de relação o homem primeiro tomou consciência de si mesmo. Ao perceber sua existência no mundo, o homem se viu fadado a interpretar, questionar, duvidar, alegar, decidir sobre todas as coisas que lhe aconteciam. O homem não podia apenas viver como a natureza, ele precisaria dar razão para as coisas serem o que são. Assim o homem começa a perceber o grande problema de existir, deveria a partir de então, escolher, optar, e quando ele percebe as relações da falta, do excesso, e da medida do bem-estar, descobre o prazer e a dor, e assina

³ Aristóteles (Estagira, 384 a.C. - Atenas, 322 a.C.) foi um filósofo grego, aluno de Platão. Seus escritos abrangem diversos assuntos, como a física, a metafísica, as leis da poesia e do drama, a música, a lógica, a retórica, o governo, a ética, a biologia e a zoologia.

seu destino. Por exemplo, a simples percepção entre a quantidade correta de comida necessária para saciar sua fome, não lhe causando mal-estar, já demonstra o processo importante da decisão sobre o que é bom ou ruim. A ética surge dessa inquietação do homem na busca de respostas sobre o seu existir, da interpretação dos seus atos e das consequências, e, sobretudo, na forma de mediar as escolhas. A ética se origina no processo de afastamento do homem de sua relação mais instintiva com a natureza, passando então a refletir sobre suas necessidades e sobre seu comportamento.

A ética – entendida como **modo de ser socialmente determinado** – tem sua gênese no processo de *autoconstrução do ser social* [grifos do autor]. Sob esse prisma de análise social e histórica, entende-se que o ser social surge da natureza e que suas capacidades essenciais são construídas por ele no seu processo de humanização: ele é autor e produto de si mesmo, o que indica a historicidade de sua existência, excluindo qualquer determinação que transcenda a história e o próprio homem (Barroco, 2010, p. 20).

Então a ética está condicionada a esse desenvolvimento da consciência, da percepção, da crítica, da admiração, que serão novos elementos a contribuir nas decisões e criação de novas consciências e, sobretudo, ao processo do desenvolvimento histórico-social do homem. A estrutura da ética se faz de acordo com as bases que sustentam a sociedade a qual ela é articulada. A economia, a cultura, a política, a religião são elementos que dão forma e características da sua prática. Portanto é razoável supor que a ética pode ser justamente uma ferramenta, ou instrumento social capaz de criar segundo a necessidade de uma dada sociedade um estado de bem comum, no qual as pessoas serão atendidas na sua medida de necessidades, garantindo ao mesmo tempo suas características e particularidades. Portanto se a ética é um estado de mediação de vontades e o homem por si é feito de mediações, há de se concluir a ética como inerente a este homem sócio-histórico mediador. Por fim, acreditamos que tanto as políticas como a cultura podem ser um elemento fundamental de equilíbrio social, se forem articulados pela ética.

Mas falta entendermos porque a ética é tão importante e onde ela surge enquanto essa ação realizada socialmente. A primeira noção de ética vem da filosofia grega, e quem melhor explicou sua essência foi Aristóteles. Para a sociedade grega as coisas eram o que eram por simples fato da natureza ser o que é: imutável. Tudo estava condicionado às leis da natureza, à física, à química e à biologia. Na sociedade grega as coisas não mudavam, ou a perspectiva delas. Deste modo o cachorro estava fadado a latir, e latindo iria sempre latir, a água da cachoeira cai e sempre cairá. E o homem? Para os gregos os homens eram os cidadãos, e a estes por sua vez não incluíam mulheres, crianças, escravos, e essa seria a natureza das coisas e, portanto, natural que assim fosse. O destino do homem na sociedade grega era a busca pela

felicidade, pelo bem-estar, por aquilo que era belo, justo e honroso. E sobre estas premissas, Aristóteles irá pautar a sua ideia sobre o que compõe a ética. O principal escrito do tema está no livro: *Ética a Nicômaco*. Neste tratado a ética é entendida como virtude e essa por sua vez como as ações nobres e honrosas do homem na busca do bem viver e da felicidade. A felicidade então seria a meta, a eterna busca, e o quanto difícil é alcançá-la, o homem luta para viver bem, ter uma vida boa, sendo necessário para isso articular diversas formas de relação social para estar mais próximo desse estado de felicidade. E assim o homem atingiria a felicidade através das virtudes, e as virtudes seriam as disposições de caráter capazes de dar ao homem a melhor mediação das suas vontades, se configurando em práticas de atos nobres que gerariam coisas boas e as coisas boas trariam a felicidade. Em resumo a ética seria a potencialização do nosso agir, de acordo com as nossas virtudes para atingir a satisfação plena, o prazer em viver.

A virtude então seria o elemento capaz de dar potência ao agir do homem para gerar coisas boas e equilibradas, a virtude seria a qualidade daquilo que pode fazer bem e gerar coisas boas. Entretanto o que seriam as coisas boas? O meio-termo. A virtude é capacidade de equilíbrio entre a falta e o excesso, que são os pólos causadores da infelicidade humana. Por exemplo, a virtude da coragem, que está entre o excesso que é a temeridade e a covardia que é a falta; a temperança está entre a libertinagem e a insensibilidade; a amizade entre a condescendência e o enfado. Assim as virtudes dariam ao homem esse poder de mediar as relações sociais, de maneira a se produzir o bem-estar pessoal ou coletivo. Então compreendendo a ética como as formas de mediação e consenso historicamente construídas, concluímos que as virtudes sendo uma forma de mediação, estariam então na formação ideológica da ética e na sua prática. Sendo deste modo a visão aristotélica da ética enquanto virtude, e essa a condição primordial para o homem buscar o bem viver. A ética então seriam as ações do homem baseadas nas virtudes e no seu caráter que pudessem, através da mediação, realizar o bem e produzir coisas boas.

Porém, nessa sociedade moderna, os princípios da filosofia grega não funcionam, pois a configuração de nossa realidade social é completamente diferente. E, conseqüentemente, o entendimento do que seria ética adquire diversas possibilidades. Sobretudo porque a nossa sociedade moderna perdeu o equilíbrio sobre a busca da felicidade, e se encontra cada vez mais nos pólos do excesso e ou da falta do que na mediação que propõe as virtudes. Nesse sentido, a sociedade hoje vive um grande mal-estar. As estruturas política e cultural que são as bases das relações e das construções da vida estão cada vez mais desarticuladas de um

processo de bem comum e de bem-estar social. Elas vêm perdendo cada vez mais a função de valorizar o ser humano nas suas diferenças e particularidades.

A sociedade hoje está caótica, moderna e globalizada, com uma aparência heterogênea, uma essência baseada na mudança permanente e veloz dos seus aspectos culturais, políticos e éticos. Ela vive em grande medida um esvaziamento contínuo de si mesma, que a mantém vaga, intangível, fria, vestida por um véu fino e transparente que nos engana e ilude sobre quem e o que de fato ela é. O homem se aflige para conseguir seu pão e se deforma espiritualmente ao viver seu circo. Nesses termos destaca-se as palavras do geógrafo Milton Santos:

Vivemos num mundo confuso e confusamente percebido. Haveria nisto um paradoxo pedindo uma explicação? De um lado, é abusivamente mencionado o extraordinário progresso das ciências e das técnicas, das quais um dos frutos são os novos materiais artificiais que autorizam a precisão e a intencionalidade. De outro lado há também, referência obrigatória á aceleração contemporânea e todas as vertigens que cria, a começar pela própria velocidade. Todos esses, porém, são criados de um mundo físico fabricado pelo homem, cuja utilização, aliás, permite que o mundo se torne esse mundo confuso e confusamente percebido (SANTOS, 2012, p. 18).

Nossa sociedade atual é uma fantasia, uma invenção de espaços públicos democráticos e solidários (um exemplo são conselhos formados por gestores públicos e a sociedade civil, tidos como paritários, mas que sempre acabam desarticulados, há de tudo, para enfraquecer os debates sociais). Há frequentemente a sensação de estarmos vivendo bem e felizes, quando, na verdade, estamos presos e condicionados a um cotidiano inexpressivo do ponto de vista da criação e autonomia. Esta vida é inventada e massificada pela mídia, só é realizável pelo dinheiro, que só pode ser obtido neste perverso mercado econômico. Tudo isso é intensificado pela ausência do Estado na aplicação de políticas públicas sociais que pudessem, verdadeiramente, colocar o homem de hoje em um estado de paz, consigo e com o seu meio ambiente. Talvez, para esse estado de equilíbrio, não seriam necessários milagres, mágicas ou montanhas de dinheiro. Resgatar princípios como o respeito, a cultura, a tradição, os mitos e a experiência das gerações antepassadas, pode nos dar uma condição intrínseca da capacidade do homem, de viver socialmente e politicamente bem, respeitando o outro e o seu meio-ambiente. Mas nesses tempos modernos, isso foi brutalmente impedido de acontecer, e poderíamos ter um homem diferente desse que hoje compõe a sociedade e se considera esse ser social⁴. Essa constatação não tem para nós nenhum propósito pessimista sobre a vida

⁴ Segundo Barroco (2008), em seu processo de autoconstrução, o ser social transforma a natureza e, ao mesmo tempo, transforma a si mesmo, através de mediações duradoras, projeta finalidades à sua ação e as objetiva na vida social.

humana, pois acreditamos que pelo homem ainda poder pensar (por mais que sejam os espaços do pensamento democrático cada vez mais sufocados, obstruindo a reflexão sobre o sentido e a razão das coisas serem o que são), exista sim a possibilidade de uma nova sociedade, justa e equilibrada, tendo na equidade sua forma de vida social.

Todavia, surpreendemo-nos nesta atual sociedade, pois imaginávamos ter os mecanismos eficazes de erradicação de todos os elementos históricos, sociológicos, econômicos e tradicionais que forçam constantemente a ideia da existência de um ser humano superior a outro, de uma sociedade superior a outra, por sua raça ou classe. Entretanto vivemos as certezas de um mundo, no qual todos têm o direito de exercer essa liberdade nas suas práticas sociais, religiosas e culturais.

Mesmo assim, com toda a tecnologia a serviço do bem, ainda hoje conseguimos construir armas de destruição em massa, sob a alegação de que é pela guerra que se alcança a paz, conseguimos produzir atualmente mais alimentos do que o necessário, contudo há mais famintos do que 50 anos atrás e os tratados internacionais que abominam e repudiam o trabalho escravo, não impedem que empresas continuem a empregar mão de obra infantil. Mulheres são agredidas, violentadas, subjugadas num mundo cada vez mais fundamentalista (creio que o número de religiosos não esteja crescendo, mas sim o radicalismo religioso).

Na era da internet, na qual todos se comunicam, pessoas de todas as raças trocam informação e fortalecem laços de amizades virtualmente, mas continuamos a rejeitar o diálogo pessoal, a desprezar os negros, índios, e idosos. Vivemos um mundo no qual o sistema econômico produz alegria, diversão, sonhos, e garante que a liberdade é o que o move, que as vocações e oportunidades de se ser efetivo, eficaz e eficiente existem para todos, basta querer, acreditar e trabalhar. Porém nunca se viu tanta disparidade entre os homens, entre as classes de trabalhadores e a classe dona dos meios de produção.

Num mundo cada vez mais global, a igualdade anda descaracterizando os povos. Vivemos na contradição dos fatos, numa verdadeira fábula, mas segundo Jean Paul Sartre esse é apenas mais um momento do longo desenvolvimento histórico da humanidade. Poderíamos então nos dar por satisfeitos, compreendendo que o mundo como está é uma ficção, não precisaríamos discuti-lo mais, tudo estaria resolvido, entendido e explicado, o mundo desandado é o mundo que anda. A proposta que colocamos aqui é a possibilidade de se tornar possível uma sociedade diferente da que temos hoje. Todavia, essa busca, nestes dias atuais é muito árdua, utópica. Devido à dificuldade do homem moderno conseguir refletir mais tranquilamente sobre suas práticas, tudo é muito rápido, as informações são volumosas e aceleradas, o homem moderno não sabe escutar e, sobre essa característica da sociedade atual,

nos fala Stuart Hall (2010), tomando argumentos de que na atualidade as práticas sociais são reformadas constantemente, por conta do volume das informações recebidas e produzidas pelo homem. Nesse sentido, percebe-se, que o homem moderno vive a expectativa do futuro.

Tendo como ponto de partida o porvir, constrói um sistema de vida angustiante, neurótico, confuso, egoísta, que o coloca, sem a base do seu passado, da sua história real, pessoal e familiar, na ação de realizar o seu presente. O homem se sustenta na ilusão da memória de um futuro brilhante. Antes de chegar, ele já está partindo, sem rumo e sem direção, para um lugar qualquer.

Assim, nossa hipótese de uma sociedade que preze o bem-estar comum seria realizável apenas e fundamentalmente através da compreensão da ética e o seu uso máximo sobre dois aspectos que são elementares na construção do homem e que poderiam trazer para a realidade essa sociedade futura mais equânime: **a Política e a Cultura**. E esses dois fatores combinados, nos dão um produto altamente eficaz para nossos dias, estando mediadas por políticas públicas, especificamente as políticas culturais. Mas iremos tratar exclusivamente do tema políticas culturais no decorrer deste trabalho e, por enquanto, vamos nos ater a ideia de política e cultura, articulados pela ética.

E sobre esses dois aspectos, a ética pode proferir uma nova visão de mundo, suportado por pessoas mais livres e humanas, tendo no sentimento do ser, a essência de uma vida coletiva. Abordamos essa proposta, negando o sentido do ter, enquanto consumo, neste sistema capitalista que vivemos, cujas consequências têm sido cada vez mais o crescimento das injustiças sociais. Essas primeiras considerações nos dão a motivação sobre a importância da ética na vida social. Pois o homem nasce sem a disposição para o bem ou para mal, mas enquanto indivíduo que vive em sociedade ele tem a tendência para aquilo que é bom. Segundo a filosofia grega, bem como todas as suas ações científicas ou artísticas, são desejadas e buscam a finalidade do bem.

Se, pois, para as coisas que fazemos existe um fim que desejamos por ele mesmo e tudo o mais é desejado no interesse desse fim; e se é verdade que nem toda coisa desejamos com vistas em outra (porque, então, o processo se repetiria ao infinito, e inútil e vão seria o nosso desejar), evidentemente tal fim será o bem, ou antes, o sumo bem (Aristóteles, 1984, p. 49).

Então o homem desenvolveu e acumulou diversas formas de mediar a sua relação com o mundo e com o outro, nos referimos especificamente sobre a cultura e a política. Vamos fazer uma pequena reflexão desse comportamento do homem, de interagir com o mundo e a partir de qual elemento ele fez isso, e como historicamente foi mudando e se adaptando aos desafios da vida.

Talvez fosse mais fácil para a vida do homem, se ele tivesse apenas de viver como o restante da natureza. Assim como ao cachorro só lhe resta latir, ao homem poderia sobrar apenas, e já seria bom, viver como qualquer outro animal. Contudo, isso não é possível, pois o homem tem em si duas dimensões, a animal e a racional, e justamente pela possibilidade de pensar sobre o que faz o homem então deseja atingir o prazer, alegria, felicidade e o bem-estar. Seu destino é fazer coisas e atribuí-las na sua existência um fim, uma carga de sentimento, importância, uma lembrança, coisas que ao peixe do mar não seria possível. Deste modo, é inerente ao homem essa atividade de mudar sua realidade, de transformá-la intencionalmente, e essa ação reflexiva e histórica sobre o que ele faz, podemos chamar de trabalho. A cultura e a política então são historicamente frutos da relação do homem com seu entorno, fruto do seu trabalho, essa ação refletida, sendo o seu comportamento que mais o diferencia de tudo que existe.

O trabalho, entendemos aqui a partir de um pressuposto filosófico como a essência da vida consciente, e a causa de todas as formas da convivência e da expressão da vida humana, como a política e a cultura. Para o filósofo italiano Antonio Gramsci, o trabalho se converteria em práxis, sendo esse processo de assimilação daquilo que é concreto no pensamento, passando em seguida para uma ação. No entanto, uma ação nem sempre é um esforço físico, pensar sobre algo, fundamento essencial da filosofia, também se compreende enquanto trabalho.

A práxis é entendida, portanto, como uma prática baseada na teoria, que se realiza, se manifesta e se converte em resultados constituintes da vida social. O trabalho seria algo exclusivo ao homem, no sentido de ser pensado e idealizado antes de ser executado, algo não aplicado aos outros seres da natureza. E assim, o homem na sua relação com o outro e com o mundo, reflete e age, é político e constrói cultura. Somente através do trabalho, enquanto intervenção na natureza, foi possível ao homem entender e perceber o mundo que o envolve. Pelo trabalho enquanto ação reflexiva e ontológica, pode-se desenvolver historicamente a consciência sobre as coisas e, através das experiências do trabalho, formar princípios lógicos norteadores da relação social.

A política, a moral, o bom-senso, a ética e a cultura, enquanto os modos particulares da existência humana, logo se tornaram princípios que a sociedade, num todo, usaria como maneira de mediar escolhas, interesses, vontades, desejos, sentimentos, valores e prioridades, dando assim forma à vida, consequência do seu trabalho, de sua intervenção no mundo. Apesar disso, nem sempre a consciência justifica todas as ações do homem, a medida que ele precisa regular sua vida, pois a consciência é um estado de reflexão, mas não responsável por

todos os acontecimentos, existem instâncias da realidade que limitam o poder dessa consciência do homem. Sobre isso destaca bem Maria Lucia S. Barroco:

Considerar o papel ativo da consciência nas ações humanas não significa entender que o produto da práxis seja – sempre e diretamente – o resultado de uma deliberação consciente ou de uma projeção ideal. A realidade é dinâmica; logo, não existe uma relação de causa e efeito nas ações humanas. Os homens são os produtores de sua consciência, mas o produto de sua práxis não pode ser considerado uma consequência causal de projeção ideal, porque as circunstâncias sociais em que ele é produzido ultrapassam a determinação subjetiva dos indivíduos considerados isoladamente (Barroco, 2010, p. 22-3).

Conclui-se que o homem age sobre si, a partir das suas necessidades, e também age de acordo com o ambiente que o afeta, e a consciência permite essa mediação.

Aqui apesar da essência de um senso comum achamos importante o exemplo que tomamos a seguir. Na natureza, a fêmea por instinto escolhe o melhor reprodutor e este, por sua vez, só o é por ter derrotado tantos outros pretendentes à fêmea. Para o homem, as ações foram historicamente se modificando, enquanto o homem pré-histórico era reativo sobre suas necessidades, buscando imediatamente sanar suas vontades fisiológicas, através da força, o homem moderno passa cada vez mais tempo analisando suas ações com a finalidade de obter um consenso e melhores técnicas sobre o que se quer, na medida em que seja bom para ele, seu grupo e o seu meio ambiente. Deste modo, o homem desenvolveu com o tempo a cultura que são os seus modos de viver acumulados, e a política como a ferramenta principal para governar suas ações na criação do bem-estar social. Todavia, antes mesmo do homem se autodomesticar, já havia instintivamente uma força reguladora com a natureza, e assim é a própria natureza que irracionalmente se interage e se regula. Acontece que o homem, por sorte ou azar, desenvolveu a consciência, possibilitando aumentar sua interação, de forma a ser capaz de manipular o seu ambiente, as ideias e o seu semelhante, para usufruir de uma condição que lhe fosse favorável a melhorar o seu bem-estar. Das cavernas para os arranha-céus; do passo do astronauta, um pulo para humanidade. Com essas percepções, podemos afirmar que o homem é um bicho que em sua natureza se relaciona com uma realidade percebida e a transforma. Essa relação de mediação entre vontades e interesses do homem com o mundo e com seus semelhantes chamamos de política.

Como exemplo, tomaremos a alegoria do “homem das cavernas”, que, gentilmente trazia sua amada para o leito nupcial, puxando-lhe os cabelos após uma bela marretada na cabeça. Passados alguns milhares de anos, existem aqueles que hoje as tratam cordialmente com rosas. São as políticas da convivência. Então a política faz parte da vida do homem desde os primórdios da sociedade, sem a política o homem não conseguiria conviver, e conviver é

mediar vontades, conflitos e interesses. É claro que a política, enquanto essa forma de organizar a vida social pode ser entendida como um resultado refinado de um processo de longa duração da mudança da força, da brutalidade, para a razão, para o bom-senso, para a ética e a moral, que são elementos que auxiliam no equilíbrio da vida social.

Sem esses mecanismos talvez não estivéssemos por aqui. O homem foi aprendendo a controlar sua agressividade, seus instintos, de maneira a ser capaz de aceitar a perda, a derrota e o fracasso. É claro que outros mecanismos também surgiram, como estresse, depressão, medos, angústias, dores, que de alguma forma sublimam essa expectativa frustrante que a realidade nos impõe e que precisa ser expelida de alguma forma. Então o que seria a política, e porque ela parece ser tão importante no processo de convivência do homem, que busca a todo custo viver bem? Articulamos a política cotidianamente quando ela contribui para dar mais trato às relações humanas. Estamos sempre atribuindo ao indivíduo mais cortes, ou ainda, polindo o adjetivo de político.

Essencialmente a política para o filósofo grego Aristóteles seria uma ciência, com a função de produzir o bem comum. E se a política é a possibilidade de se fazer o bem para todos, a ética é a maneira correta, equilibrada e sensata de se executar a ação política. A política seria um conjunto de faculdades que o homem desenvolveria para regular a vida social, e assim, sendo algo benéfico para a cidade, estado ou nação. A política é um termo grego originado na polis, que significa cidade, estado ou nação. Podemos então entender, que a política tem, em seu significado, a função de qualificar o homem enquanto um ser social que vive em sociedade. Ser um indivíduo político se conclui então como um pertencente à cidade, e a cidade política seria em potencial o lugar perfeito para o homem viver. Em sua obra, intitulada A Política, Aristóteles define os modos essenciais de se cuidar e proteger uma cidade. Em sua obra encontramos as características do que é um Estado, sua natureza e quais as formas de governo.

Assim, a política pode ser entendida como a arte de governar ou administrar uma cidade, e na sua definição “homem é um ser político”, Aristóteles define que a vida do homem é feita na coletividade e seu destino é viver em sociedade. Portanto a política seria a forma com que o homem equilibraria sua vida social, mediando vontades e interesses com o direito de tê-las ou não. Neste sentido, a política estaria a serviço do bem-estar da polis. O ser político, antes de tudo, era um homem disposto ao conhecimento e ao domínio pleno de suas capacidades de questionar e interpretar e buscar o bem da cidade.

Há aqui uma contraposição enorme em relação ao homem moderno, que cada vez mais sabe menos sobre um número maior de coisas, e cada vez mais utiliza a política como uma

ferramenta de prazeres individuais e de domínio de grupos e pessoas mais vulneráveis, de forma que a política não lhe serve nem como aperfeiçoamento intelectual, nem como uma ação de produção da felicidade e do bem comum. Isto mostra que o homem de hoje está totalmente deslocado de si, não se compreende e não compreende o outro. Nesse conflito, surgem as injustiças, as desigualdades, os preconceitos, a violência, os maus tratos, as doenças, a fome, o desemprego, e a política que seria a melhor maneira de resolver esses distúrbios sociais, buscando, através de sua ação, mediar as diferenças e as disparidades entre as pessoas, as acentua. A política que poderia fazer com que todos tivessem acesso aos bens produzidos, não tornando partes da cidade ou grupos específicos como prioridades, não protagoniza no mundo de hoje esse papel.

O homem moderno nada tem a ver com o idealizado na polis grega. Outro fator agravante é que os próprios Estados hoje utilizam a política como uma intervenção mínima nas relações de injustiça da redistribuição financeira dos recursos públicos. As diferenças sociais que se instalaram na sociedade moderna neoliberal se acentuaram. A política hoje tem levado em conta muito pouco a relação da pluralidade social e assim não atribui à cultura dos povos, dos grupos tradicionais, da cultura popular, a importância na construção de uma sociedade mais equilibrada.

Não se reconhece na cultura uma forma de se expandir o bem-estar social, não se atribui a cultura, aos modos e aos costumes tradicionais a possibilidade de se ter mais saúde, lazer, informação e conhecimento, não creditam que a cultura seja produtora de uma economia solidária. Hoje o que se vê é a articulação da política e da cultura como elementos de desgaste e alienação social. Há uma influência na qualidade de vida das pessoas e na organização da cidade que passa pela cultura de massa que homogeneiza e unifica todas as expressões culturais, a serviço do mercado, que é indiferente às heranças e às particularidades locais. Destacamos mais uma vez Milton Santos:

Sem dúvida o mercado vai impondo, com maior ou menos força, aqui e ali, elementos mais ou menos maciços da cultura de massa, indispensável, como ela é, ao reino do mercado, e a expansão paralela das formas de globalização econômica, financeira, técnica e cultural (SANTOS, 2012, p. 143).

Ainda podemos ter na cultura popular ou tradicional, ou qualquer expressão que fuja à denominação de massa, uma forma capaz de revelar a força de uma identidade e território, não homogeneizados. Por outro lado, a própria cultura popular é, em muitos casos, apropriada pela política como uma forma de discurso homogêneo e que não revela as particularidades, mas evidencia, em tom universalista, uma expressão simbólica de um espaço determinado, para fins individualistas desta política moderna.

Se tomarmos essas duas questões, a cultura e a vida política como referência, o homem moderno seria um ser infeliz, pois vive uma individualidade exacerbada e sabe muito pouco do mundo que o cerca, recebe tudo pronto e enlatado pela mídia. Seu único esforço é abrir, não a mente, mas a boca, e pôr goela abaixo o que lhe servem. Na sociedade grega, a cidade política perfeita seria aquela feita por homens iguais, e supridos de todas as necessidades. Mas é importante lembrar que a sociedade grega se difere muito da sociedade moderna. Então não podemos tomar essa configuração para nós, pois até o amor só seria capaz de acontecer entre os iguais. Deste modo, o que nos configura na sociedade moderna enquanto iguais, é a nossa noção de cidadania, formada por todos aqueles que participam da sociedade como um todo, sendo velhos, crianças, mulheres e homens.

Porém, o homem continua, mesmo que distante das concepções aristotélicas, buscando sua felicidade e seu bem-estar, através do reconhecimento social, da sua dignidade, de uma vida sem carências e do convívio saudável com seus semelhantes. Há, entretanto, uma grande distância entre querer e agir, por isso, essas circunstâncias parecem tão inalcançáveis, atualmente. Vivemos dispersos, a tecnologia que nos aproxima é a mesma que nos distancia. Não conseguimos atingir o bem-estar, falhamos na busca do ter, na forma de ser e na maneira de compartilhar. A política teria essa força capaz de gerar socialmente o estado de conforto, dando uma espécie de bem-estar absoluto que se converteria na ausência da carência de nada para o povo.

Até aqui, tomamos o trabalho como sinônimo de atividade, prática, e todas as produções inerentes ao homem sendo políticas e culturais. Foi justamente através do trabalho, da ação refletida, que o homem se construiu historicamente e estabeleceu o equilíbrio entre suas vontades individuais e coletivas, na transformação do seu ambiente. Como resultado dessa relação entre o pensar e o agir, o homem desenvolveu a política e a cultura. Percebemos que o homem articula todo o seu fazer com a intenção, mas o que regula essa intenção? O que faz o homem tomar essa ou aquela decisão? Como o homem cria alternativas para determinado propósito? Essas questões estão relacionadas a escolhas, e essas são organizadas por uma determinação valorativa. E esse composto de valor é desenvolvido a partir das experiências vividas e acumuladas historicamente pelo homem, que resultam nas suas referências valorativas.

Ele vai atribuindo às coisas que produz a importância para o seu bem-estar, tanto coletivo quanto particular, e traduz isso na criação de opções que, de acordo com Lukács, se manifestaria em liberdade, porém não como algo sobrenatural, mas produto da própria atividade humana, a liberdade da escolha (apud, Barroco, 2010, p. 26). Mas de fato o que se

impõe na hora da escolha? Para Marx (apud, Coutinho, 1994.) o valor está na utilidade, e assim sendo, se algo demonstra mais força na resolução de um problema ele terá maior valor por ser mais útil que o outro, determinando conseqüentemente sua escolha. Todavia ainda nos cabe uma pergunta: o que faz a mediação da escolha daquilo nos parece ser melhor? O que faz hoje uma sociedade optar por uma política de austeridade econômica e protecionismos arbitrários ou se apropriar de culturas tradicionais transformando-as em produtos comerciais deslocados de suas referências históricas e territoriais? O homem na sociedade está em busca da felicidade. A felicidade estaria então ligada a essa condição social estabelecida pela política e pela cultura, que seriam os resultados das ações humanas refletidas na busca do bem-viver. O homem feliz teria como hábito buscar o bem, usando a política a favor de todos.

Ora, se alguma dádiva os homens recebem dos deuses, é razoável supor que a felicidade seja uma delas, e, dentre todas as coisas humanas, a que mais seguramente é uma dádiva divina, por se a melhor (Aristóteles, A Ética a Nicômaco, 1984, p. 59).

A humanidade está confusa, isso podemos dizer que é consequência de um agir submetido a um padrão de vida sócio-político-econômico, desprovido fundamentalmente de ações coletivas. Mas isso ainda não nos responde as questões postas acima, o que regula de fato as ações políticas e culturais do homem para o seu bem e o bem coletivo? Sobre isso nos fala Maria Lucia S. Barroco:

A ética põe exigências à sociabilidade no sentido de exigir que o sujeito ético-moral assumas responsabilidades por suas escolhas, não apenas pelas implicações e consequências para si mesmo, mas também para os outros, que devem ser respeitados e tratados como seres iguais, quer dizer, como seres que possam ter escolhas diferentes, mas que têm direitos iguais (Barroco, 2010, p. 78).

Podemos então pensar no Estado como sendo o melhor lugar para se articular princípios éticos que possam se configurar em um bem coletivo? Há de se entender as contradições e as certezas dessa afirmação, a partir do surgimento da ideia do Estado, como este espaço de decisão político soberano para governar um povo dentro de um território delimitado, desempenhando assim funções políticas, sociais, legislativas e econômicas.

As dificuldades administrativas, sobretudo pela aplicação distorcida da ética, pelos governantes, vem de longos períodos, desde a Idade Média, que teve em Nicolau Maquiavel (1469-1527) um representante legítimo do entender dos mecanismos de distribuição e reconhecimento, ao qual os príncipes estavam envolvidos. Propondo uma série de ações, de ética duvidosa, para que esses governantes dominassem os cidadãos e os territórios. Evidente que essas aplicações produziam o contrário do bem-estar e que dificilmente estavam ligadas à

ética tal como se pretende. Maquiavel aponta que a moral pública era uma instância que se diferenciava da moral privada, entendendo que a política deve ser separada dos valores pessoais e religiosos que servem de norte para a vida dos indivíduos.

Nestes termos se desenvolve a ideia dos “fins justificam os meios”, cuja centralidade se estabelece em ações de qualquer natureza, a qual os governantes podem dispor para se atingir os objetivos da política. A ética tende a ser um esforço muito grande para encontrar as melhores maneiras da boa convivência, do bem-estar mas, no princípio maquiavélico, ela tende a ser uma ação que aceita a fraude, o logro como mecanismos legítimos de alcance de objetivos, é uma ética de resultados. Por exemplo, se um esportista usa drogas para melhorar seu desempenho e isso de fato acontece, mesmo enganando o coletivo, pensa que age de maneira correta, pois, a conduta vale pelo seu resultado. Então a conduta é boa, os fins justificam os meios.

[...] e para que se assegure a posse deles, [estados], basta extinguir a linha do príncipe que reinava, porque nas outras coisas, mantendo-se a condição antiga e não havendo desconformidade de costumes, os homens vivem calmamente. [...] O conquistador, para mantê-los, deve seguir duas diretrizes: primeiro, eliminar a estirpe do seu antigo príncipe, e segundo, não alterar suas leis, nem seus tributos, de tal maneira que em brevíssimo tempo forme com o principado antigo um único Estado (Maquiavel, 2005, p. 32).

Numa conformidade com o posto acima, a política no mundo moderno capitalista inverteu a lógica cuja sua função é a de criar privilégios a uns em detrimento da vida de muitos. Hoje os governos federais, estaduais e municipais utilizam da política como forma de sustentar um poder de forma vitalícia, a administração pública é passada de pai para filho, pela política se realizam vontades privadas, os gestores são ineficientes e despreparados para a vida política, e o poder público está submetido ao mercado econômico.

A partir das ideias de Maquiavel começaremos a “costurar” uma rede de influências filosóficas mais contemporâneas, elucidativas à ética, elemento suscitador de tantas controversas, mas que em sua essência acaba por se ajustar ao momento histórico ao qual se encontra inserida. Com essa “régua filosófica”, onde cada “pai fundador” de sua própria teoria apresenta-se em dado espaço milimétrico, poderemos mediar as ideias e a sua melhor aplicação, tentando entender como a ética vem sendo aplicada e utilizada pelos governantes no que tange seu exercício nas práticas culturais e políticas da sociedade contemporânea. Sendo assim Thomas Hobbes, em sua obra “O Leviatã”, expõe claramente os aspectos da dureza que o Estado deve impor aos cidadãos, a fim de trazer-lhes paz através da violência, que eticamente não seria adequado, haja vista que levar brutalidade aos seus cidadãos vai

contra os princípios pelos quais o governante jurou defender, ou seja, a preservação, proteção e cuidado com o seu povo.

[...] Consequentemente é um preceito ou regra geral da razão, que todo homem deve esforçar-se pela paz, na medida em que tenha esperança de consegui-la, e caso não a consiga pode procurar e usar todas as ajudas e vantagens da guerra [...] (HOBBS, 2006, p. 48).

Outro filósofo que contribuiu para a formação desse conceito de ética é Immanuel Kant, (1724-1804), considerado o fundador da ética moderna. Esta ética, kantiana, é chamada de deontológica, isto é, com base na noção do dever, afinal a natureza humana é racional e o dever é a expressão da racionalidade humana. Como observa Núbia B. Ribeiro (2012), a razão é legisladora, pois estabelece regras universais, leis que devem valer para todos os seres humanos e segundo Kant, “age de maneira tal que a máxima de tua ação sempre possa valer como princípio de uma lei universal”. Analisando todos estes pensadores, será possível dar sequência ao primeiro capítulo, sobre as políticas culturais, um marco nos últimos mandatos do governo “Lula”.

1.2 - POLÍTICAS PÚBLICAS CULTURAIS NO BRASIL A PARTIR DO GOVERNO LULA.

A vitória de Luís Inácio Lula da Silva, na eleição para presidente do Brasil em 2002, não foi apenas uma vitória política, mas, sobretudo uma vitória cultural. Numa pequena reflexão, perceberemos o quanto essa assertiva sobre a chegada de Lula ao poder é pertinente. Primeiro por ser Lula um representante vindo direto da classe trabalhadora, metalúrgico e emissário de uma camada popular, um contraste com os antigos governos, elitistas, acadêmicos e de lógica privativa; segundo pelas propostas de colocar o povo com sua cultura e diversidade, como protagonista da história do país, quebrando com os paradigmas herdados pelas políticas dos governos da ditadura, e após a redemocratização⁵, dos governos neoliberais. Assim, tomou conta do país a esperança de um novo ciclo para sociedade, que seria marcado por uma importante transformação social. Essa vontade era fruto de um passado recente, com grandes feridas a serem curadas, como podemos citar Jorge Mattoso:

Desde o início desse período em 2003, quando da posse do primeiro governo de Lula, o país buscou sair de um imbróglio no qual se encontrava havia duas décadas, marcado por um crescimento econômico insuficiente, baixas taxas de investimento, acentuada vulnerabilidade externa, redução da capacidade de intervenção e regulação do Estado, elevação do desemprego, precarização do trabalho e aprofundamento de nossas vergonhosas miséria e

⁵ Redemocratização compreende-se como sendo os anos que sucederam ao fim da ditadura militar brasileira a partir de 1985.

desigualdade. Ao longo desses dez últimos anos, o Brasil não somente rompeu com aquele quadro terrível, que parecia endêmico e sem fim, como passou por um período de consolidação democrática e de conformação de uma nova forma de desenvolvimento. E, não menos importante, com um crescente reconhecimento popular de que essa nova realidade vivida pelo país representa avanços consideráveis e conquistas históricas nos campos econômico e social (Sader, 2013, pg. 111).

Lula então atribui à política um novo papel na organização e na consolidação das condições necessárias para se chegar a uma sociedade brasileira mais justa, democrática e mais ética. Garante, a partir das diferenças e especificidades do povo brasileiro, uma mediação que levasse em conta as necessidades dos diversos grupos que a compõe, e que historicamente foram oprimidos, como os negros, os índios, e a classe trabalhadora em geral. A cultura, no bojo dessa nova perspectiva de governo, passa a ocupar um lugar de destaque nos arranjos políticos com vistas à contribuição para a formação de uma sociedade mais democrática, inclusiva, autônoma, produtora e protagonista de práticas econômicas, culturais e sociais mais justas. O discurso do governo Lula veio afirmar e dar a cultura o seu papel fundamental na construção de um país sonhado, garantindo a preservação da identidade, da cidadania e da superação da exclusão social. O governo do PT⁶ trouxe para a esfera federal alguma experiência sobre a gestão e formulação de um novo horizonte social a partir de novos conceitos para as políticas culturais. Tomamos a definição de Teixeira Coelho em seu “*Dicionário Crítico de Política Cultural*”, como modelo teórico que a princípio seguiremos para as definições sobre políticas culturais. Entendemos que este campo de estudo é vasto, por vezes impreciso, abarca outras definições, e agrega novos valores, mas sentimo-nos, neste primeiro momento, contemplados nestas afirmações:

[...] a política cultural é entendida habitualmente como programa de intervenções realizadas pelo Estado, instituições civis, entidades privadas ou grupos comunitários com o objetivo de satisfazer as necessidades culturais da população e promover o desenvolvimento de suas representações simbólicas. Sob este entendimento imediato, a política cultural apresenta-se assim como o conjunto de iniciativas, tomadas por esses agentes, visando promover a produção, a distribuição e o uso da cultura, a preservação e divulgação do patrimônio histórico e o ordenamento do aparelho burocrático por elas responsável. Essas intervenções assumem a forma de: 1. normas jurídicas, no caso do Estado, ou procedimentos tipificados, em relação aos demais agentes, que regem as relações entre os diversos sujeitos e objetos culturais; e 2. intervenções diretas de ação cultural no processo cultural propriamente dito (construção de centros de cultura, apoio a manifestações culturais específicas, etc.) (Coelho, 1997, pg. 292).

⁶ PT - Partido dos Trabalhadores.

Feitas essas considerações, podemos avançar no sentido de entender que a tendência do governo Lula em relação ao campo da cultura como elemento estratégico de mudança social, já era um fator essencial de suas plataformas políticas. Quando assumiu em 1989 a Secretaria Municipal de Cultura da Cidade de São Paulo – (SMC), Marilena Chauí⁷ impôs uma conduta de valorização da cultura e como veremos a frente, foi esta mesma direção que as ações na instância federal, com a chegada de Lula ao poder, continuaram. Chauí apontava já naquela época, três elementos paradigmáticos, herdados historicamente, a serem vencidos, para que se consolidasse uma política cultural de produção da autonomia humana e inclusão social: o primeiro fator a ser quebrado era o poder público como o produtor da cultura, dos conteúdos e das formas cuja população estaria subordinada, reforçando todo o processo de domínio e controle hegemônico a partir de determinadas expressões culturais. O segundo se relaciona com a tradição dos governos populistas e incluímos aqui os da ditadura, cujo Estado faria da cultura uma matéria prima a ser forjada, moldada e devolvida para a população de forma pedagógica, estabelecendo a divisão dicotômica entre cultura de elite (da classe dominante, portanto a cultura certa, correta e verdadeira) e a cultura popular (da classe dominada, conseqüentemente nula, sem valor social, ou de representatividade de uma nação).

Por último, as implicações do surgimento do estado neoliberal com seu papel de articulador da cultura reduzido, e deixando a cargo do mercado da indústria cultural, os direcionamentos sobre os conteúdos e produtos culturais oferecidos para a população. E para combater essas concepções em relação às quais o povo era sujeito, foi definido dentro da Secretaria de Municipal de Cultura de São Paulo o conceito de “cidadania cultural”, sendo então, maneira de enfrentamento às condições a qual a cultura era submetida.

A cidadania cultural para Chauí se configurava em dois elementos fundamentais da gestão de políticas para cultura: primeiro a cultura como um bem, um direito a todo cidadão, e a cultura como trabalho de criação, nesse sentido reafirmando a possibilidade da cultura promover o trabalho como uma ação reflexiva, produtora de significantes e significados, indo na contramão do trabalho alienante. Essa experiência do governo do PT em São Paulo aponta para um forte indício das condições e ações de políticas públicas para cultura, que tomariam conta do governo Lula e iriam ser expandidas por todo o país.

Podemos destacar três elementos propostos nas políticas da SMC, que iam na contramão do que o estado historicamente se propunha em relação a política pública e sua intervenção na cultura: o poder público como incentivador, estimulador, fomentador das

⁷ Marilena Chauí é professora de filosofia da universidade de São Paulo (USP) e autora, entre outros livros de *Iniciação à filosofia* (Ática, 2012) e *Cidadania Cultural* (Perseu Abramo, 2006).

ações culturais e mediador das desigualdades entre grupos, comunidades e minorias, cujas expressões tenham sido renegadas e excluídas socialmente pela cultura dominante; a secretaria enquanto um espaço aberto de diálogo e conformação de ideias e pareceres; e a valorização da criação, da fruição simbólica e estética dos modos de vida dos agentes culturais. Essas ações incidem substancialmente no papel da ética, cujo nosso trabalho aborda, entendendo a ética enquanto formadora de mediações na esfera pública, que reconheça as diferenças e possibilite a todos exercer, sob condições justas de oportunidades, igual participação nos processos decisórios da vida social. Assim, se configurava o campo de atuação da SMC como um espaço democrático e ético, no sentido da mais ampla possibilidade da sociedade e poder público chegarem às melhores propostas para cultura. Em carta aberta a SMC, Marilena Chauí expõe:

A Secretaria Municipal de Cultura não será produtora de cultura nem dirigirá a cultura sob perspectiva doutrinária. A esta secretaria caberá estimular e promover as condições para que a população desta cidade crie e frua invenção cultural. Sem dúvida, esta secretaria, não tendo o monopólio das iniciativas culturais, terá o direito de receber, discutir, avaliar e propor projetos que lhe venham da sociedade tanto quanto aqueles que venham de seus próprios funcionários, também participantes da vida cultural da cidade. Um sistema interno e externo de colegiados, fóruns e conselhos será desenvolvido com a finalidade de abrir o campo à participação dos cidadãos e dos funcionários-cidadãos, na mudança da paisagem cultural de São Paulo (Chauí, 2006, p.71).

Mas sabemos, contudo, que não foi uma tarefa fácil, tendo em vista que o próprio governo do PT sofria por ser a primeira vez que governava uma grande cidade, e tendo que lidar com um estado burocrático, desigual, carente, e engessado pelas leis. Assim os três elementos históricos que estavam na ordem de superação da SMC, o controle estatal da cultura, a dicotomia cultura de elite e cultura popular, e o estado neoliberal, também surgem com uma nova leitura e perspectiva apontada por Rubim (2008), na qual o caminho das políticas culturais no Brasil produziu tristes tradições e, por conseguinte, enormes desafios.

Estas tristes tradições podem ser emblematicamente sintetizadas em três palavras: ausência, significada desde os tempos coloniais, passando pelo Império e República, em que o menosprezo a cultura indígena e a cultura negra, aliado a um investimento ínfimo em educação, saúde e cultura promoviam esse Estado ausente de suas responsabilidades; o autoritarismo cujas ditaduras impuseram o silêncio, a violência e a subordinação à cultura fornecida pelo Estado e pelas classes dominantes; e a instabilidade que se configurava em grande parte nas fragilidades institucionais dos órgãos ligados a cultura e das discontinuidades políticas. É sobre essas marcas e essa memória que Lula surge. No plano

federal essas ações ampliadas serão compreendidas a partir do Programa Cultura Viva, desenvolvido pelo Minc em 2004, e que iremos aprofundar em capítulo seguinte e específico deste trabalho.

Lula foi eleito sobre a base de um discurso de enfrentamento e mudança em relação às tristes experiências pelas quais a sociedade brasileira havia passado, principalmente nas duas primeiras décadas, após o período de redemocratização. E são enfatizadas por Jorge Mattoso (2013) qualificando essa superação social a qual o governo do PT passou:

Passados dez anos da eleição do primeiro governo federal liderado pelo PT, temos uma evidencia incontestada: o Brasil mudou bastante nesses anos, e para melhor, muito melhor. (Sader, 2013, p. 111).

A este final incluímos sem medo de errar que a cultura foi significativa para esses avanços. Em seu discurso, o presidente Lula apontava para um rompimento com a hegemonia de controle imposta pelos países imperialistas sobre o Brasil. Enfrentaria as potências globais que exerciam e infligiam um poder à autonomia política, econômica e cultural do país. Mas não seria nada fácil, já que internamente ainda enfrentaria uma mídia tendenciosa e uma elite conservadora e oposicionista por ver um homem do povo chegar ao poder.

Em grande parte isso se deu pela tendência de seu governo ter abandonado alguns valores tradicionais da política, apostando numa centralidade de valores e princípios domésticos mais próximos a realidade de seu povo, portanto mais homogêneos. Lula desponta como um governante de esquerda de princípios socialistas, que mudaria o rumo ideológico da política, economia e cultura do país como nunca se imaginava. Consolida a política como a ferramenta de disposição de uma sociedade mais justa e ética. Mas cabe uma crítica que não nos será possível desdobrá-la, houve em grande medida uma aproximação do governo Lula com centro para garantir a sua governabilidade, essa aproximação teve seu ônus.

O Brasil a partir de agora teria a responsabilidade de ser protagonista de sua própria história. E foi com essa certeza que o governo Lula conseguiu em grande medida fazer com que o país tivesse um novo reconhecimento por parte dos brasileiros e pela comunidade internacional. O Brasil conseguiu acumular divisas, distribuir renda, reduzir a pobreza e a miséria, dando qualidade para o crescimento econômico, aumentar suas relações internacionais e sua liderança política nas questões mais fundamentais no mundo e principalmente dentro da América latina. E internamente, o governo alcançou uns dos maiores índices de inclusão social e distribuição de renda, com programas como o bolsa família, o programa universidade para todos e o programa de aceleração do crescimento (PAC). O Brasil de Lula se desenvolveu. De 2003 a 2006 o Produto Interno Bruto (PIB) cresceu em

media 3,5% (mais do que o dobro do período de 1998 a 2002) e de 2007 a 2010 cresceu 4,6%, atingindo seu maior crescimento da década em 2010 de 7,5%, conforme Nelson Barbosa (2013).

Este cenário se refletiu totalmente na mudança de mentalidade sobre a articulação da produção cultural, enfatizando seu potencial na construção de autonomia e inclusão social, sobretudo na possibilidade de um aporte de recursos que fossem significativos para essa empreitada. Toda a dimensão alcançada pelas políticas culturais na gestão Lula se deu primordialmente na ampliação do diálogo com os agentes culturais, com as comunidades e grupos tradicionais. Centrado na ideia de uma gestão compartilhada cuja sociedade teria fundamental importância nos processos decisórios sobre as principais questões culturais do país, o governo acerta em pontos fundamentais para espalhar pelo corpo cultural do país uma nova era de valorização da cultura como bem, como direito, algo a transformar e dar mais cidadania ao povo. Os Pontos de Cultura, que são ações presentes no Programa Cultura Viva, foram os grandes representantes dessa nova condição de protagonismo social, cultural e político que uma gestão pública compartilhada apresentou durante o governo Lula.

O Ponto de Cultura foi o principal elemento articulador das políticas culturais do governo Lula desenvolvido a partir do Programa Cultura Viva, e ofereceram uma espécie de passaporte para a diversidade das expressões e produções da cultura nacional, fazendo com que ela cruzasse fronteiras entre cidades, entre os estados, permitindo o intercâmbio de culturas, de linguagens, de modos de vida, de gente, de pessoas que tinham a mesma essência, a mesma alma, o mesmo idioma, irmãos que estavam tão pertos e não se viam não se reconheciam, pois afastados distanciados pela soberania de uma política que privilegiava a cultura elitizada apropriadora e usurpadora do popular e do tradicional, os colocavam no anonimato, na solidão de suas vidas. As políticas culturais então nascem num horizonte de diálogos entre o poder público e a sociedade civil, e que são materializados na criação dos mecanismos que iriam permitir esse encontro entre os gestores públicos culturais e a sociedade. Essa percepção fica clara como nos coloca Célio Turino:

A aplicação do conceito de gestão compartilhada e transformadora para os Pontos de Cultura tem por objetivo estabelecer novos parâmetros de gestão e democracia entre Estado e Sociedade. No lugar de impor uma programação cultural ou chamar os grupos culturais para dizerem o que querem (ou necessitam), perguntamos como querem. Ao invés de entender a cultura como produto, ela é reconhecida como processo. [...]Ponto de Cultura é um conceito de política pública. São organizações culturais da sociedade que ganham força e reconhecimento institucional ao estabelecer uma parceria, um pacto, com o Estado. Aqui há uma sutil distinção: o Ponto de Cultura não pode ser para as pessoas, e sim das pessoas; um organizador da cultura no nível local, atuando como um ponto de recepção e irradiação de cultura.

Como um elo na articulação em rede, o Ponto de Cultura não é um equipamento cultural do governo, nem um serviço. Seu foco não está na carência, na ausência de bens e serviços, e sim na potência, na capacidade de agir de pessoas e grupos. Ponto de Cultura é cultura em processo, desenvolvida com autonomia e protagonismo social (Turino, 2009, p. 63-4).

Os Pontos de Cultura serão discutidos no capítulo seguinte deste trabalho. Contudo, podemos compreender que houve em grande medida uma abertura do Estado, tendo na sociedade civil nas suas ações políticas e culturais uma participação mais efetiva nos direcionamentos sociais. Em certa medida houve uma compreensão e realização daquilo que Gramsci apontava enquanto uma categoria descritiva como o estado ampliado, formado pelas esferas da sociedade civil e pelas esferas da sociedade política, que fariam da esfera pública, o campo de disputas, conflitos e da organização do Estado democrático, gerando equilíbrio entre o consenso social e a força política:

Essas duas esferas se distinguem, justificando assim que recebam em Gramsci um tratamento relativamente autônomo, pela *função* que exercem na organização da vida social e, mais especificamente, na articulação e reprodução das *relações de poder*. Em conjunto, as duas esferas formam o Estado em sentido amplo, que é definido por Gramsci como “sociedade política + sociedade civil”, isto é, hegemonia escudada pela coerção. Nesse sentido, as duas esferas servem para conservar ou transformar uma determinada formação econômico-social, de acordo com os interesses de uma classe social fundamental no modo de produção capitalista. Mas a maneira de encaminhar essa conservação ou transformação varia nos dois casos. No âmbito da “sociedade civil”, as classes buscam exercer sua hegemonia, ou seja, buscam ganhar aliados para os seus projetos através da *direção* e do *consenso*. Por meio da “sociedade política” – que Gramsci também chama, de modo mais preciso, de “Estado em sentido estrito” ou “Estado-coerção” -, ao contrário, exerce-se sempre uma “ditadura”, ou, mais precisamente, uma dominação fundada na *coerção* (Coutinho, 1994, p. 54).

A ética aparece enquanto essa possibilidade da construção na esfera pública das soluções sobre os desejos, os interesses, as necessidades e demandas tanto pelos receptores quanto pelos executores e gestores das políticas públicas. A ética se coloca como um estado de mediação do bem-estar coletivo, através da escolha de valores e princípios comuns a todos, e enquanto reflexo daquilo que de melhor se pode fazer para o bem comum, entendendo a perspectiva de direitos do “outro”, na mesma medida em que o “eu” exige os seus.

A ética torna a esfera pública o local ideal e democrático para construção de uma gestão compartilhada de políticas públicas que assegure, afirme e realize uma transformação da realidade social, dando uma vida mais digna para a população. A ética para a política pública funciona como um instrumento eficaz para proteger os direitos do cidadão, admitindo soluções entre as prioridades do governo e as necessidades da sociedade. A constituição brasileira de 1988 evidencia os princípios éticos que deverão nortear a boa conduta da

administração pública: Nela estão os cinco princípios éticos mais relevantes da administração pública, a saber: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência⁸. A ética então importa para si uma relevância fundamental na elaboração e execução das políticas públicas. Ela passa a ser um estado de ação que está acima das vontades e das moralidades individuais, sua função é viabilizar a partir de princípios e valores universais os anseios do povo. O grande pensador Immanuel Kant que desenvolveu a ética moderna, a coloca como noção de dever, pois sendo o dever a expressão da racionalidade humana. Deste modo a razão legisladora estabeleceria regras e leis universais que valessem para todos os homens, (Barroco 2010). E a exemplo das políticas públicas o agir com dever se daria quando um gestor mantivesse realizadas as ações de outro, evitando pessoalizar a execução dos processos relacionados aos direitos e bem-estar social. A ética na esfera pública se torna um caminho sem desvios de princípios, não há espaço para o gestor público mal intencionado, a ética exclui a possibilidade de articular para si favorecimentos, ou aquilo que não estava de acordo entre as partes.

A mudança no paradigma das políticas culturais a partir do governo Lula lançou a possibilidade de se descobrir um Brasil ainda não conhecido pelos brasileiros, o Programa Cultura Viva nesse sentido foi um verdadeiro desbravador das potências de partes adormecidas do corpo cultural brasileiro. Ficou famosa a expressão “do-in antropológico” dita pelo então Ministro da Cultura Gilberto Gil em seu discurso de posse e que já apresentava esse novo caminho que seria tomado pelo governo em relação ao desenvolvimento das políticas públicas para cultura e fundamentalmente do papel do estado na criação de espaços democráticos e éticos, protagonizados pelos agentes culturais.

O Ministério não pode, portanto, ser apenas uma caixa de repasse de verbas para uma clientela preferencial. Tenho, então, de fazer a ressalva: não cabe ao Estado fazer cultura, a não ser num sentido muito específico e inevitável. No sentido de que formular políticas públicas para a cultura é, também, produzir cultura. No sentido de que toda política cultural faz parte da cultura política de uma sociedade e de um povo, num determinado momento de sua existência. No sentido de que toda política cultural não pode deixar nunca de expressar aspectos essenciais da cultura desse mesmo povo. Mas, também, no sentido de que é preciso intervir. Não segundo a cartilha do velho modelo estatizante, mas para clarear caminhos, abrir clareiras, estimular, abrigar. Para fazer uma espécie de “do-in” antropológico, massageando pontos vitais, mas momentaneamente desprezados ou adormecidos, do corpo cultural do país. Enfim, para avivar o velho e atizar o novo (Gilberto Gil, 02/01/2003).

⁸ Constituição Federal Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998). http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm acessado em 24/11/20013.

O desenvolvimento das políticas culturais no governo Lula se deu numa corrente de expectativas dos agentes culturais, produtores e a sociedade em geral, que exigiam uma mudança no comportamento político em relação a cultura. Solapada por ações públicas hierárquicas, autoritárias, verticais, dos governos anteriores, a cultura nas mãos do capital privado, privilegiador da cultura de massa, centralizado na oferta e não na demanda. Cabe ai então uma pequena análise sobre os anos anteriores. A década de 90 foi marcada por ações significativas no campo da gestão política da cultura.

O presidente Fernando Collor em dezembro de 1990 extinguiu o ministério da Cultura, rebaixando-o a uma secretaria. Essa atitude foi como uma avalanche, que pequena, vai aumentando e cada vez mais ficando densa. Com o fim do ministério, foram extintas a Funarte (Fundação Nacional das Artes), a Fundação Nacional das Artes Cênicas, a Fundação do Cinema Brasileiro, a Fundação Nacional Pró-Leitura e a Embrafilme. A extinção desses setores causou uma grande desarticulação nos programas e nas ações que viam sendo realizadas, e conseqüentemente uma diminuição significativa dos recursos financeiros para o investimento na cultura. Já no ano de 1991 a chefia da secretaria de cultura ficou a cargo de Sérgio Paulo Rouanet, cujo período fica promulgado a lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991 que institui o Programa Nacional de incentivo à Cultura mais conhecida como lei Rouanet, essa lei vinha substituir e revogar a Lei Sarney que não produzira os efeitos esperados, numa tentativa de buscar solucionar os seus equívocos.

A Lei Rouanet, se concentrava em três bases: a) patrocínio ou doação, o mecenato; b) Fundo Nacional de Cultura; c) Fundo de Investimento Cultural e artístico (FICART). Sendo, desses três mecanismos, apenas o patrocínio o mais utilizado. A Lei Rouanet é, sobretudo, uma política de incentivos fiscais que dá, tanto para as empresas como para pessoas físicas, a possibilidade de transferirem parte do IR (imposto de renda) para ações, e atividades culturais.

A Lei Rouanet tinha no seu intuito incentivar empresas e pessoas a investir na cultura a partir da dedução fiscal e como retorno terem valorizadas suas marcas junto a sociedade mas, no entanto, o que preponderou nessa esfera de atuação da lei, foi a percepção do afastamento do Estado no gerenciamento e aplicação de recursos na cultura deixando a cargo das empresas decidirem em qual investimento cultural teriam mais retorno em mídia e propaganda. O governo pela Lei Rouanet subsidiava as ações a partir da renúncia fiscal, mas não tinha nenhum controle ou gerência dos investimentos e das ações culturais, apenas ficavam sob sua responsabilidade aprovar ou não tais projetos.

O critério de aprovação dos projetos por parte do governo – que se limitava a verificar se os objetivos dos mesmos eram os previstos por lei – fez com que efetivamente o mercado decidisse em quais projetos deveria investir, quais renderiam a desejada imagem de marketing cultural. O que o governo terminou fazendo foi liberar recursos públicos para serem aplicados sob a ótica do interesse empresarial (Calabre, 2009, p.117).

Todavia as leis de incentivo foram surgindo como a Lei do Audiovisual em 1992, já no governo de Itamar Franco que permitiam cerca de 100% no abatimento do IR devido para ser aplicado na área do audiovisual, mas vale lembrar que nesse mesmo ano também foi recriado o Ministério da Cultura. Com a chegada de Fernando Henrique Cardoso ao poder em 1995, assume o Ministério da Cultura Francisco Correa Welffort, que viria a ficar no cargo até 2002. As leis de incentivo continuaram a ser aprimoradas e se tornaram quase que a única fonte de financiamento para a cultura, conforme Frederico Silva “os recursos financiados pelas leis de incentivo praticamente corresponderam a mais da metade dos recursos públicos federais” (*apud* Calabre, 2009). Na tabela abaixo fica evidente o quanto a ação do Estado em relação à cultura estava preso às questões de uma legislação que privilegiava as leis de incentivo. A tabela mostra que 30% da legislação para cultura foram em leis de incentivo, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso:

Tabela 1. Demonstrativos de legislação para cultura.

Tipo de legislação	Total do período	Sobre incentivo	Percentual
Leis	16	03	18,7%
Decretos-leis	03	01	34,0%
Instruções normativas	40	11	27,5%
Portarias	21	10	47,6%
Totais	80	25	31,3%

Fonte: Calabre, 2009.

Assim podemos minimamente afirmar que os governos antecessores a Lula privilegiaram, na forma de uma legislação de incentivos, o principal instrumento das suas políticas públicas para a cultura. Ficando evidente que não foi construído nem elaborado nenhum tipo de espaço ou esfera pública que se evidenciasse a formulação de uma política cultural que levasse em conta um processo de gestão junto à sociedade civil. São essas as heranças a serem superadas pela nova política cultural que iria se implementar a partir de 2004, por meio da Portaria Ministerial nº 156, que criava o Programa Cultura Viva, cujo objetivo principal seria promover a produção, a difusão e o acesso aos meios de fruição cultural, através de uma prática de solidariedade e cooperação social, uma lógica que busca os

resultados inversos das leis de incentivos, priorizando o diálogo e uma gestão compartilhada dos recursos e dos bens públicos que fomentam a cultura.

A criação do Programa Cultura Viva veio mudar essa estrutura, a partir de ações importantes. Primeiro descentralizando os recursos e repassando-os diretamente para os grupos, comunidades, associações e agentes culturais, operando uma clara redistribuição financeira, depois atribuindo aos grupos protagonismo e compartilhamento da gestão do programa, e afirmando uma política de cidadania cultural que possibilitou certo confronto, mesmo que ainda desigual, com as estruturas das classes dominantes, que monopolizam os bens materiais e imateriais e, através da mídia, homogeneizam e estereotipam as representações simbólicas. A expectativa inserida nas propostas das políticas culturais no governo Lula tomam um sentido de curar as marcas deixadas pelo impacto de mais de duas décadas de descaso com a cultura, no que se refere à pluralidade, diversidade das expressões, dos modos e dos fazeres espalhados pelo país. A cultura ganha uma essência formadora de um Brasil heterogêneo e democrático. Através das políticas públicas os valores da cultura do povo brasileiro iriam ser repostos.

Assim voltamos à ética como a base de formulação das intervenções sociais que o poder público, através das políticas públicas, e em específico nas políticas culturais, atendem de maneira abrangente e sem parcialidades as necessidades do povo. Entendendo a multiplicidade de ações que estão ligadas a cultura, capazes de transformar a vida social, uma política cultural que não se assegure na ética, como um elemento central, e responsável pela execução das ações públicas, dificilmente haverá êxito e, no contraponto desta consequência, as ações para área da cultura no governo Lula aconteceram, estimulando a potência econômica, política, cultural e artística do país, se configurando na sua política interna de valorização da diversidade cultural como forma de crescimento e desenvolvimento social, gerando mais cidadania.

Por fim, a ética nas políticas culturais pode assegurar o desenvolvimento da vida cultural de uma sociedade como um conjunto de práticas associadas a um diálogo permanente com o poder público, permitindo, através da cultura, uma maior compreensão da realidade social, do desenvolvimento, econômico, simbólico e estético da sociedade.

1.3 - REMANDO CONTRA A MARÉ - O PROGRAMA CULTURA VIVA

A ideia de uma aldeia global, proposta pelo processo econômico capitalista, assegurando o território mundial como o lugar onde todos são iguais nas oportunidades, direitos, e sucesso; tem sido uma grande arena de contação de histórias, cujas sociedades, ludibriadas, seduzidas pelo sucesso oferecido do capitalismo, se enfraqueceram e perderam autonomia e identidade, em prol de uma concentração de riquezas e homogeneização da vida a partir de norteadores elitistas e de uma vida consumista. Essa certeza da alegria, da prosperidade, acentuada, sobretudo, pelo neoliberalismo a partir dos anos 1990, fez com que diversas sociedades do mundo, e principalmente da América Latina, entrassem por um caminho escuro, denso e que iria logo cobrar suas faturas.

Foi o consenso de Washington⁹, que em grande medida propiciou este abalo na estrutura econômica dos países em desenvolvimento e que iriam se revelar em grandes distúrbios dentro da sociedade. Criado para ajustar as economias dos países do chamado terceiro mundo, sobretudo na América latina, seus princípios como a austeridade fiscal, a redução de gastos públicos, o estado mínimo, a privatização de empresas estatais, foram algumas das medidas, impostas aos países em crise econômica, durante os anos do neoliberalismo, e que trazia no seu invólucro a propaganda do desenvolvimento e da normalidade do crescimento econômico, mas na verdade tornou-se um verdadeiro presente de grego, os países que se alinharam a essa filosofia amargaram as consequências de tais medidas. Com o Brasil não foi diferente, o governo de Fernando Henrique Cardoso¹⁰ aceitou essa receita que, no final, deixou ao país um saldo negativo de desemprego e mais desigualdade social.

O processo de globalização desenvolvido pelo capitalismo trouxe grandes perdas para as sociedades no que tange a sua cultura. O processo econômico moderno interferiu diretamente nos modos e no fazer cultural da sociedade. Nessa perspectiva, a proposta de políticas culturais estabelecida pelo governo Lula tensiona a lógica capitalista imposta ao fazer cultural, confrontando a ideia de uma cultura como produto, mercadoria, na sociedade contemporânea, bem como aponta Antonio Rubim:

Na passagem da modernidade para o mundo contemporâneo, outro dispositivo perpassa e marca de modo relevante o campo cultural: a

⁹ **Consenso de Washington** é um conjunto de medidas – formulado por economistas de instituições como o Banco Mundial e o Departamento do Tesouro dos Estados Unidos, e que se tornou a política oficial do Fundo Monetário Internacional em 1990, para promover o equilíbrio econômico dos países em desenvolvimento que passavam por dificuldade.

¹⁰ Fernando Henrique Cardoso é sociólogo, tendo sido presidente do Brasil de 1995 a 2002, eleito pelo Partido Social Democrata do Brasil – PSDB.

mercantilização da cultura, intimamente associada ao desenvolvimento das chamadas “indústrias culturais”. Tal processo indica, sem mais, o avanço do capitalismo sobre os bens simbólicos. Estes bens encontravam-se preservados de serem produzidos por uma lógica submetida ao capital. A emergência das indústrias culturais faz com que os bens simbólicos não sejam produzidos como também mercadorias, porque capturados apenas na esfera da circulação, mas que já sejam concebidos como mercadorias no momento mesmo da produção. Com a mercantilização potencializa-se a tecnologização da cultura, a proliferação das mídias e o aparecimento da cultura midiática, como componente vital da circunstância cultural, em especial dos séculos XX e XXI (RUBIM, 2011, p. 104).

Enquanto o processo de globalização tende a homogeneização das identidades culturais, e isso esteve presente nas políticas dos governos que antecederam o governo de Lula, os princípios que estruturaram a filosofia das suas políticas para cultura, estavam centrados no campo da regionalidade, na potência da localidade e, impregnados da força que há na diferença e na alteridade das pessoas, vista nas diversas manifestações de modos, fazeres e saberes que formam o corpo cultural do Brasil.

Assim a cultura aparece como elemento de organização social, partindo do princípio de bem e direito, da possibilidade de se desenvolver mais cidadania a partir de uma ação pública na qual a cultura se desenvolveria dentro de princípios da ética, da estética e da economia, sendo parte estruturante de valores como autonomia, protagonismo, empoderamento e cidadania cultural.

O Ministério reconheceu a pluridimensionalidade da experiência cultural. De modo geral, são três as dimensões interdependentes. A dimensão simbólica, relacionada ao imaginário, às expressões artísticas e práticas culturais; a cultura como cidadania, direito assegurado na Carta Magna, nas Declarações universais, condição indispensável do desenvolvimento humano; finalmente, a cultura como economia, geradora de crescimento, emprego e renda. O programa Cultura Viva. Assim como os pontos de Cultura atua nestas três dimensões (Juca Ferreira, 2008, p. 11).

Tais conceitos formam a base das políticas culturais iniciadas no governo Lula, que foram reconhecidas nas ações do Programa Cultura Viva, lançado em 2004, pelo Ministério da Cultura. O programa viria ser um grande transformador da área cultural, principalmente com a ação dos pontos de cultura já citado, mas que será detalhado no próximo capítulo, no entanto fazemos este apontamento da inovação prática que essas ações trouxeram para a sociedade brasileira, nas palavras de Célio Turino:

Ponto de Cultura é integração na diversidade. “A parte está no todo, o todo está na parte”; a física quântica comprova esse conhecimento milenar, que foi abandonado pela fragmentação da vida. Passados cinco anos de implantação dos Pontos de Cultura, observo que a reaproximação entre estética, ética e economia é essencial para a organização da vida humana e pode cimentar uma nova significação para a cultura e para a própria

sociedade. Não há como separar um do outro, os 3 “E” da cultura: Ética. Estética. Economia (Turino, 2009, p. 80).

Assim à cultura é dada a importância no processo de desenvolvimento social, ela passa a fazer parte das estratégias de constituição de uma nação mais justa, mais humana, solidária e cooperativa, centrada na sua diversidade, pluralidade e diferença. A cultura passa a ser um caminho necessário para dar vitalidade aos processos sociais, na busca de desenvolvimento humano, menos exclusão e melhores oportunidades no acesso de bens e direitos, ela atinge um status de promotora de cidadania. Dito isso podemos afirmar o papel ético inserido nas políticas culturais enquanto ação do estado que reformula, democratiza, amplia os espaços de debates, promovendo a desmistificação das esferas públicas, tornando-as mais materializadas e próximas da realidade social.

No que tange as ações do governo Lula na cultura, algumas iniciativas foram fundamentais na solidificação desses novos espaços de diálogo e produção de conhecimento sobre políticas culturais, podemos citar a aprovação da EC nº 48, que estabelece o Plano Nacional de Cultura, a tramitação da PEC 150/2003, que estabelece recursos para cultura em todas as esferas governamentais, e a tramitação PEC/2008, que insere a cultura como direito social no art. 6º da Constituição Federal. Além da estruturação, institucionalização e implementação do Sistema Nacional de Cultura. Essas iniciativas constituem ações na contramão da história das instituições culturais brasileiras, que se caracterizaram, com raríssimas exceções, por ações limitadas do ponto de vista da abrangência territorial e da sua continuidade, conforme Frederico Barbosa (2008).

O Sistema Nacional de Cultura se configurou em um espaço amplo de participação social. Sua institucionalização foi esse processo de democratização do acesso às esferas decisórias, a partir da construção de políticas públicas que atendessem as especificidades da área cultural. Sobretudo, o sistema vem se apoiar em um modelo de gestão compartilhada entre união, estados e municípios, através de uma estrutura compreendida e formada por diversas ações com objetivo de formular e implantar políticas públicas de cultura democráticas e permanentes, pactuadas entre os entes da federação e a sociedade civil promovendo o desenvolvimento – humano, social e econômico – com pleno exercício dos direitos culturais e acesso aos bens e serviços culturais que destacamos a seguir¹¹:

¹¹ Acessado no dia 07/01/2014, disponível em <http://pt.slideshare.net/paulorubem/sistema-nacional-de-cultura>.

Tabela 2. Ações do SNC.

Ações presentes no Sistema Nacional de Cultura
Órgãos Gestores da Cultura
Planos de Cultura
Conferências de Cultura Federal, Estadual e Municipal
Sistemas setoriais de Cultura
Sistemas de informação e indicadores culturais
Conselhos de Política Cultural
Estruturas de Financiamento para a cultura
Comissões Intergestores Tripartites
Programa de formação na área cultural

Todos esses componentes dessa nova perspectiva sobre as políticas culturais no Brasil, são espaços éticos de construção e aprimoramento das ações públicas, sobretudo na gestão compartilhada, foi alegoricamente uma remada contra a corrente, em relação a tudo que foi herdado dos anos anteriores ao governo de Lula.

Entre os anos de 1980 a 2003 passamos por um grande vazio na área cultural, no que se refere à construção de espaços públicos de diálogo e de entendimento sobre a importância da cultura na formação de uma sociedade equilibrada e mais ética, tendo na diversidade o seu ponto comum e de unificação. A cultura esteve sempre subordinada às ações de governos ditadores, capitalistas e neoliberais. Se analisarmos todo o desmantelamento que a política cultural sofreu nos governos de José Sarney, Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso, o resultado será a constatação de uma ausência total de políticas culturais, como diz Glauber Piva (2013, p. 288):

É exatamente a combinação das ações de Sarney e Collor com as políticas do período Fernando Henrique Cardoso que originou políticas culturais marcadas por ausências e instabilidades, compondo o cenário de vazio deixado. Historicamente, a direita brasileira lida com a cultura como algo apartado da vida cotidiana, devendo ser oferecida ao consumidor como dádiva, mercadoria ou, então, como produto a ser protegido de sua ignorância. [...] Essa concepção tradicional foi severamente criticada por setores da esquerda brasileira, o que alimentou a elaboração do conceito de *cidadania cultural*, que há muito serve de base conceitual aos programas culturais do PT e, também, as próprias experiências vivenciadas a partir de 2003. [...] Esses governos também se dedicaram a um insulamento do poder, impedindo a participação dos movimentos culturais e dos cidadãos no debate e na formulação das políticas públicas, num esforço para manter os campos rentáveis da indústria cultural nas mãos de empresas, em especial, de conglomerados transnacionais que operam a partir da detenção e domínio dos *copyrights*. Nessa perspectiva, foi na área da cultura que, no governo FHC, a concepção neoliberal do *Estado mínimo* mais avançou. O Ministério da Cultura ficou encolhido, se omitiu e transferiu para o mercado papéis que seriam de sua responsabilidade como órgão gestor. Transferiu, inclusive, praticamente toda a responsabilidade pela decisão sobre o uso dos recursos

públicos federais. Os resultados dessa política foram desastrosos para o país. A concentração dos recursos aprofundou as desigualdades e o elevado grau de exclusão aos meios de produção e difusão de conteúdos culturais. A consequência mais grave dessa visão elitista e marqueteira foi a conformação de um discurso que serviu de sustentação a *cultura do medo*, quando deveria ser ferramenta de forjar esperanças. O *slogan* cunhado no governo FHC, em 1995, “Cultura e um bom negócio”, resume a herança deixada pelos tucanos para Gilberto Gil. Uma herança que conforma um robusto vazio no que foram as políticas culturais em âmbito federal.

As políticas culturais no governo Lula foram uma tentativa ousada de reverter o dano causado por anos dessa ausência, a partir da recuperação da cultura como um espaço social capaz de articular todas as manifestações do fazer humano, nas suas singularidades, confluências, e valores de vida, reconhecendo nossa maior riqueza cultural como sendo a nossa diversidade.

Um programa como o Cultura Viva e os Pontos de Cultura só foram possíveis graças ao ambiente social e político que o Brasil viveu a partir da eleição do presidente Lula. Com o simbolismo que representa a presença de um líder operário e popular no principal cargo da República, o Brasil sobe mais um degrau no seu estágio civilizacional. Para além das mudanças em políticas públicas houve o componente simbólico, da força moral; as pessoas passaram a acreditar mais em si e perceberam que é possível fazer coisas de um modo diferente, experimentar. E se colocam dispostas a compartilhar com o governo porque reconhecem no presidente Lula um dos seus (Turino, 2009, p.185).

Ainda não nos cabe neste momento abordar as dificuldades enfrentadas na implementação das políticas culturais pelo governo Lula, mas vale esclarecer que entre a intenção e as ações de fato houve dificuldades, no entanto é inegável o avanço que o país obteve com as novas políticas públicas para cultura. Aqui tentamos mostrar como uma política pública cultural pode ser esse espaço dinâmico, democrático e mediador enquanto mecanismo de regulação de decisões coletivas.

As políticas públicas para cultura são um verdadeiro desafio a esse mundo moderno, homogêneo, midiático e consumista, que a tudo descaracteriza tornando uma coisa só. E não há como não atribuir a ética fator fundamental na construção de políticas públicas tão específicas e abrangentes como são as ações públicas culturais. E a ética é, sobretudo, uma atividade que exige uma interferência política para que ela se manifeste na sua universalidade. Sem esse compromisso político explícito, a ética fica fragilizada e parcial. Há essa ação imbricada, dialética em que a ética e a política se complementam e nutrem uma na outra.

Quando o Ministério da Cultura assume uma postura de entendimento do Estado como articulador da cultura enquanto bem e direito de forma compartilhada, há nesse processo uma revitalização da credibilidade das instâncias públicas, permitindo o próprio fortalecimento

institucional a partir de uma ação dialogada entre as esferas civis e política da sociedade e o poder público. Nesse sentido a atuação consistente do Estado é a forma mais coerente e eficaz na criação de meios que possam assegurar as discussões, os debates, os diálogos de forma democrática e transparente.

E quando se fala de cultura, esse papel do Estado se torna ainda mais essencial na sua promoção, pois a cultura apresenta um complexo de entendimentos que a sociedade civil sozinha não daria conta de articular enquanto uma ação que preservasse as individualidades, dando a elas mais potência em suas articulações sociais. Essa complexidade do que é a cultura entendemos bem nas palavras de Darcy Ribeiro¹² (1972), que a apresenta como:

(...) herança social de uma comunidade humana, representada pelo acervo coparticipado de modos estandardizados de adaptação à natureza para o provimento da subsistência, de normas e instituições reguladoras das relações sociais e de corpos de saber, de valores e de crenças com que explicam sua experiência, exprimem sua criatividade artística e se motivam para a ação.

A criação do Programa Cultura Viva, de instrumentos legais, dos sistemas de cultura, e dos conselhos asseguraram uma base importante para consolidar e articular ações de políticas públicas culturais no país, a serem posteriormente analisados aqui. Retornando a questão ética na construção de políticas culturais, as estruturas como o Sistema Nacional de Cultura e o Conselho Nacional de Políticas Culturais aparecem como esses instrumentos capazes de garantir a pluralidade nas discussões sociais, uma vez que Estado e sociedade civil conseguem ter, nessas dimensões, uma esfera pública para tomadas de decisão, como fica bem argumentado a seguir:

Algo semelhante se pode dizer do CNPC: foi criado para se tornar instrumento de deliberação e pactuação democrática de prioridades e objetivos, mas tem tido dificuldades para se desdobrar em realidade institucional. A instituição é de extrema importância, e sua criação no âmbito da SNC reforça pendor participativo e democrático da atua do Minc. [...] A criação do SNC se tornou um dos processos mais marcantes e promissores, no âmbito da administração cultural. Muitos foram os estados e municípios que aderiram ao sistema de forma voluntária, através da assinatura de protocolos com Minc. Sem dúvida os desafios são muitos. O SNC é um sistema que se funda na adesão voluntária, na construção progressiva e que se caracteriza pela descentralização, articulação e cooperação entre esferas de governo e sociedade (Barbosa, 2008, p. 71-2).

Numa pequena contextualização, no Brasil, passamos recentemente por uma ditadura militar (1964 a 1985) altamente violenta, repressora e censora, aos canais de informação e à

¹² Darcy Ribeiro - antropólogo, educador, escritor e político brasileiro. Foi o relator da Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB –, aprovada no governo Fernando Henrique em 1996. Autor de extensa obra antropológica, dedicou-se principalmente ao estudo dos índios. Faleceu em decorrência de câncer, em 1997.

produção cultural. No campo da cultura e a da liberdade de expressão foi um período drástico, de silêncio forçado, que deixaram sequelas até os dias de hoje.

E tão logo passasse esse tempo, entramos no período mais pesado do sistema capitalista na modernidade, a homogeneização da vida, a transformação da vida em produto, o homem passa a viver em função da produção, da mercadoria, a identidade cultural tanto coletiva quanto individual, se separa do homem. É com esse passado que podemos assegurar a mudança na formação das novas políticas culturais no Brasil, pensadas eticamente, tendo em essência a formação de um espaço público de diálogos e de conformação de ideias.

Nesse caminho fica então claro que, ao Estado cabe garantir e materializar os princípios e direitos a expressão e a informação para toda a sociedade, mantendo assim a esfera pública como uma dimensão plural, democrática que assegura paridade de oportunidades a toda diferença. A experiência recente das políticas culturais no Brasil demonstra estar na ordem inversa desse passado, cujas ações estavam centradas no mercado, o que se demonstrou insuficiente, ineficaz e intolerável para um país tão rico e diverso.

A cultura, além de ser um campo social específico, transborda tais limites e adquire uma transversalidade que perpassa toda a complexa sociabilidade contemporânea. Por conseguinte, as políticas culturais têm que dar conta do seu campo social específico e dessa transversalidade que faz a cultura permear os mais diferentes campos da sociabilidade atual e interagir cada vez mais (Rubim, 2011, p. 106).

Por este caminho, existe um acionamento ético fundamental para que surgissem os efeitos dessa nova política que, através da cultura, promoveria mais cidadania e sociabilidade. A ética se apresenta como espaço de diálogos e gestão compartilhada entre sociedade civil e poder público, para a escolha de princípios e valores norteadores de uma ação que promova o bem coletivo. Deste modo, se garante na ação estatal, como instrumento potencializador da cidadania e do exercício dos direitos por todos os indivíduos da sociedade, de maneira a diminuir a exploração de culturas, de povos e comunidades, reafirmando a pluralidade das expressões sociais e políticas e dos modos de vida.

Outro fator determinante nessa mudança da postura política sobre a cultura está na disponibilização de recursos, pois é a maneira de se garantir todas as possibilidades da produção cultural, nos seus níveis de criação, fruição, conteúdo, repertório, técnicas e acesso. Pois reconhecimento sem redistribuição financeira se torna um desdobramento muito inócuo. A mudança na perspectiva das políticas culturais a partir de 2003 se dá na ação mais contundente do Estado em promover, desenvolver e potencializar as competências dos

agentes culturais que promovem a diversidade cultural do país, a partir da entrega de recursos financeiros diretamente aos grupos e agentes culturais.

Essa mudança nos paradigmas das políticas culturais cujo país passou, se consolidou na perspectiva de uma cidadania cultural como um caminho para um desenvolvimento humano articulado com outros setores sociais. A cultura como elemento forte da economia, a cultura como indústria, como geração de renda, a cultura como um direito e emancipação social, questões que têm passado por várias áreas da sociedade e por diversos setores governamentais, o que reforça a inclusão, nas estratégias políticas, do tema cultura.

O Programa Cultura Viva, que será objeto deste trabalho e tem sido importante elemento na formação de uma nova essência das políticas culturais no Brasil. Tendo como base conceitual a promoção do acesso aos meios de fruição e produção cultural a partir de uma prática de cooperação social, aos grupos expostos a situações de maiores riscos de não terem seus modos de vida e sua produção cultural, reconhecidos e valorizados historicamente, assim o programa aponta para caminhos percorridos e ainda não trilhados pelas políticas públicas para cultura. A cultura com o Programa Cultura Viva passa a ser vista como um elemento de autonomia e de emancipação humana. O reconhecimento das diversas manifestações culturais e o respeito pela autenticidade e identidade dos povos que formam o país, ganha um novo olhar, e lugar na agenda política.

O Programa promoveu uma extraordinária mudança no foco das ações públicas de investimento na cultura, possibilitando enxergar um Brasil maior, plural, diverso, contudo intimidado por um sistema excludente que sempre privilegiou a cultura de massa. A cultura, então se torna um meio para que uma comunidade se interatue de tal forma, chegando a resolver problemas sociais, e principalmente de identidade, assim melhorando a qualidade de vida das pessoas. As políticas culturais se demonstraram uma forma eficaz de garantia de direitos e cidadania, articuladas sob a instância de um bem e direito.

As políticas culturais a partir de 2003 representaram uma nova forma de se gerir publicamente a produção cultural, sobretudo com a questão do financiamento público direto, este elemento pode ser considerado como uma grande revolução naquilo que podemos considerar como reconhecimento e redistribuição de recursos.

A descentralização na distribuição dos recursos, conjugada ao equilíbrio entre a valorização da cultura local, o acesso à cultura digital, a troca de conhecimento, e a ampliação e diversificação da cultura das comunidades configuram outro conjunto de percepções expressas pelos gestores. [...] Como exemplo e esboço de uma verdadeira política pública de promoção da diversidade de atores, expressões e modelos de pensar e fazer cultura, o

Programa Cultura Viva assume um duplo vetor inclusivo. De reconhecimento daqueles que se mantinham invisíveis como criadores de processos e produtos culturais, e de partilha efetiva da gestão (Barros, 2011, p. 72).

A direção das políticas culturais então entra em choque, em confronto com os modelos hegemônicos, pois tem na sua base de idealização reconhecer a diversidade dos atores sociais com a afirmação de suas representações simbólicas e de identidade com aplicação direta de recursos públicos. No que pese o alcance das ações realizadas pelo governo em prol da cultura, há nitidamente um contraste com as ações realizadas pelos governos neoliberais, pois impõe uma perspectiva de uma política pública que seja democrática e participativa. Mas não queremos entrar às cegas nessas considerações que apontam para essa percepção das políticas culturais do governo Lula, como sendo responsáveis pela mudança radical na sociedade, no que se refere as suas questões sociais, no entanto iremos, durante este trabalho, tensionar esses alcances e limites das ações culturais no país.

Houve uma mudança na lógica do estado sobre investimento na cultura, tendo como base o desenvolvimento social. Quando o governo Lula coloca como princípios norteadores de suas políticas culturais a economia, a ética e a cidadania, parte da compreensão de que a cultura não pode ser tratada com a mesma lógica que outras atividades. Se ela representa uma atividade geradora de riquezas, importa que essas riquezas sejam distribuídas pluralmente, tendo em vista que as atividades, bens e serviços econômicos são também portadores de identidades, valores e significados. As ações do governo Lula foram capazes de tirar a sociedade de uma UTI, consequência de anos de maus tratos à cultura do país, nas palavras do Ministro Gilberto Gil, começamos um “do-in antropológico”, massageando áreas vitais para recuperar o corpo cultural do país.

CAPÍTULO II

O PROGRAMA CULTURA VIVA E SUA DINÂMICA

2.1 - A ESTRUTURA CONCEITUAL DO PROGRAMA CULTURA VIVA

Algumas questões são fundamentais para entender o desenvolvimento das políticas culturais no Brasil. Historicamente o país sempre teve dificuldade na intersecção dos grupos étnicos. Tentativas no sentido de aproximar tais realidades distintas, desde o tempo do Império do Brasil, não faltaram. Sobretudo pelos esforços de vários deputados, como José Bonifácio de Andrada e Silva, com o projeto “Apontamentos para a civilização dos índios bravos do Brasil”¹³, que tinha como objetivo integrar os índios a essa nova sociedade brasileira. Entretanto o não sucesso dessas ações nos aponta a dificuldade em entender a diversidade e o ganho cultural que representa essa multiplicidade. Onde o interesse maior não passa do lucro excessivo com a utilização dessa mão de obra, além é claro o consumo, deixando ao lado o aspecto cultural que é muito mais rico e cheio de possibilidades. Também essas posturas se deram com os negros. Talvez a única coisa integrada entre esses povos tenha sido o sexo, e, através dele a pluralidade e diversidade cultural tenha se estabelecido, a fórceps. Nesse sentido podemos observar a grande influência da cultura europeia até meados do século XX.

Outro momento interessante foi a forte influência da cultura estadunidense, impondo os modos e os costumes de uma vida centrada no consumismo. Assim na atualidade, vivemos um Brasil que padece de políticas públicas capazes de valorizar essa diversidade de manifestações culturais que tem sido renegada, deixada em segundo plano.

Com esse quadro, o trabalho aqui apresentado vem mostrar como um programa público com investimentos voltados para cultura pode alavancar e contribuir para um resgate da diversidade cultural brasileira no cenário atual, servindo como processo integrado de educação, trabalho, ética, criação e economia, através das mais variadas manifestações artísticas espalhadas pelo país. Iremos abordar o Programa Cultura Viva para expor essas possibilidades que uma ação pública direcionada para cultura, pode promover socialmente.

A relação entre Estado e a cultura é milenar, entretanto é contemporâneo o olhar do Estado sobre a cultura como uma área que deva ser tratada sob a ótica das políticas públicas. As políticas culturais, dentro da esfera pública,

¹³ “Na verdade, a necessidade de diretrizes para o trato dos índios não configurava debate novo na década de 1840; durante a reunião das Cortes Gerais (Lisboa, 1821), cinco projetos de deputados brasileiros sobre o tema foram apresentados, o mais famoso deles, o de José Bonifácio de Andrada e Silva, “Apontamentos para a civilização dos índios bravos do Brasil”,[...]”. GRINBERG; SALES.Org. O Brasil Imperial – volume I – 1808 – 1831. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. P.179.

devem obedecer à mesma lógica de elaboração que rege o conjunto das políticas públicas. Estas, de maneira sintética, podem ser definidas como resultado das atividades políticas – que envolvem diferentes agentes e, assim, necessitam de alocação de recursos de natureza diversas, e possuem caráter normativo e ordenador (CALABRE, 2010, p.9).

O Programa Cultura Viva surge a partir de um conflito de ideias, dentro do Ministério da Cultura, no início da gestão do ministro Gilberto Gil, a partir de 2004. As ações do ministério estariam focadas nas Bacs (bases de apoio à cultura), que seriam centros construídos nas periferias das grandes cidades. De acordo com Célio Turino (2009), as Bacs não possuíam um conceito bem definido enquanto política cultural, que tivesse foco na produção e nos processos culturais, limitando-se a serem espaços pré-estabelecidos e construídos numa lógica arquitetônica igual para todo o país.

A questão financeira também foi fundamental na não continuidade das Bacs, pois, construir esses grandes prédios nas capitais brasileiras seria muito dispendioso, demandando uma vasta infraestrutura, desde equipamentos até pessoal técnico especializado. Assim surgia o Programa Cultura Viva, numa proposta totalmente diferente às Bacs. Célio Turino, nomeado Secretário de Programas e Projetos Culturais do Ministério da Cultura em 2004, foi o principal idealizador do Programa Cultura Viva. Discordando totalmente da ideia das Bacs, propôs uma mudança radical nos rumos do Ministério. O Programa substitui a proposta das Bacs, como foco na produção e difusão de atividades culturais de grupos e associações que já desenvolviam trabalhos na área da cultura, entendida numa acepção antropológica. Assim, ao invés de financiar grandes obras culturais, no sentido tradicional das Belas Artes, ou grandes equipamentos públicos, os recursos do Ministério da Cultura iriam para os diversos segmentos culturais do Brasil, atendendo milhares de grupos comunitários

Mais que a construção de prédios ou a simples transferência de recursos para organizações culturais, o objetivo é intensificar a interação entre os sujeitos e seu meio, dando sentido educativo à política pública e promovendo o desenvolvimento a partir da apropriação coletiva de conceitos e teoria. Um programa construtivista, ou fenomenológico, que tem por princípio o compartilhamento de ideias e valores (Turino, 2009, p.86).

O Programa Cultura Viva nasce conceitualmente num tempo recorde, e com a missão de convencer os gestores do Ministério da Cultura que estavam determinados a seguir com os projetos das Bacs.

Antes que minha nomeação fosse publicada no Diário Oficial o programa já estava escrito. Cultura Viva foi o nome escolhido, porque a cultura é viva e sempre se renova. Conceito, justificativa, descrição, estratégia, metas e custo, tudo pronto em duas noites, escrito durante a madrugada, em um quarto de hotel em Brasília. (TURINO, 2009, p.81).

O Programa Cultura Viva surge nessa dinâmica, através da portaria ministerial nº156 de 6 de julho de 2004. Deste modo é criado o Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania - CULTURA VIVA, com o objetivo de promover o acesso aos meios de fruição, produção e difusão cultural, assim como de potencializar energias sociais e culturais, visando a construção de novos valores de cooperação e solidariedade (ART.1º da Portaria). Fortalece assim o protagonismo cultural da sociedade brasileira, valorizando as iniciativas culturais de grupos e comunidades excluídas, as populações com baixo acesso aos meios de produção, fruição e difusão cultural ou com baixo reconhecimento de sua identidade cultural. O Programa Cultura Viva pode ser considerado uma ação universal, pois, abrange culturas populares, indígenas, afro-brasileiras e ciganas, grupos artísticos independentes, pescadores, ribeirinhos, quilombolas, povos de terreiros, LGBT, mulheres, entre outros grupos. O Programa se apresenta como uma ação pública que se propõe à reorganização do trabalho cultural, tratando da cultura e sua viabilização em redes solidárias de produção. Outro conceito que se estabeleceu dentro da construção do Cultura Viva foi a prática de uma gestão compartilhada entre o Estado e a sociedade civil nos rumos e na conduta do programa. Entendemos que só o Estado não é capaz de promover e atender de forma suficiente as demandas sociais.

Precisamos moldar o Estado brasileiro à imagem de seu povo. (...) O Cultura Viva deseja contribuir para essa aproximação, em busca de um Estado ampliado. É um programa de acesso aos meios de formação, criação, difusão e fruição cultural, cujos parceiros imediatos são agentes culturais, artistas, professores e militantes sociais que percebem a cultura não somente como linguagens artísticas, mas também como direitos, comportamentos e economia (BRASIL, 2004b, p. 15, apud Sator).

As instâncias decisórias estabelecidas necessitam da participação da sociedade, para subsidiar o governo na escolha desta ou daquela ação. Assim, o Programa Cultura Viva coloca em evidência o protagonismo de seus atores no desenvolvimento de suas potencialidades, seja no aspecto humano, social, artístico, político, ético, simbólico ou econômico. Desta forma, esses atores responsáveis por todas as dinâmicas que envolvem o espaço territorial, na qual se dá a construção e manifestação de suas práticas culturais, são os principais indicadores do comportamento da ação e da execução do programa. Sem o envolvimento desses atores e da comunidade, a gestão de uma política tão abrangente, como se apresenta o Programa Cultura Viva, dificilmente teria êxito na sua execução.

A gestão compartilhada (Estado e Sociedade Civil) se coloca como uma ferramenta estratégica, capaz de identificar oportunidades, avanços, obstáculos e problemas que estejam presentes na administração e no desenrolar de uma política pública. É uma política pública

nunca está perfeita, ela sempre se encontra em processo de construção. O Programa Cultura Viva hoje está, num estado de mudanças e afirmações, que só se construiu assim pela possibilidade dessa gestão compartilhada, deste diálogo com o poder público, que em grande medida, estabelece novas metas e novas formas de gerenciamento da ação pública, a partir das necessidades e das respostas dadas por aqueles que são beneficiados diretamente por ela.

A criação desse espaço de compartilhamento da gestão pública contribui para o crescimento e ampliação do capital humano e social, trazendo para a população mais autoestima, mais compromisso e certeza de sua responsabilidade na organização da sociedade. Há, a partir da gestão compartilhada, o empoderamento da população local sobre suas atividades e sobre seu território. Podemos atribuir à gestão compartilhada uma instância ética, pois, promove o diálogo entre governo e sociedade, nos processos decisórios, de forma mais equilibrada.

A aplicação do conceito de gestão compartilhada e transformadora para os Pontos de Cultura tem por objetivo estabelecer novos parâmetros de gestão e democracia entre Estado e Sociedade. No lugar de impor uma programação cultural ou chamar os grupos culturais para dizerem o que querem (ou necessitam), perguntamos como querem. Ao invés de entender a cultura como produto, ela é reconhecida como processo. Este novo conceito se expressou com o edital de 2004, para seleção dos primeiros Pontos de Cultura. Invertemos a forma de abordar os grupos sociais: o Ministério da Cultura diz quanto pode oferecer e os proponentes definem, a partir de seu ponto de vista e de suas necessidades, como aplicarão os recursos. Em algumas propostas o investimento maior vai para a adequação física do espaço, em outras, para a compra de equipamentos ou, como na maioria, para a realização de oficinas e atividades continuadas. O único elemento comum a todos é o estúdio multimídia, que permite gravar músicas, produzir audiovisual e colocar toda a produção na internet. (TURINO, 2009, p. 63).

O Programa Cultura Viva tem sua base de formação em ações culturais tais como: *Escola Viva*, tendo como objetivo integrar os pontos de cultura às escolas, na intenção de se formar uma rede de articulação entre escola e comunidade, na qual cultura faria essa articulação; *Ação Griô*, visa a implementação de uma política de valorização da tradição oral, presente na cultura de muitas comunidades brasileiras, mantida por pessoas que repassam em forma de narrativas ou casos contados, os conhecimentos adquiridos de seus antepassados; *Cultura Digital*, esta ação tem como finalidade interligar as atividades dos pontos de cultura através da tecnologia digital, possibilitando a circulação das diversas produções dos grupos locais; *Agente Cultura Viva*, se constitui em uma ação de articulação entre educação, cultura e trabalho, sendo nesta frente a parceria com o Ministério do Trabalho e Emprego, por fim o programa se constitui com a ação dos *Pontos de Cultura* sendo essa a sua prioridade, pois engendra todas as demais ações.

O Ponto de Cultura é a ação prioritária do Programa Cultura Viva e articula todas as suas demais ações. Ele é a referência de uma rede horizontal de articulação, recepção e disseminação de iniciativas e vontades criadoras. Uma pequena marca, um sinal, um ponto sem gradação hierárquica, um ponto de apoio, uma alavanca para um novo processo social e cultural. Como um mediador na relação entre Estado e sociedade, e dentro da rede, o Ponto de Cultura agrega agentes culturais que articulam e impulsionam um conjunto de ações em suas comunidades, e destas entre si. O Ponto de Cultura não tem um modelo único, nem de instalações físicas, nem de programação ou atividade. Um aspecto comum a todos é a transversalidade da cultura e a gestão compartilhada entre poder público e comunidade. Por comunidade entendemos não somente os agentes estritamente ligados à produção artística, como também usuários e agentes sociais em um sentido amplo (Ministério da Cultura, 2005).

Contudo, nos atentaremos especificamente ao Ponto de Cultura, tendo em vista que, ao longo da existência do Programa Cultura Viva, esta, tem sido a sua ação principal e a que mais deu resultados dentro da proposta do programa.

Ponto de Cultura é um conceito de política pública. São organizações culturais da sociedade que ganham força e reconhecimento institucional ao estabelecer uma parceria, um pacto, com o Estado. Aqui há uma sutil distinção: o Ponto de Cultura não pode ser para as pessoas, e sim das pessoas; um organizador da cultura no nível local, atuando como um ponto de recepção e irradiação de cultura. Como um elo na articulação em rede, o Ponto de Cultura não é um equipamento cultural do governo, nem um serviço. Seu foco não está na carência, na ausência de bens e serviços, e sim na potência, na capacidade de agir de pessoas e grupos. Ponto de Cultura é cultura em processo, desenvolvida com autonomia e protagonismo social. (TURINO, 2009, p.64).

Os Pontos de Cultura são iniciativas culturais desenvolvidas pela sociedade civil e que são potencializadas pelo Governo Federal, sendo que a partir de 2008 em conjunto com os Estados e municípios. O termo Ponto de Cultura surge no discurso de posse do ministro Gilberto Gil, propondo um “do-in antropológico” uma massagem em pontos vitais da diversidade cultural brasileira. Assim o “do-in antropológico” seria uma massagem que se concentra em um ponto para ter efeitos sobre todo o corpo, neste caso sobre o corpo cultural brasileiro. Potencializando uma produção cultural já existente, mas adormecida, silenciada socialmente.

Quando lançado o edital de Pontos de Cultura em 2008, houve uma mudança na gestão do programa, o Ministério da Cultura repassou para os Estados a competência da gestão dos Pontos de Cultura. Ficava a cargo dos Estados a criação dos editais, a orientação aos participantes, o acompanhamento e administração dos pontos junto aos grupos contemplados. A princípio essa ação do Ministério da Cultura foi ao encontro dessa necessidade de se melhorar a gestão dos Pontos de Cultura, no entendimento de tornar mais eficiente e

transparente a gestão pública. Foi a necessidade de se minimizar a burocracia estatal na área da cultura, que sempre esteve muito longe do olhar dos governantes.

Essa descentralização ocorreu dentro da própria dinâmica do programa, sobretudo, porque conceitualmente o Programa Cultura Viva trouxe como princípio básico a gestão compartilhada, já mencionada. Os primeiros editais que estavam sobre a gerência do Governo Federal passaram por várias dificuldades, em termos de acompanhamento das ações, que ocorriam pelo país. Ao descentralizar o programa, o Minc dava um grande passo nessa dinâmica de aproximar a sociedade civil da gestão pública, além de minimizar os transtornos da distância entre a esfera federal e a sociedade civil.

Vejamos bem, aqui vale lembrar alguns pontos indispensáveis ao entendimento do Programa Cultura Viva em relação às ações do Ministério da Cultura. O programa tem como a prioridade na mudança do foco das Belas Artes para a Cultura Viva, no entanto a prioridade no orçamento do Minc ainda privilegia a cultura mainstream¹⁴. A mudança de foco das Belas Artes, segundo Isaura Botelho (2001), encontra-se na dimensão antropológica, em que a cultura é compreendida como modo de vida, que se produz pela interação social, modos de pensar e sentir, na construção de valores, no manejo de identidades e sociabilidades e essa é a principal referência contida no Programa Cultura Viva. Vale lembrar que o Programa Cultura Viva tem uma participação orçamentária ínfima dentro dos recursos já precários do Minc. Já a prioridade de orçamento para a cultura mainstream, dá-se ao fato de que ainda temos as leis de incentivo como a grande estrutura de financiamento da cultura, o que evidencia a força com que as grandes empresas possuem no direcionamento e na regulação da produção dos bens culturais a serem consumidos, tendo em vista que estes mecanismos só favorecem a esses grupos que normalmente são os grandes responsáveis pela mídia. As empresas então trocam a qualidade artística pela quantidade de produtos a serem comercializados, pois o interesse não é pela arte e sim pela cultura de mercado. Um bom exemplo são artistas que estão sempre em evidência devido a suas ligações com grandes corporações da mídia, como TVs e rádios, são frequentemente subsidiados pelas captações, como a lei Rouanet, na produção de seus shows, espetáculos e de seus livros. Mas como fica esse repasse? Normalmente o artista recebe o incentivo para toda sua produção, que paga o cachê, a produção executiva, a técnica e todo o staff, e ainda assim buscam outras contra partidas quando apresentam seus produtos. Somente uma reestruturação nas leis de incentivo pode melhorar e beneficiar a cultura popular, tratando o pequeno produtor de forma mais justa em

¹⁴ O termo *mainstream* inclui tudo que diz respeito aos bens culturais que são disseminados principalmente pelos meios de comunicação em massa.

relação às grandes empresas, assim havendo a possibilidade do artista local produzir e divulgar seu produto de forma mais fácil, sem ter que aguardar este ou aquele governo criar uma ação que seja compensadora ou reconciliadora frente às desigualdades causadas pelas leis que só beneficiam a cultura de massa e as grandes empresas. Feito essa pequena ponderação retomamos nossas observações acerca do Programa Cultura Viva.

2.2 - A GESTÃO DO PROGRAMA CULTURA VIVA

A gestão do programa já se apresentava logo como o grande desafio enquanto uma ação pública. É razoável supor que um dos primeiros problemas do Ponto de Cultura, dentro do Programa Cultura Viva, foi a sua administração centralizada nos setores do Ministério da Cultura. Isso implicava num distanciamento dos diálogos entre o financiador-administrador (poder público) e a base que recebia os recursos. Essa distância gerava grande morosidade dos repasses de verbas, que são o principal meio para se potencializar os objetivos dos Pontos de Cultura. Isso significa que os grupos acabavam por ter certa dificuldade no recebimento, na utilização e prestação de contas dos repasses financeiros. Em grande medida a descentralização serviu para reforçar os objetivos e as metas do programa, além de dar uma melhora na sua administração. O Ponto de Cultura passa existir quando os grupos artísticos e a sociedade civil organizada, por meio de edital específico, recebem um repasse financeiro para realização de cursos, oficinas, produção de espetáculos, eventos culturais, compra de equipamentos e outras atividades culturais.

O Ponto de Cultura legitima a economia solidária, pois trata de experiências de resistência à marginalização social, cuja lógica se mantém nos princípios do cooperativismo e da colaboração. A ação do Ponto de Cultura foi um avanço quantitativo e qualitativo na aplicação de políticas públicas, voltadas exclusivamente para áreas de cultura, atribuindo reconhecimento e distribuição financeira. Assim, os Pontos são um instrumento para conciliação e mediação de conflitos, numa gestão compartilhada entre poder público e a comunidade. Essas políticas se referem a investimentos financeiros de forma direta, o estado repassa os recursos diretamente para os grupos. Para Turino (2009, p. 43) “[...]é o Estado reverenciando a ação direta do povo, sem intermediação, e este reconhecimento oficial desencadeia um processo de articulação em rede e de empoderamento social[...]”.

Esse recurso vai direto para a conta dos grupos que são contemplados por meio do edital público. Tal possibilidade permitiu aspectos importantíssimos para as comunidades que participam dos Pontos de Cultura: o protagonismo, a autonomia, potencialização e articulação

em rede. Os Pontos de Cultura permitiram aos grupos um maior diálogo com o Estado e com a comunidade, fortalecendo e legitimando ainda mais suas identidades culturais.

Para ser um Ponto de Cultura, é necessário apresentar um projeto que é avaliado por uma comissão composta por autoridades governamentais e pessoas de notório saber em cultura. Podem participar instituições da sociedade civil de direito privado sem fins lucrativos, que tenham no mínimo dois anos de trabalhos culturais comprovados e estejam legalmente constituídas com Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ). Podem então se candidatar cooperativas, sindicatos, fundações privadas sem fins lucrativos, escolas comunitárias, associações de pais e mestres, organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIPs), associações, entidades culturais e organizações sociais (OS). Em 2008, quando houve a descentralização do Programa, o edital do Estado do Rio de Janeiro em parceria com o Ministério da Cultura selecionou 150 projetos que receberam R\$ 180.000,00 para realização de suas atividades. Esse valor foi dividido em três parcelas de 60 mil reais cada. Cada contemplado apresenta um cronograma de desembolso e um plano de trabalho para a execução anual de cada parcela, sendo que, ao receber a primeira parcela, todos os pontos são obrigados a utilizar 20% dela, para aquisição de computador, câmera fotográfica, filmadoras e demais equipamentos, que podem ser utilizados para elaboração, criação e difusão dos trabalhos em mídias eletrônicas. Essa porcentagem é destinada à aquisição do que se chamou de kit multimídia, o primeiro edital do programa em 2004, previa a entrega desse kit aos Pontos de Cultura contemplados. Porém essa ação se tornou um grande transtorno para o governo, por conta de atrasos na entrega e na burocracia de sua aquisição, vindo então nos editais seguintes, que a responsabilidade da compra desse kit seria dos próprios pontos.

Contudo, os Pontos de Cultura tornaram-se um grande exemplo de aplicação de recursos e de articulação em rede em todo o país. Os números de pontos com os novos editais aumentaram significativamente, chegando em 2013 a marca de 3663 mil pontos, segundo a Secretaria de Diversidade e Cidadania (SDCD)¹⁵ do Ministério da Cultura, que atualmente é a responsável pela gestão do Programa Cultura Viva. Com essa grandiosidade, era natural que conflitos surgissem rapidamente, pois a estrutura de administração dos pontos, por parte do Minc, não atendia essa nova demanda.

O que o Programa Cultura Viva e os Pontos de Cultura trouxeram, além de um novo modelo de política pública, foi a possibilidade de expor um Estado que pela burocracia, morosidade e complexidade de suas atribuições, dificulta o desenvolvimento social,

¹⁵ Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/pontos-de-cultura1>, acessado em 04/06/2014.

principalmente o desenvolvimento cultural. O Programa expôs um Estado que não é eficiente na sua conduta, cheio de contradições e que trata o povo e a sua cultura de forma incoerente à ética e à justiça.

Ficou claro que a burocracia da administração separa o Estado da sociedade, por concentrar e manter o controle do poder do Estado apenas nele. A criação do programa apresentou que a sua dinâmica não condizia com a burocracia de um Estado inchado e sem recursos tecnológicos e humanos para potencializar ações sociais. A ação governamental está repleta de intenções que podem estar ou não em consenso com a sociedade, envolvendo diversos interesses. No desenvolvimento de uma política pública, o governo não é o único responsável, existem vários participantes como as organizações não governamentais (ONGs), empresas, instituições públicas e privadas, considerados importantes agentes de políticas públicas (SILVA; BASSI, 2010). Apesar do diálogo construído entre os Pontos de Cultura e o Estado, ainda existem muitos entraves que freiam o andamento dos Pontos como: enquadramento nos editais, a burocracia no repasse das verbas, a exigência nas prestações de contas e sobre tudo na rígida documentação que os pontos precisam para funcionar. Além destas questões relacionadas aos projetos, temos ainda dificuldades envolvendo sua execução. Poderíamos fazer uma simples comparação entre uma empresa de construção civil que recebe milhões por mês e o Ponto de Cultura que recebe cerca de R\$ 5 mil por mês. Para ambos a legislação é igual, a mesma quantidade de documentos, certidões e prestação de contas que se submete uma grande empresa também acontece com um pequeno grupo artístico de teatro de bonecos, por exemplo.

A análise comparativa visa não minimizar a responsabilidade com o dinheiro público, mas sim apontar a peculiaridade das ações artísticas culturais, e assim tentar mostrar a dificuldade do poder público em compreender a natureza das ações culturais, na maioria das vezes imateriais, e que são tratadas como um produto meramente quantitativo, portanto, submetido à rigidez burocrática, fria e insensível do estado legalista. Os convênios com as instituições que se tornam Pontos de Cultura obedecem aos procedimentos da lei 8.666/93, que trouxeram uma enorme dificuldade e uma complexa burocracia para o uso dos recursos, entre elas a necessidade de realização de três orçamentos e licitação para compra de bens ou contratação de serviços, a necessidade de aplicação dos recursos do convênio, e a impossibilidade de pagamento dos dirigentes das instituições. Situação essa que foge a realidade da maioria dos produtores culturais brasileiros, das expressões da cultura popular. A lei, no caso, está centrada numa especificidade administrativa que tangencia a natureza de

empresas e grandes corporações, que possuem setores específicos para lidar com essa burocracia.

Assim, o que o Programa Cultura Viva facilita em termos de recursos e reconhecimento, a legislação e a burocracia atrasam na sua realização. O programa foi revelando na medida de sua implementação, as dificuldades que uma política pública específica para a Cultura tem de se efetivar. Porém, na recente história das políticas culturais no país, o Programa Cultura Viva inverteu uma lógica instalada na sociedade pelo sistema econômico capitalista. Historicamente o Estado tem financiado simplesmente produtos que são importantes para o mercado econômico, ou apenas aqueles que têm um amplo apelo social, e que na maioria das vezes não é sustentável.

O Estado tem por obrigação fomentar todas as iniciativas e manifestações culturais, desde aquelas que fazem parte da indústria cultural, mas também, e, sobretudo, as que estão à margem desse processo, por dificuldades burocráticas. E não apenas sendo o investidor financeiro desses produtos, ou seja, depois do repasse, simplesmente esquecê-los, o Estado tem papel ímpar no sentido de impulsionar essas iniciativas, para além de sustentá-las financeiramente.

Enquanto a maioria das ações públicas voltadas para cultura visa, em grande parte, apenas a circulação ou a criação de produtos já definidos, em geral reduzidos às Belas Artes, os Pontos de Cultura na sua estrutura de execução se concentram nos processos da produção cultural realizados na integralidade da sociedade, envolvendo todos os aspectos que tensionam a existência da vida social, não só a técnica e a criatividade, mas o território, o meio ambiente, a acessibilidade, o bem-estar, a solidariedade, a ética, os costumes, os valores, a economia, a saúde e a política. O Ponto de Cultura evidencia de forma antropológica a cultura como algo inerente ao ser humano, nos seus variados modos e comportamentos, de forma a legitimar espaços, arenas políticas, territórios e as localidades de cada manifestação, sem colocar essa ou aquela cultura como inferior ou superior a outra. Assim, defende-se no conceito do Programa Cultura Viva que a Cultura é um direito social, e todos possuem o direito de produzir cultura e serem respeitados por isso. A Cultura sai de uma instância mercadológica de puro entretenimento, de cultura de massa produzida pela indústria cultural, para ser entendida como uma prática social, manifestada na natureza humana, e que se constitui enquanto uma transformação constante na sociedade no desenvolvimento, no acúmulo e no progresso dos seus conhecimentos.

O Ponto de Cultura se mostra como uma ação fora da lógica do sistema capitalista, tratando os processos da vida social como a base da construção cultural, fugindo de um

tratamento mercantil, que foca a cultura apenas nos bens e serviços. O Ponto de Cultura democratiza o direito de se produzir cultura quando possibilita o financiamento direto, dando subsídios, para os grupos artísticos e a sociedade civil organizada, indo de encontro à lógica do mercado, pois dá a esses atores a autonomia para decidir o que e como fazer as atividades culturais. Deste modo a proposta conceitual, filosófica do programa, se concentra numa perspectiva de universalizar a cultura enquanto possibilidade legítima da existência de cada grupo componente da sociedade, sendo o Ponto de Cultura a mola desta energia.

É um desafio que vem sendo vivido, há pelo menos 10 anos, pelos agentes da sociedade civil e poder público, que promovem a existência do Programa Cultura Viva. Sobretudo a política dos Pontos de Cultura atribui à cultura uma esfera de igualdade de oportunidades na difusão e produção dos bens culturais, quebrando com formas de distinção evidenciadas em políticas culturais excludentes e elitistas. O Ponto de Cultura tangencia a sociedade em uma ação de política social através do reconhecimento de suas práticas culturais, coloca na mesma potência, classes excluídas economicamente, na produção de um Brasil cultural plural, diverso, onde se assume um papel até então exclusivo às elites.

O Ponto de Cultura propõem uma ação do Estado, geradora de uma distribuição de recursos mais justa, inclusiva e sem intermediários, pois subsidia com orçamento público um processo do fazer cultural que não é caracteristicamente consumido e divulgado pela elite. Deste modo os Pontos de Cultura reorientam a aplicação dos recursos públicos, democratizam a difusão, a produção, e evidenciam os processos culturais da sociedade, valorizando a diversidade e imprimindo mais força e vigor na busca de uma democracia cultural. O Ponto de Cultura então reforça a economia dos grupos culturais, acelera os processos de produção cultural, e permite acesso e distribuição desses produtos e bens culturais, ampliando o conceito de cultura, considerando todas as manifestações da vida em igualdade de valor.

Outro fator importante se estabelece na compreensão simbólica do fazer cultural, os Pontos de Cultura invertem a lógica do interesse econômico que constantemente imprime uma espetacularização da diversidade cultural. É nesse sentido que o programa é transformador, pois amplia a compreensão de cultura, como já abordamos. O Ponto de Cultura inova na forma de fazer cultura, em síntese por adotar o conceito antropológico de cultura e por financiar as práticas e os processos culturais da diversidade brasileira, sem impor ou definir os caminhos que os grupos, as organizações sociais deveriam seguir.

A esta mudança de abordagem correspondeu o direcionamento de recursos para além das tradicionais linguagens artísticas. Com isso, o financiamento não só deixa de direcionar recursos a um campo específico, como admite uma série de práticas ligadas à cultura popular, aos modos de fazer

tradicionais, quando não à interação entre as mais diversas formas de expressão cultural, que vão da tradição oral à cultura digital. Isso não quer dizer, no entanto, que o programa deixa de financiar projetos ligados às linguagens artísticas – ele na verdade amplia o campo das políticas culturais para outras manifestações (LIMA; ORTELADO, 2013, pp. 361-362).

Os Pontos de Cultura apontam para uma perspectiva de reconhecimento social e redistribuição dos recursos e bens públicos a partir da valorização da cultura, das manifestações culturais existentes na sociedade. Podem então as políticas culturais assumir, por sua especificidade, uma forma de direito social, organizando e financiando a cultura de forma democrática e universal, apontando caminhos de fortalecimento da cidadania, sobretudo de uma cidadania cultural, que envolva a distribuição econômica e o fortalecimento das diversidades.

A prática que envolve o conceito de cidadania cultural deve ter como alicerce o desenvolvimento efetivo dos conceitos de patrimônio cultural, formação, informação, criação, distribuição e acesso. Essa prática não se realiza instantaneamente, pois tem um caminho longo a percorrer: sofre recuos, depende de avaliações e, normalmente, é incompreendida no momento de sua aplicação. Em um processo de transformação social são as mentalidades que mudam mais lentamente, mas sem um início de mudança neste campo não há transformação possível (TURINO, 2009, pp.199-200).

A cidadania cultural passa pela dimensão ética, pois concentra no reconhecimento cultural, no compromisso do Estado em assegurar o bem-estar social e a democracia das oportunidades e da materialidade necessária para as expressões da diversidade cultural do país. Os Pontos de Cultura têm transformado as perspectivas da cidadania através das expressões culturais. O direito à cultura parte do entendimento de que a cultura constitui elemento imprescindível para o exercício da cidadania, sendo hoje considerado direito fundamental no ordenamento jurídico brasileiro. Neste, o direito de acesso à cultura é considerado um dos quatro pilares estruturantes dos direitos culturais: o direito à participação, o direito de acesso, o direito à pluralidade e à diversidade e o direito à memória (LIMA, ORTELLADO apud Souza, 2012).

Ponto de Cultura atua com cultura popular, inclusão social e tem um claro papel na cidadania, mas ele é, sobretudo, um programa de cultura. Cultura como interpretação do mundo, expressão de valores e sentimentos. Cultura como intercompreensão e aproximação. Neste sentido seria mais apropriado classificar a ação do Ponto de Cultura no campo da ética (TURINO, 2009, p.82).

O Ponto de Cultura estabelece, na ação do Estado, enquanto política pública e gestão pública um comportamento ético, pois enfatiza fatores importantes para essa compreensão: é uma política de reconhecimento social, das práticas sociais, da diversidade, dos modos de

existência e de produção material e imaterial dessa existência, na qual a cultura vem sendo vista de forma ampla, que abriga e dá molde para a vida. Além disso, pela distribuição dos recursos financeiros do Estado para esses grupos comunitários desenvolverem e fortalecerem as suas dinâmicas de existência. A cultura traz aspectos universais e se forja também enquanto uma ação política, por isso uma política cultural como a dos Pontos de Cultura é claramente uma instância carregada de ética. A ética faz parte da vida humana e, assim como a cultura, ela é uma construção sócio-histórica-genérica, que se realiza nas manifestações, nas trocas sociais, que possibilitam a construção do ser na sua singularidade e coletividade, sobretudo em relação ao espaço, ao território em que se vive.

Os Pontos de Cultura estão carregados de uma mudança social, de transformação de realidades carregadas de exclusão. Eles fazem uma ligação, entre a existência comportamental, simbólica, estética, política e econômica do homem, a uma existência transcendente, ancestral e que rigorosamente é fundamental para manter a vida social. Ao se estabelecer a cultura como base da vida, entendemos que tudo ao redor do homem é fator de escolhas, sendo que, assim, o homem também se subordina a sua cultura, podendo ser a causa e o objeto das transformações históricas e sociais. A ética então se coloca como uma determinação do ser social, que articula a sua existência a partir da cultura e da natureza.

Podemos dizer que a cultura faz parte da natureza, da história da existência humana, ela efetiva ideia, formas, valores, bens materiais e imateriais entre o homem e seu meio ambiente, promove ao homem o domínio sobre sua vida, e esta passa por escolhas por alternativas que são submetidas à ética humana. Através da cultura e da ética o homem desenvolve suas faculdades, suas habilidades e faz do trabalho uma ação refletida e rebuscada na transformação da sua realidade. Uma política pública então, com essas premissas diagnosticadas no Programa Cultura Viva, em específico nos Pontos de Cultura, pode ser considerada ética, pois reconhece, distribui recursos e afirma a sociedade como articuladora, co-gestora dos processos decisórios que garantem existência da vida nas suas variadas formas.

Todavia, o Programa Cultura Viva, como política pública em curso, também tem diversos problemas. Problemas de gestão, de repasses de verbas, de representatividade, de transparência, dúvidas quanto a sua eficácia e eficiência. Deste modo, há um contraponto crítico à implementação das políticas culturais trabalhadas ao longo das duas gestões do governo Lula e da atual gestão da Presidenta Dilma Rousseff, que diz respeito à visibilidade e à importância que a política destinada ao Programa Cultura Viva representou no contexto das ações culturais específicas do MinC, bem como nas ações políticas de governo, de um modo geral. Sinalizam aos atuais gestores, bem como ao PT, a importância do aprimoramento das

relações entre sociedade e cultura capazes de afirmar e fortalecer as teias constituídas ao longo da implementação mais efetiva do Programa Cultura Viva. Sendo, também, importantíssimo, rever a legislação que regula as relações entre as organizações da sociedade civil e o poder público, já que hoje os convênios engessam grande parte das ações culturais.

Há grande incerteza na realização de novos editais, tendo em vista o atual contingenciamento de recursos para cultura, que acontece no Minc. É preciso urgentemente melhorar os instrumentos que gerenciam os convênios entre governo e sociedade civil, neste caso, os Pontos de Cultura, de forma a aperfeiçoar os processos que existem atualmente.

Neste caminho apresentamos a seguir algumas observações sobre duas análises realizadas pelo Ipea (Instituto de Pesquisa Economia Aplicada), que fazem uma abordagem mais recente do Programa Cultura Viva. A primeira trata da avaliação do programa feita em 2010, e a seguinte, de uma proposta de redesenho do programa a fim de atingir algumas metas estabelecidas pelo Ministério da Cultura, são visões importantes, uma pequena fotografia de um passado recente do Programa Cultura Viva.

2.3 - UM OLHAR SOBRE A MEMÓRIA AVALIATIVA DOS PONTOS DE CULTURA A PARTIR DA AVALIAÇÃO DO IPEA – 2010

A análise documental a seguir tem como objetivo contribuir para um melhor entendimento do desenvolvimento do Programa Arte Educação e Cidadania - Cultura Viva e dos Pontos de Cultura no que tange os limites, alcances e desafios, que esta política pública para cultura apresenta. O documento base de nossa referência foi produzido pelo Ipea, (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), órgão de notório reconhecimento no campo das pesquisas científicas e análises de políticas públicas e econômicas.

Esta pesquisa demonstra como as políticas culturais no Brasil vêm ganhando importância no cenário político, por mais que sejam novas essas discussões. A cultura, enquanto manifestação no campo simbólico, estético e artístico, dos modos e costumes que compõem a sociedade brasileira, tem hoje tomado proporções que já interferem na economia, gerando novas formas de inserção social, afetando positivamente as relações entre Estado e sociedade civil.

Sobretudo o que mais se evidenciou foi o protagonismo social com as recentes políticas nos últimos 12 anos. A democracia cultural e a cidadania cultural estão no grupo dos elementos contemporâneos de um Estado mais democrático. Acreditamos que esta avaliação contribuirá para o desenvolvimento deste trabalho, sendo uma fonte de informação na análise da política cultural do Programa Cultura Viva, resgatando a uma memória nos primórdios da

execução e implementação do programa. Esta avaliação do Ipea foi realizada entre os anos de 2007 e 2008, e finalizada em 2010, sendo solicitada na época pela Secretaria de Programas e Projetos Culturais, do Minc, no intuito de nortear tomadas de decisão sobre o futuro do Programa.

Ao observarmos a análise do Ipea reconheceremos conceitos, argumentos e perspectivas produzidas no documento, para tentar entender o objeto analisado. Sabemos que muitas bases de análises são estruturas criadas a partir de uma demanda política e que podem surtir ou não o efeito desejado, e assim ser ou não mais úteis numa perspectiva de referência para subsidiar novas condutas políticas. O Ipea é uma fundação pública vinculada ao Governo Federal, que fornece suporte técnico às ações governamentais. Sua ação dá a possibilidade de novas leituras e formulações de políticas públicas sobre os programas de desenvolvimento econômico, social, político e cultural brasileiro.

A avaliação é teoricamente uma das etapas de uma política. De acordo com os manuais de análise e avaliação de políticas públicas, a avaliação deveria ser uma etapa posterior à implementação das políticas e programas, destinada a influenciar sua reformulação, seja durante sua implementação, seja posteriormente. [...] Portanto, a criação e fortalecimento de instituições e agências independentes capazes de produzir estudos confiáveis de avaliação de políticas públicas é crescentemente uma necessidade para o bom governo. Seja para a opinião pública e o eleitorado, a fim de que estes possam exercer um controle democrático sobre o uso de seus recursos; seja para o próprio governante, interessado em controlar agências estatais executoras de políticas, agências estas que tendem a ter autonomia em relação às diretrizes governamentais (Arretche, 1998, p. 7).

O Ipea apresenta então o resultado da avaliação do Programa Cultura Viva, cujo processo envolveu os instrumentos como grupo focal, a aplicação de questionários e a observação de campo. A primeira parte da pesquisa apresenta o seu desenho teórico, a segunda parte são referências analíticas, que compõem a avaliação do Programa Cultura Viva; a terceira parte são os resultados dos questionários aplicados e finaliza explicando a relação entre o Minc e os Pontos de Cultura. Este documento serviu como um orientador na percepção da eficácia do programa, na possibilidade da verificação de erros e acertos por parte dos seus gestores e novas tomadas de decisão sobre os rumos do programa.

Segundo o Ipea, as políticas são organizadas em função de problemas e que os programas da área cultural são constituídos com base na garantia de direitos culturais e na construção de uma democracia cultural, assegurando aos indivíduos e ao coletivo o direito, à criação, à fruição e à difusão de bens culturais materiais e imateriais, além de uma participação nas decisões dos processos políticos. Enfatiza ainda na sua avaliação a importância da consolidação dos circuitos culturais como forma de desenvolvimento do

campo cultural. Sobretudo traz a tona uma questão básica: o que é política cultural? Pois de início já se observa que avaliar o programa com tantas matizes conceituais e com objetos tão intangíveis é algo complexo. Desta forma, o Ipea escolhe um caminho que consiste na avaliação da ação pública e não ao fazer estético, artístico, ou das manifestações culturais, deixando evidente, a dificuldade em se definir políticas culturais, quando se tem historicamente uma complexidade na compreensão de cultura, posto que em determinados momentos ela tende aos processos de transmissão de saberes, noutra perspectiva como as artes em geral, ou em sentido antropológico assumindo a crenças, os costumes e as tradições enquanto conceito estruturante.

Obviamente, o planejamento político e a atuação do Estado na forma de política pública têm lógica diferente daquela que orienta os agentes culturais. Não é o caso de se discutir tal assertiva; trata-se simplesmente de contextualizar a questão que ora interessa apresentar, isto é, a necessidade de definir o fazer-se política no espaço da cultura e precisar o objetivo deste trabalho, que é avaliar uma determinada ação pública relacionada à cultura, não à arte, ao fazer estético ou às experiências singulares ou individualizadas do fazer cultural (Ipea, 2010, p.12).

Contudo, na avaliação, compreende-se política cultural como uma ação de democracia social e política. Assim, o documento tem como referência teórica o pensamento de José Joaquim Bruner, que define as políticas culturais objetivadas no desenvolvimento de circuitos culturais. Em grande medida, ao se compreender a estrutura dos circuitos culturais que implicam na valorização da diversidade, a inserção nos processos decisórios, a comunicação entre os agentes culturais e a comunicação com instâncias do poder público, como fundamentos de políticas culturais, o Ipea detectou alguns desequilíbrios na ação do Programa Cultura Viva em relação a essa objetivação dos circuitos culturais. Os dois últimos pontos, a relação entre os próprios agentes do programa e a relação com o poder público são questões chave. Todavia, parece mais cômodo para o Ipea trabalhar sobre a noção de circuitos culturais, tendo em vista a dificuldade de conceituar cultura e definir um objeto de estudo no campo da política cultural. Deste modo, os circuitos culturais se transformam em uma matéria palpável e, em teoria, condizente com os conceitos e as ações do Programa Cultura Viva.

O uso do conceito de circuitos culturais, mais operacional que o de cultura, tem um desdobramento. Leva à necessidade de considerar que, em vez de “cultura”, enquanto objeto físico ou conjunto de crenças capturável, existem circuitos culturais, caracterizados pela capilaridade, mobilidade, descentralização e multiplicidade em suas articulações e interdependências. Destarte, as políticas culturais não devem ser vistas do ângulo meramente instrumental, diante das complexidades do seu objeto e do seu tratamento. Os circuitos culturais referem-se a processos de diferentes naturezas (política, social, econômica) e à coordenação de ações, quando objeto de política (Ipea, 2010, p.16).

Acreditamos que a credibilidade do Programa Cultura Viva esteja na possibilidade de se ter uma política cultural que assegure a igualdade de direitos dentro dessa diversidade cultural que forma a estrutura social do Brasil. Nesse viés o Ipea tenta avaliar o programa levando em conta a perspectiva de direito cultural e a diversidade cultural. Nesta primeira parte compreende esse direito cultural, essa cidadania cultural, essa democracia cultural, perpassada por políticas culturais, através do dever do Estado, firmados na própria constituição, deste modo consolidados de uma forma jurídica, dando contornos mais amplos e universais às políticas Culturais. Podemos dizer que há nesta avaliação um juízo de valor sobre o Programa e tentaremos mostrar quais são os resultados. O Ipea parte de uma concepção que as políticas públicas estão no campo do direito administrativo e jurídico, para assim justificar a ação do Estado no desenvolvimento das mesmas. O que implica supor tendência à burocracia na execução das ações públicas, por parte do Estado e também uma preocupação na articulação entre os poderes públicos visando à realização de objetivos sociais e políticos relevantes para sociedade.

Ainda aqui é preciso lembrar que grande parte da tradição faz do direito um sistema de veto à atividade do Estado e de proteção dos cidadãos contra atos do Estado, o que, em grande medida, resulta em importantes controles formais das atividades políticas (Ipea, 2010, p.20).

Essa etapa conceitual parece ser uma questão pontual na avaliação do Ipea, pois se refere à busca de um caminho seguro para determinar os resultados obtidos, tendo em vista a complexidade de escalas valorativas dentro de uma política cultural, afirmando que tais processos não podem se resumir em ações jurídico-formais. No entanto há implícito que essa é uma das funções da avaliação: articular uma visão de conjunto e ao mesmo tempo oferecer elementos para compreender a maturação da política ou programa, mesmo que metas e objetivos não tenham sido plenamente atingidos e problemas ainda tenham que ser sanados”. (Ipea, 2010, p. 23). Em resumo, a avaliação do Ipea é formativa, ocorrendo durante o processo de execução do Programa Cultura Viva, avaliando a coordenação do Programa em relação ao desempenho organizativo estatal, as características dos beneficiados e executores (Pontos de Cultura, instância organizativa comunitária), a gestão por eles efetuada e a opinião dos mesmos, definindo, no geral, uma avaliação com várias vozes, com os diferentes atores que formam o Programa.

Na construção da avaliação, o Ipea encontra dificuldades na elaboração de indicadores próprios para verificar a implementação do Programa Cultura Viva, na sua pesquisa de campo que envolveu diversos Pontos de Cultura pelo país. Assim destacamos na íntegra os seguintes

elementos adversos ao andamento do Programa segundo o Ipea: a) insuficiências do quadro de pessoal envolvido diretamente com a gestão do programa, composto por um número baixo de servidores estáveis, o que gera dificuldades no processo de gestão, tendo em vista que esta característica reforça tendências de alta rotatividade, dada a presença de terceirizados, e dificulta tornar rotineiro o domínio de procedimentos e do processo de qualificação; b) dificuldades na celebração de convênios, devidas em especial a interpretações divergentes de normas, situação de inadimplência dos proponentes, ou não apresentação de documentação obrigatória; c) inexistência de norma legal que fundamentasse especificamente o relacionamento do Estado brasileiro com entidades da sociedade civil com baixo nível de organização ou institucionalização; d) insuficiência e inadequação dos fluxos de recursos e dificuldades com relação à coordenação das ações por parte da administração pública. Em relação aos elementos favoráveis temos: a) a legitimidade da qual o programa passou a gozar entre os agentes culturais; b) o surgimento de oportunidades conferidas pelo aparecimento de novas tecnologias, mormente aquelas que favorecem a comunicação e o estabelecimento de redes (educação à distância, troca de experiências e soluções etc.); c) a priorização por parte do governo; e d) a emergência de novos atores no campo cultural que apóiam as ações do programa.

Nesta parte inicial da avaliação que envolveu a pesquisa, fica evidente a vulnerabilidade do programa no que tange a sua dimensão gerencial, tendo em vista, sobretudo, o peso que a burocracia impôs tanto aos grupos culturais quanto aos gestores públicos no desenvolvimento do Programa, e por outro lado essa difícil questão já fazia brotar uma nova tomada de consciência sobre a especificidade do fazer cultural em relação às características dos atores sociais envolvidos em relação a um determinado tipo de política cultural.

Quanto à gestão, o grupo focalizou o problema da falta de capacitação para gestão por parte dos coordenadores dos pontos de cultura, as dificuldades na prestação de contas e para planejar as atividades a serem desenvolvidas (apesar da grande quantidade de reuniões e de discussões em grupo), e a falta de pessoal para desenvolver as ações. Também chamou atenção o grande número de organizações não governamentais (ONGs) como proponentes e, em muitos casos, a dificuldade de separarem-se os efeitos de adesão ao programa de outros, relativos às dinâmicas das associações. Outra questão de destaque foi a possibilidade de o Ministério da Cultura se converter apenas em um repassador de recursos, já que as funções de coordenação, qualificação e acompanhamento de ações são frágeis. Dessa forma, surgiram críticas quanto à falta de estrutura do MinC, fenômeno admitido pela própria SPPC, e foram apontados problemas e dificuldades de articulação de MinC com os pontos (Ipea, 2010, p. 31).

Nesta avaliação feita em 2010, o Ipea diagnostica diversos elementos que dificultam a administração do Programa Cultura Viva. Tais dados foram obtidos através de grupo focal. Um dos diferenciais do programa enquanto política cultural foi a possibilidade de um repasse financeiro direto para os grupos que compunham a estrutura do programa que eram os Pontos de Cultura, a ação griô, o agente escola viva, o cultura digital, e o agente cultura viva. No entanto, o atraso e a descontinuidade desses repasses foram acentuados, prejudicando muito o desenvolvimento do programa e a sua gestão, nos primeiros anos de sua existência. Outro fator foi a falta de orientação do Minc no sentido da gestão dos Pontos, também deixando claro na avaliação que deveria ser mais flexível o formato dos Pontos de Cultura, e que a descentralização do programa, passando para os estados e municípios, não daria conta de resolver as dificuldades de gerenciamento do programa.

Evidenciou-se que havia um grande despreparo por parte do Minc em lidar com os conceitos e a dinâmica do Programa Cultura Viva, em termos de pessoal, infraestrutura, fluxos técnicos e administrativos. O Encontro Nacional dos Pontos de Cultura - a Teia¹⁶, também foi diagnosticada como uma instância de poucos resultados práticos (lembramos que este diagnóstico foi feito em 2010, e ainda abordaremos em momento oportuno os resultados da última Teia, ocorrida em 2014 na cidade de Natal). Há também um consenso sobre a capacidade do Programa em tirar do anonimato os grupos e as manifestações culturais historicamente renegadas pelas políticas públicas.

A pesquisa foi realizada com 544 pontos de cultura, de 297 municípios, que estavam conveniados com o governo federal até o ano de 2007, sendo aplicado um questionário a 386 pontos. No entanto, em 2014, já se encontram conveniados entre governo federal, estadual e municipal mais de 3600 mil pontos de cultura o que demonstra a capilaridade do programa.

O Ipea sinalizou que o comportamento dessa política cultural não dialogava em termos da sua exigência legal, burocrática e gerencial com a realidade e com a dinâmica dos grupos culturais do país.

A grande parte dos gestores dos pontos cujos questionários foram considerados válidos respondeu que a filosofia do programa era adequada à realidade da cultura, mas que problemas na gestão, nos marcos legais e no processo de repasse de recursos reclamavam mudanças (Ipea, 2010,p.36).

¹⁶ Fórum Nacional dos Pontos de Cultura. Criado na Teia 2007, o fórum, reconhecido como a instância política dos pontos de cultura, reúne representantes dos fóruns estaduais, das ações nacionais, além das áreas temáticas e redes que compõem o programa Cultura Viva. Tem como objetivos fortalecer o Sistema Nacional de Cultura, fomentar a construção de marcos legais que reconheçam a autonomia e o protagonismo cultural do povo brasileiro, e debater os avanços e desafios na gestão compartilhada do programa Cultura Viva.

É preciso lembrar que esta avaliação do Ipea realizada apesar de representar um momento mais inicial do programa, é uma grande fonte de informações para compreender o estado atual em que o programa se encontra, agora com 10 anos de existência e com a real possibilidade de se tornar uma política de estado e não mais de governo, tendo em vista a forma transformadora que esta política pública atuou na base comunitária.

Neste recorte temporal, o programa é considerado altamente importante do ponto de vista das ideias e das práticas que ele potencializa, no entanto é nos quesitos de gestão, implementação e execução. Os principais problemas encontrados nesta fase do programa que vai de 2004 a 2010, são os atrasos nos repasses, a falta de recursos e a complexidade nos procedimentos, principalmente a prestação de contas, que permitem o funcionamento legal dos Pontos de Cultura e as demais ações do Programa Cultura Viva.

Contudo observa-se que os gestores, tanto dos Pontos quanto do setor público, consideram importantes os princípios norteadores que estão na lei, apenas acreditam que eles devam ser adaptados às instituições com características e especificidades como são as pequenas associações. Nesta avaliação, o Ipea enfatiza que as políticas públicas também funcionam como mecanismos administrativos e coordenativos, no intuito de esclarecer o bom funcionamento do Programa, estabelecer normas, procedimentos e marcos regulatórios para facilitar a implementação de metas e objetivos, sem por em risco o uso inadequado dos recursos públicos e qualificar a gestão do programa.

Nessas perspectivas apontadas, ficou claro que o Programa Cultura Viva tem muitos problemas estruturais de ordem administrativa, e das várias interpretações que a lei possibilita para condução da gestão financeira do Programa. Compreendemos que, no momento atual, muitas questões discutidas aqui já se encontram em fase de mudança ou de superação pelo Programa, porém compreender esta avaliação do Ipea é fundamental para mais adiante explicitarmos a atualidade dos Pontos de Cultura.

Segundo o Ipea, o programa já apresentava em 2007, desde de sua criação, o maior orçamento do Minc, o que permite supor a importância do programa em termos políticos, econômico e sociais. Porém esses recursos se mostraram insuficientes para a dinâmica do programa. Sabemos que os recursos de orçamentos públicos de para cultura são ínfimos, então podemos concluir que o Cultura Viva foi ousado na sua criação e que, em grande medida, o Minc acreditou nessa empreitada ao vincular uma parte substancial de seu orçamento para o programa.

São apontados como elementos de favorecimento do programa a capacidade de aceitação social, a emergência de novos atores e tecnologias sociais e a prioridade

governamental na relação à questão social. Contudo, aparecem em contraponto, o marco legal inapropriado para os atores sociais, a infraestrutura inadequada do Minc, a falta de recursos humanos, e financeiros, exagero na burocracia, resistência da elite na democratização do programa e a falta de informação e formação de grande parte dos parceiros do programa.

Parte dos problemas identificados sinaliza a importância do programa no que tange a inserção de jovens e adolescentes nos processos de valorização da cultura, a partir de intermediações com a educação nas escolas, possibilitadas pelos Pontos de Cultura. Nesse sentido, ocupando uma lacuna em relação ao potencial das escolas na produção de conhecimento, a partir das diversas formas culturais existentes na comunidade escolar.

É no espaço deixado pelas deficiências do sistema educacional que atua o programa Arte, Cultura e Cidadania – Cultura Viva (pontos de cultura), que parte de um diagnóstico simples: a produção cultural brasileira é concentrada e o acesso é desigualmente distribuído do ponto de vista regional e social. Periferias de grandes cidades, pequenos municípios e favelas sofrem com a ausência de opções de cultura e lazer, o que aumenta os riscos de desagregação social, dada a precariedade dos mecanismos de socialização, sejam eles estruturais, como os mercados de trabalho, que se tornam cada vez mais segmentados ou pouco dinâmicos, ou institucionais, como a ausência de espaços de troca e convívio (Ipea, 2010, p.54).

Assim, o Programa Cultura Viva atende a certas demandas ao trazer à luz do reconhecimento, culturas que historicamente não são legitimadas pelas instituições políticas e pelo mercado cultural. Porém, no momento em que acontecia essa avaliação, o Ipea tinha como resultado preliminar dentro das questões que envolviam a juventude, uma incapacidade do programa de enfrentar a lógica do mercado e o desafio na democratização dos meios de comunicação social e inclusão social. Podemos entender que, nesse momento, ainda eram muito nebulosas as questões da implementação do programa e a falta de apoio político para o seu desenvolvimento. Todavia essas situações atualmente se encontram em outro nível de exigência, tendo em vista os grandes avanços pelos quais o programa passou nos anos seguintes dessa avaliação, no que tange o seu reconhecimento como uma ferramenta de democratização cultural. Essa avaliação do Ipea nos cabe enquanto a busca de uma memória compreensiva da execução dos anos iniciais do Programa Cultura Viva.

Finalmente, é também possível pensar que o programa pode vir a se constituir em parte de uma dinâmica social mais ampla, que refunde as orientações políticas no sentido da recriação de um Estado capaz de intervir para gerar capacidade, igualdade e proteção da diversidade cultural. igualmente, tem-se como viável que o desenvolvimento cultural não seja simples aposta e resultado das forças de mercado, mas que inclua fortes políticas de formação e participação, enfim, de democracia cultural.(Ipea, 2010,p.62).

Os Pontos de Cultura foram criados em 2004, sendo esta avaliação do Ipea realizada entre 2007 e 2008, finalizada em 2010. O interessante nos dados dessa avaliação está no número de Pontos de Cultura pesquisados, num total de 526 pontos, que eram conveniados quase todos diretamente com o governo federal. Em 2007, 90% dos pontos era conveniados diretamente com o MinC. No momento da pesquisa já existiam outras formas de inserção, com 5% conveniados com redes municipais, e apenas 1% com estados.

Hoje temos conveniados, entre governo federal, estadual e municipal, aproximadamente 3663 Pontos de Cultura, o que mostra a força do Programa e a sua expansão pelo país. Contudo, ainda iremos abordar a proposta de redesenho do programa, que foi também realizada pelo Ipea e pela Secretaria de Cidadania e Diversidade Cultural (SCDC) do Ministério da Cultura, que atualmente é o órgão federal responsável pela gestão do Programa Cultura Viva em todo o País. A pesquisa aponta que 49% dos Pontos de Cultura conveniados neste período de 2004 a 2008 tinham como motivação a possibilidade de obter recursos, o que leva a compreender em grande medida a falta de entendimento dos agentes sobre os conceitos e a filosofia do programa.

No entanto, na elaboração dos projetos para se tornar ponto de cultura, várias questões foram apresentadas. Entre os pontos pesquisados aqueles que encontraram dificuldades, sobressaíram alguns problemas: excesso de exigências (15%), dificuldades de compreensão do edital (15%), requisição de muitos documentos (11%), contrapartidas (12%), dificuldades de esclarecimentos de dúvidas com o MinC (10%), falta de equipe capacitada (11%), dificuldades de comunicação com o MinC/rede (10%) e, por último, sem que a isto tenha sido atribuída muita importância, falta de apoio dos municípios (6%). Esses problemas estavam diretamente relacionados à falta de preparo das ações que pudessem materializar por parte do Estado e da comunidade os conceitos arraigados no Programa Cultura Viva.

Os Pontos de Cultura têm em média 10 pessoas trabalhando de forma continuada ou permanente, sendo que 67% são pessoas da própria comunidade, 40% deste volume são voluntários e 60% são remunerados e 98% do público participante está em risco social (Ipea, 2010).

Existe uma afirmação importante nesta avaliação sobre a existência do programa preconizada nos seus objetivos. Grande parte dos Pontos de Cultura antes de o serem já realizavam suas atividades e ações culturais nas suas comunidades, assim o programa potencializa as ações, mas há uma clara independência das atividades pelos grupos culturais. Isso nos coloca uma questão importante, pois a existência dos grupos, associações, entidades e produtores culturais já era um fato social, sendo que todos organizados juridicamente. No

entanto, o que a política do Programa Cultura Viva com os Pontos de Cultura revela é a total ausência de políticas culturais que pudessem entender a dinâmica desses circuitos culturais comunitários, mostrando o quanto os mecanismos de fomento a cultura no Brasil, ainda possuem acesso restrito, atendendo uma camada de produtores culturais mais condicionados à cultura de massa, popularizadas nas mídias de TV, rádios e jornais.

Assim os Pontos de Cultura conseguem tensionar um cenário histórico da ausência de políticas que atendessem a base comunitária, que possibilitassem o desenvolvimento local, e expansão das potencialidades dos grupos culturais. Com a política dos Pontos de Cultura tem sido possível ampliar o diálogo na localidade com os gestores públicos, pois em muitos municípios do Brasil o Ponto de Cultura tem sido o único equipamento cultural ou o principal movimentador da cultura local, essa é a grande essência do Programa Cultura Viva atingir a localidade, movimentar, potencializar as bases comunitárias.

No período desta avaliação foi registrado que 97% das ações culturais financiadas aos grupos vinham do Programa Cultura Viva, o que reforça a dinâmica das políticas culturais como excludentes ou inexistentes na localidade onde atuam os Pontos de Cultura. Deste modo, os Pontos de Cultura aparecem como uma ação de reordenamento da distribuição de recursos para as ações culturais que estão à margem do mercado cultural. A atuação dos Pontos de Cultura na sua maioria tem o âmbito de atuação nos municípios (43% dos pontos pesquisados), tornando claro a ideia principal do programa potencializando as localidades, a partir de suas comunidades, e assim como indica o documento base elaborado pelo Minc e pela SCDC em julho de 2013.

O Ministério da Cultura definiu a inclusão social pela Cultura como prioridade para os anos de 2013/2014. Diante disto, tornou-se essencial consolidar o Programa Cultura Viva, como uma Política de Base Comunitária do Sistema Nacional de Cultura, caracterizada como uma política de fomento, integrada, com a participação de órgãos federais parceiros, governos estaduais, distrital e municipais e, e da sociedade civil. (BRASIL. Ministério da Cultura. Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural, 2013).

Outra questão que aparece na avaliação do Ipea é que a imensa maioria dos Pontos de Cultura não possuem sede própria, tendo imóveis cedidos às organizações por instituições públicas. E, mesmo assim, os pontos apresentam uma diversidade em espaços para articulação de atividades culturais. Dos 526 pontos listados para a pesquisa (conveniados até dezembro de 2007), apenas 386 (73%) foram considerados, 7% estavam com suas atividades suspensas, 5% não haviam iniciado atividades, 2% não foram encontrados, 4% estavam desativados e 1% havia concluído atividades. Destes pontos, 90,7% estavam em zonas urbanas e 30% nas

capitais. Os espaços mais recorrentemente presentes nos pontos são salas de aula (85%), salas de projeção audiovisual (70%), laboratório de informática (69%), biblioteca (68%), salas de exposição (65%), auditórios (54%), ateliês (44%), palcos tablados (41%) e teatro/arena (34%). Há ainda 32% dos pontos com estúdio de música, 24% com quadras de esportes, 22% com discoteca, 15% com brinquedoteca e 11% com laboratório de fotografia.

Sobre a gestão por parte dos agentes culturais, ficou evidenciada a necessidade de uma capacitação específica para o gerenciamento de toda a burocracia exigida para o funcionamento das atividades do Ponto de Cultura, apesar dos gestores de 74% dos pontos entrevistados afirmarem ter algum tipo de qualificação na área da cultura, 63% são remunerados e 37% são voluntários.

Os principais problemas de gestão apontados pelos coordenadores entrevistados são: falta de recursos (50%, ou 193), falta de equipe capacitada (18%, ou 68), excesso de exigências (14%, ou 55), falta de orientação do MinC (15%, ou 57), e o mesmo percentual observado tanto para a falta de apoio das secretarias municipais/estados quanto para o excesso de formulários (5%, ou 21). Curiosamente, os atrasos dos repasses não foram considerados fatores relevantes do ponto de vista da gestão do ponto. No entanto, uma parte dos problemas de gestão é interna. A exemplo da falta de equipe capacitada, recursos, motivação, e outros óbices importantes referem-se a agentes externos (MinC/Governo Federal – em relação a excesso de exigências, formulários, falta de orientação, atrasos) e a secretarias. (Ipea, 2010, p.94). Pelo lado do Minc, o distanciamento dessas questões gerou um grande problema de coordenação e articulação do programa, as maiores dificuldades ficam por conta dos atrasos nos repasses financeiros, ausência de pessoal e de materiais.

O ponto nevrálgico do Programa Cultura Viva foi a prestação de contas tendo em vista a sua dificuldade e a falta de critérios melhor definidos para a sua efetivação, e pelo condicionamento do recebimento dos recursos futuros à prestação de contas (no caso das parcelas dos Pontos de Cultura). As conseqüências foram a impossibilidade de começar as atividades do plano de trabalho, a dificuldade em fazer os pagamentos, e assim perder os profissionais e afastar o público das ações.

A avaliação tem, em resumo, um entendimento sobre o conceito de políticas culturais, um panorama do Programa Arte, Cultura e Cidadania - Cultura Viva e o seu comportamento na esfera da ação a partir da sociedade civil. Esta avaliação do Ipea nos permite resgatar uma memória do programa, mostrando a capacidade da administração pública em fazer funcionar a política cultural dos Pontos de Cultura e mostrar as organizações comunitárias nas suas necessidades para realização da ação do Programa Cultura Viva. Em síntese, se verificou que

o programa possibilitou o acesso a recursos financeiros aos grupos e organizações; ampliou as atividades culturais realizadas pelos grupos, desenvolvendo um dos objetivos do programa que é a potencialização de atividades culturais já existentes; iniciou um processo de aproximação mais eficaz entre a educação e as atividades artísticas, no qual a dinâmica do programa fez surgir novas luzes sobre as políticas culturais no país, provocando novas posturas por parte do poder público no desenvolvimento da democracia cultural, na gestão compartilhada. Todas essas questões mudaram muito nos últimos anos, mas, sobretudo, o programa evidenciou:

que o Estado não tem instrumentos jurídicos e de gestão, ou eles não são adequados para suportar, de maneira efetiva, políticas com o desenho e a forma de execução do programa Arte, Cultura e Cidadania – Cultura Viva. Em segundo lugar, afirma-se que é necessário capacitar o programa, dotando-o de instrumentos propícios, de forma que ele persiga objetivos ancorados no texto constitucional e em princípios democráticos (Ipea, 2010, p. 109).

Em seguida iremos apresentar a proposta de redesenho do Programa Cultura Viva elaborado também pelo Ipea em 2012.

2.4 - O REDESENHO DO PROGRAMA CULTURA VIVA: UMA PROPOSTA EM FASE DE AMADURECIMENTO

O trabalho analisado, elaborado pelo Ipea, trata do redesenho do Programa Cultura Viva, gerenciado pela Secretaria de Cidadania, Diversidade e Cultura (SCDC¹⁷), subordinada ao Minc (Ministério da Cultura). O Ipea desenvolve uma proposta de redesenho para o Programa, enfatizando que os instrumentos da gestão pública (os editais, convênios, prestação de contas, recursos técnicos e humanos) não deram o suporte necessário na gerência do Programa Cultura Viva. O redesenho foi produzido em 2012, sendo considerado o estudo mais recente para o Minc, no sentido de apontar novas diretrizes para o programa. Daremos, entretanto, mais atenção às mudanças sugeridas aos Pontos de Cultura, tendo em vista todas as outras ações que compõem o Cultura Viva, mas que não são por ora nosso foco de estudo e análises.

No item anterior deste capítulo explicitamos, a partir das considerações do Ipea, uma visão geral da implementação e execução do Programa Cultura Viva, logo nos seus anos iniciais, se referindo às atividades do programa até 2008, e compreendendo-se política cultural como uma ação de democracia social e política. E, para definir seu campo de atuação

¹⁷O Decreto 7743/2012, de 01/06/2012, criou a Secretaria de Cidadania e Diversidade Cultural SCDC ao unir a Secretaria de Cidadania Cultural SCC e a Secretaria de Identidade e Diversidade SID.

em relação ao Programa Cultura Viva, o Ipea lançou mão de um modelo teórico tendo as políticas culturais objetivadas nos circuitos culturais, que implicam a diversidade, os processos decisórios, a comunicação entre os agentes culturais e com as instâncias do poder público, como fundamentos de políticas culturais. Ao lidar com esses norteadores o Ipea faz apontamentos sobre a conduta do programa, evidenciando suas fragilidades.

Deste modo, o redesenho vem apresentar de forma incisiva a necessidade de mudança nos rumos do Programa Cultura Viva, de acordo com a nova perspectiva do Ministério da Cultura, indicando que os resultados esperados por essa política pública em relação a algumas metas estabelecidas (em termos de repasse de verbas, gestão dos pontos e a sua articulação em rede) não aconteceram, mas vale lembrar que são expectativas governamentais, que atribuem muito mais aos resultados quantitativos a eficácia de uma política pública.

O redesenho feito pelo Ipea dá a entender que foi muito mais uma construção orientada pelos implementadores do programa, do que uma necessidade dos executores beneficiados, no caso, os Pontos de Cultura, levando em conta as perspectivas do ângulo do gestor público. Quanto a isso, Potvin (2008) mostra uma perspectiva mais ampla: as avaliações mostram idealmente as relações de trabalho ou parcerias entre os vários atores como o objeto de estudo.

As avaliações baseadas em programas comunitários, por exemplo, descrevem um conjunto de atores com uma série de pré-ocupações comunitárias, com necessidades não-governamentais, governamentais e de pesquisa e eles caminham em conjunto para definir uma situação problemática e planejar estratégias corretivas. Contudo para realizar esta pesquisa que culminou no redesenho, foi criado um GT¹⁸ (grupo de trabalho) que pudesse aglutinar todos os participantes do processo, tanto da esfera governamental quanto da sociedade civil, garantindo a participação dos Pontos de Cultura no debate e no fortalecimento e consolidação do programa. A ideia era que a participação dos Pontos de Cultura se desse através de diálogos virtuais e do trabalho de mobilização de 5 representantes da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura (CNPdC) (Ipea,2012).

Deste modo compreendemos que a política não deve se fundamentar apenas na visão do Estado, correndo o risco de se tornar impotente e prejudicial para o desenvolvimento de uma política pública. O redesenho, enquanto proposta de uma nova dinâmica para o programa, se apóia, sobretudo, nos resultados das pesquisas realizadas pelo próprio instituto, e que foram

¹⁸ A Portaria nº 45, de 19 de abril de 2012, Institui o GT Cultura Viva para elaborar proposta de redesenho do Programa Cultura Viva, coordenado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) sob a orientação do Ministério da Cultura, por meio da Secretaria de Cidadania e Diversidade Cultural.

orientadas na época por Célio Turino, que comandava a Secretaria de Programas e Projetos Culturais do Ministério da Cultura (SPPC), responsável pelo gerenciamento do Programa Cultura Viva. Essas pesquisas foram finalizadas na gestão de Vanderley dos Santos Catalão e Martha Porto, sendo que o processo do redesenho iniciou-se com a nova gestão de Marcia Rollemberg em 2012. Assim o redesenho é fruto das discussões entre a SCDC, o GT e demais atores envolvidos com o programa. A partir de alguns pontos específicos que se relacionam ao desempenho de componentes da gestão do programa, como financiamento, recursos humanos, fluxos de gestão internos e marco jurídico, foram sendo definidos os novos caminhos para melhorar a execução do programa. Neste redesenho ficam expostos alguns problemas que não estavam visíveis na avaliação de 2010.

Um dos desafios enfrentados para redesenhar o programa decorria do fato de que a memória que o constituía estava dispersa nos documentos institucionais, sendo que os conceitos nem sempre estavam claros e estáveis. A memória das pessoas também carrega idiosincrasias, diferentes percepções da história e dos sentidos das ações. As posições dos participantes do GT estão envolvidas em diferentes e legítimos jogos e interesses político-institucionais. (Ipea, 2012,p. 8). É possível supor que o Programa Cultura Viva desencadeou uma grande disputa interna e também externa sobre o seu andamento. Nos 10 anos de programa, ocorreram rotatividades administrativas importantíssimas. O maior exemplo está no próprio Ministério da Cultura, que hoje se encontra com a sua 4ª gestão, passaram pelo ministério Gilberto Gil, Juca Ferreira, Anna de Hollanda e atualmente Marta Suplicy, em relação à gestão específica do programa, também ocorreram várias mudanças. Isso demonstra o quanto as tensões e os arranjos políticos dentro da administração pública, geram os impactos, mudanças, desgastes, atrasos e perda de credibilidade, efeitos mais sentidos na ponta, na sociedade, que sempre sofre com a dinâmica do poder público.

O Ipea identifica que melhorar a gestão do programa é o desafio. E todas essas questões postas se relacionam às incapacidades que atrapalharam o desenvolvimento do Cultura Viva, e que o redesenho vem atender a uma demanda da SCDC para fortalecer a gestão do programa em relação aos seus instrumentos de execução, fortalecer as políticas culturais interinstitucionais e intersetoriais, fortalecer a gestão da rede de Pontos de Cultura, obter condições institucionais para as relações interculturais, implementar um processo de mapeamento e acompanhamento das instituições conveniadas e sobretudo melhorar a elaboração dos editais.

Essas mudanças foram propostas de acordo com a perspectiva e fragilidades identificadas na SCDC: a) sobreposição de competências na estrutura interna; b) grande

quantidade de prestação de contas pendentes; c) atraso nos repasses de recursos para instituições componentes do programa; d) insuficiência dos instrumentos de monitoramento; e) ambiguidade dos conceitos do programa para gestão por instrumentos; f) indefinição de prioridades e estratégias, g) insuficiência de recursos humanos; h) insuficiência de recursos financeiros.

No andamento do programa, a grande consequência foi um forte declínio na credibilidade em relação à legitimidade dessa política cultural por parte dos executores, no caso, os Pontos de Cultura. Grande parte deles sentiu-se perdida, principalmente na última mudança de gestão do Ministério da Cultura, entre 2010 e 2012, pois a crise se instalou também dentro da esfera do poder público.

De 2004 a 2012, foram fomentados 3.662 Pontos de Cultura em todo o País, o que mostra o crescimento do programa. Mas o que está por trás desse número são os atrasos nos repasses dos recursos, a demora no conveniamento, chegando a mais de dois anos, existe o reconhecimento das ações culturais por parte do governo, mas a efetividade da execução tem, ao longo da existência do programa, andado em outro ritmo. Tem-se claro que o excesso de burocracia e de processos legalistas impõe uma cultura de gestão densamente controladora, que, no entanto, não condiz com a especificidade do público alvo do Cultura Viva, e com a limitação da estrutura operacional, humana e técnica administrativa do poder público.

O Cultura Viva foi tão amplo na sua dimensão social que expôs o quanto Estado tem sido negligente no desenvolvimento de políticas para área da cultura ao longo dos tempos. No redesenho, o Ipea aponta questões enfrentadas pelo programa, no âmbito da sua execução dentro da tradição das políticas culturais, encontrando um Estado com insuficiência de políticas culturais intersetoriais, inexistência de ações governamentais de fomento e valorização da produção artística, ausência de políticas de valorização dos direitos humanos e baixa oferta de espaços de socialização e convivência. São justamente esses obstáculos que o Programa Cultura Viva tenta vencer desde quando criado e denuncia ao ser implementado.

Dentro da expectativa do programa, o Ministério da Cultura tem como meta atingir cerca de 15 mil Pontos de Cultura até o ano de 2020. No entanto, para essa empreitada, há enfaticamente um risco muito concreto dessas metas não acontecerem. O Ipea entende como aspectos frágeis e vulneráveis na busca desses objetivos os seguintes pontos: o primeiro receio se encontra na insuficiência de recursos públicos para enfrentar essa demanda que garanta a expansão, a ampliação adequada do programa; em seguida a operação desses fluxos financeiros que têm sido para o programa um nó; a baixa capacidade de gestão administrativa por parte da União, dos estados e municípios na compreensão do programa e a necessidade de

um monitoramento do programa que possa gerar informações adequadas e suficientes para subsidiar a sua gestão.

As vulnerabilidades do programa se referem, nesse caso, às deficiências do Estado, especialmente em termos de recursos financeiros para transferências à sociedade e nos processos internos que espalham a relação com a sociedade civil. A posição é, aparentemente, bastante razoável, dado o pressuposto de autonomia e da premissa de que a sociedade civil tem os recursos necessários para articulação em rede e desenvolvimento das atividades culturais. Nesse caso, só faltam os recursos financeiros (Ipea, 2012).

Nessa perspectiva os indicadores do programa foram, num sentido quantitativo, organizados em infraestrutura, acessibilidade, sustentabilidade, participação, inclusão econômica e esforço. Buscando atingir as metas estabelecidas na continuidade do programa, tanto na ordem financeira quanto no aumento das ações, conforme os quadros abaixo, no entanto, estaremos nos atentando aos Pontos de Cultura em específico. Para um melhor entendimento, o total de 15 mil pontos na meta até 2020 leva em consideração a soma entre pontos e pontões, com uma estimativa de investimento na ordem de 1.28 bilhões de reais.

Quadro 1.

INDICADORES SELECIONADOS PARA O ACOMPANHAMENTO DO PROGRAMA.	
Indicador de esforço	Traduz em medida quantitativa o esforço operacional para a alocação de recursos humanos, físicos e financeiros.
Indicador de infraestrutura	Espécie no gênero dos indicadores de esforço enfatiza a disponibilidade e adequabilidade de instalações para a realização de certas atividades.
Indicador de acessibilidade	Afere a capacidade potencial de oferecer condições de acesso a bens, serviços e espaços culturais.
Indicador de sustentabilidade	Afere os graus de estruturação das instituições, grupos e movimentos sociais para gerenciamento de atividades, recursos humanos ou financeiros.
Indicador de participação	Afere o grau de envolvimento das pessoas em relação aos processos decisórios de Política e programas.
Indicador de inclusão econômica	Afere a capacidade potencial de oferecer a pessoas o acesso a recursos econômicos.

Elaboração: IPEA 2012

Quadro 2.

SÍNTESE DAS METAS DO PROGRAMA	R\$	
Bolsas	7575	45.000.000
Conhecimento e tradição oral	250	3.750.000
Pontos de Cultura	13422	1.280.010.000
Pontões	1481	622.290.000
Tecnologias e ferramentas de gestão de conhecimentos	1	2.000.000
Certificação chancela	2000	70.000.000
Totais		2.023.050.000

Elaboração: IPEA 2012

Assim buscaremos compreender quais foram as propostas que o Ipea lançou para a reorganização do programa, tendo em vista os principais elementos desfavoráveis na sua execução e gestão sendo: gestão interna na SCDC, o marco jurídico, recursos orçamentários e financeiros, o convênio, o edital e a sustentabilidade dos Pontos de Cultura. Para cada uma dessas questões identificadas como dificuldades, iremos apresentar as sugestões do Ipea e tentar identificar desequilíbrios entre a realidade do programa a idealização para sua mudança.

O redesenho do programa resulta de um processo de aprendizagem sobre o funcionamento do *Programa Arte Cultura e Cidadania – Cultura Viva* e é entendido como uma necessidade de readequação e realinhamento para mudar o patamar de desempenho e controle, qualificar seus resultados, aumentando sua estabilidade, efetividade, eficácia e autorrenovação, considerando uma política de continuidade e aprofundamento a partir dos macros temas orientadores da nova gestão da Secretaria de Cidadania e Diversidade Cultural (SCDC) bem como do conjunto do Ministério da Cultura (MINC) (Ipea,2012,p.5).

A primeira questão então deliberada enquanto uma proposta para o programa seria a adequação da gestão que é feita pela SCDC, pois o fraco rendimento na organização do acompanhamento do programa trouxe elementos fundamentais para as dificuldades surgidas na implementação dessa política cultural. Sobre a ação dos Pontos de Cultura em específico, o Ipea cria um esquema de relação entre as novas condições operacionais e os impactos para atingir as metas do programa, conforme podemos analisar no quadro abaixo:

Quadro 3.

ANALISE DE VULNERABILIDADE DA PERSPECTIVA DO ATOR PÚBLICO			
Ação: Pontos de Cultura: repasse de recursos para desenvolvimento de ações culturais, educacionais e de comunicação pela sociedade civil. Aposta: Se forem utilizados R\$ 1.280 bilhão em recursos financeiros para desenvolvimento de atividades, então será ampliada a capilaridade e a sustentabilidade das redes de pontos de cultura para 13.422 pontos de cultura distribuídos pelo Brasil até 2020.			
Condições de invalidação	Probabilidade	Impacto	Vulnerabilidade
1. Os recursos financeiros não sejam suficientes para garantir a ampliação e desenvolvimento adequado do programa	Alta	Alto	Sim
Ações: a) Ações de sensibilização do Governo Federal para garantir maior aporte de recursos orçamentários; b) Conveniamento prioritário com Estados, DF e municípios que disponham de aportes de recursos de contrapartida financeira; c) Conveniamento gradual com todos os entes federados ou consórcios deles; d) Aumento de contrapartida financeira dos Estados e municípios com maiores recursos financeiros; e) Direcionar recursos da União para Estados e municípios que disponham de menores recursos de contrapartida; f) Estabelecer transferências escalonadas de recursos a partir do porte populacional dos municípios; g) Chancelar associações e grupos que já atuem na lógica e nos conceitos do programa;			
2. Os fluxos financeiros fragilizem a consolidação do programa;	Alta	Médio	Sim
a) Estabelecer programação e cronograma de desembolsos; b) Evitar os restos a pagar; c) Seguir protocolos e cronogramas de prestação de contas; d) Fortalecer e adequar fluxos operacionais da SCDC; e) Produzir manuais de prestação de contar e promover oficinas de capacitação;			
3. Os recursos de gestão da União, Estados e DF e Municípios constituam entraves ao repasse de recursos de forma adequada;	Alta	Médio	Sim

a) Ampliação e qualificação de recursos humanos na gestão da SCDC; b) Priorizar conveniamento com Estados, DF e municípios que garantam os recursos humanos e de gestão adequados ao programa; seguir no processo de adesão condicionado à qualificação de recursos de gestão; c) Modernização no uso de ferramentas de monitoramento e gestão de processos;			
4. O sistema de monitoramento seja insuficientemente desenvolvido para gerar informações adequadas à gestão do programa	Alta	Médio	Sim
a) Compatibilizar SICONV ao público usuário; b) Desenvolver sistema de gestão de conhecimento capaz de agregar monitoramento, gestão de informações, acervos de documento e produções da SCDC e do programa; c) Articulação de sistemas do MINC (gestão de projetos, prestação de contas e monitoramento de execução de plano de trabalho); d) Adaptação do SNIC aos objetivos do programa; e) uso do SALIC para acompanhar e monitorar bolsas			
Elaboração : IPEA			

Dentre as propostas específicas para os Pontos de Cultura, chama a atenção o fato de que, para atingir a meta de 15 mil pontos, é sugerido a criação de chancelas e certificações para os novos grupos culturais que vierem a se tornar Ponto de Cultura. O reconhecimento a partir desse instrumento não garante aos grupos o recebimento de recursos financeiros, apenas ele integraria a rede de Pontos de Cultura. Isso implica um conflito, pois se o grande motivador para se tornar Ponto de Cultura é justamente o repasse financeiro e esse tem sido o grande desafio da gestão do Programa Cultura Viva, uma ação que priorize o reconhecimento por questões quantitativas postas como estratégias políticas, deixando de lado a distribuição financeira, não parece ser um grande atrativo para essas instituições.

A chancela pode envolver recursos financeiros ou não; os R\$ 70 milhões foram calculados a partir de recursos da ordem de R\$ 50 mil para cada chancelado (1400), mas a meta pode ser atingida com menores valores ou com a simples certificação. As fontes serão a SCDC, Secretarias Estaduais e do Distrito Federal e os Municípios (IPEA, 2012).

Voltando a questão da gestão e da qualificação, sobretudo, da operacionalização da SCDC, ficam expostas a necessidade de definição e disseminação de padrões de execução de atividades de acompanhamento dos convênios, e dos processos burocráticos que implicam no andamento das ações. Assim são sugeridos a criação de uma plataforma virtual para produção e armazenamento de informações e demandas e um sistema de gestão do conhecimento. Outro fator é a incidência de retrabalhos, pela falta de uma delegação maior de atividades para tornar mais acelerado os processos administrativos. Deste modo, torna-se fundamental reorganizar as competências de cada área dentro da SCDC, para aumentar a autonomia e o desempenho da gestão e definir padrões de encaminhamento interno sobre divergências para tomada de decisão.

Estas questões estão intimamente ligadas ao processo de conveniamento entre o Estado e as instituições Pontos de Cultura. A burocracia somada à incapacidade administrativa e a falta de recursos têm sido, ao longo dos 10 anos de existência do programa, a maior barreira

para o seu pleno desenvolvimento. O Programa Cultura Viva foi muito ousado na sua criação, pretendendo-se numa nova visão sobre o fazer cultural no país, sobretudo na valorização desses atores, dando-lhes acesso a recursos financeiros, mas esbarrando na falta de ordenamento de sua gestão. Ao lidar com conceitos tão ideológicos e filosóficos, deixou expostas as fragilidades das políticas públicas para cultura, negligenciadas no sentido do seu desenvolvimento, planejamento e execução.

O Programa Cultura Viva foi uma ação arrojada, focada no atendimento a um público amplo, sem acesso a recursos públicos, no âmbito cultural. No entanto, o planejamento inicial em termos de gestão não foi tratado com muita atenção, o desenvolvimento do programa e a transformação dos instrumentos de sua gestão política foram ocorrendo simultaneamente.

O Programa Cultura Viva, de acordo com seu próprio criador, tinha duas opções: ter o seu desenho e seu respectivo planejamento feito de forma apurada, para mitigar todos os possíveis problemas futuros e não ter tido nenhum edital antes de 3,4,5 anos de planejamento, ou ser lançado num prazo recorde de 6 meses (entre a sua apresentação ao Ministro Gil e o primeiro convênio) correndo todos os riscos que isto traria. Optou-se pela segunda alternativa! E deu no que deu: um programa com uma dinâmica fantástica, mas com mais furo do que queijo suíço. Esses “furos” foram gerando uma pressão de demanda de tal ordem que o gestor resolveu acatar um pleito de “gestão compartilhada”, trazida pela Ponteirada da época da inauguração do Programa. Obviamente, que o atendimento do pleito seguiu à lógica que presidia o Programa de construir o avião em pleno vôo (Davy Alexandrisky, 2014, Comissão Nacional de Pontos de Cultura – em depoimento, 2014).

As consequências decorrentes dessa posição ideológica abstrata, da frágil política e gestão, sem a cuidadosa proposição de alternativas para sua consolidação, geraram as adversidades, evidenciando a necessidade do seu aprimoramento tanto no nível social, com a participação mais efetiva da sociedade civil, quanto da esfera política, responsável pela sua gestão. O descuido com as premissas institucionais e administrativas da política pública tornou-a uma política com nós a serem desatados. Sabe-se, que essa conduta administrativa e política gerou consequências que ainda hoje sobrecarregam a SCDC e, de um modo ou de outro, deixaram marcas no programa, gerou passivos de processos pendentes e sobrecarga para as instituições culturais (Ipea, 2012).

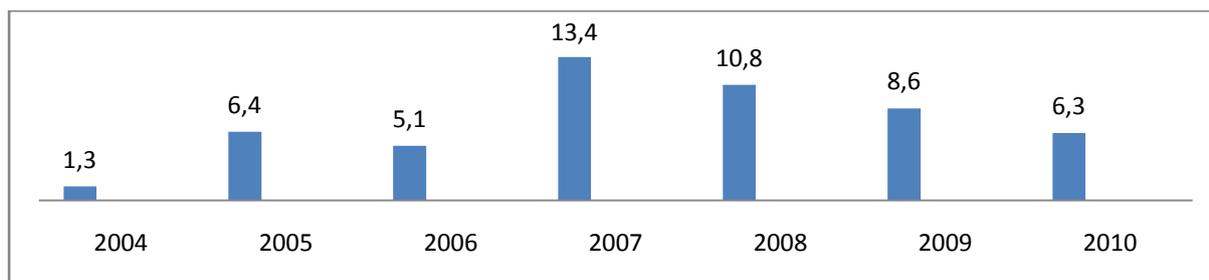
Eliminar a burocracia e a legalidade do Estado parece ser algo muito difícil de acontecer. No entanto, há a necessidade urgente de se criar mecanismos que favoreçam políticas como a dos Pontos de Cultura, sendo necessário haver um esforço para simplificar as condições do acesso e uso dos recursos públicos por parte dos agentes dos Pontos de Cultura. A gestão compartilhada enquanto ferramenta do programa permitiu em grande medida essa

interlocução entre Estado e sociedade civil organizada. Acreditamos que não é fácil essa junção, mas a ação pensada em conjunto deixa mais claro os pontos de vistas e as prioridades. Sobre os fluxos financeiros, para as novas metas estabelecidas é preciso uma estratégia mais ampla, pois os recursos são do orçamento da União e ainda muito pouco dos estados e dos municípios. Até 2007, o programa representava dentro do orçamento do Minc um total de 13,4%, vindo em 2010 para 6,3% mostrando um importante declínio, dando início a um processo muito desgastante e intensas discussões entre o Estado e sociedade civil. Nessa fase ocorreram a troca de ministros e a mudança na gestão da SCDC.

Assim a gestão e a questão orçamentária se estabelecem como um grande espaço de conflitos e central no equilíbrio da sustentação do programa. Desde sua criação em 2004, passaram pela administração do Minc enquanto ministros, Gilberto Gil, Juca Ferreira, Anna de Holanda e mais recentemente Marta Suplicy. As duas últimas gestões tiveram momentos de grande conflito no diálogo com a sociedade civil, tanto que logo no final do segundo ano do governo Dilma, a então Ministra da Cultura Anna de Holanda, com uma atuação envolvida em crises e pouco diálogo com as bases, e com uma ação caminhando na direção contrária de seus antecessores, é substituída pela senadora Marta Suplicy que teria como função retomar esse maior contato com as bases comunitárias principalmente com os Pontos de Cultura.

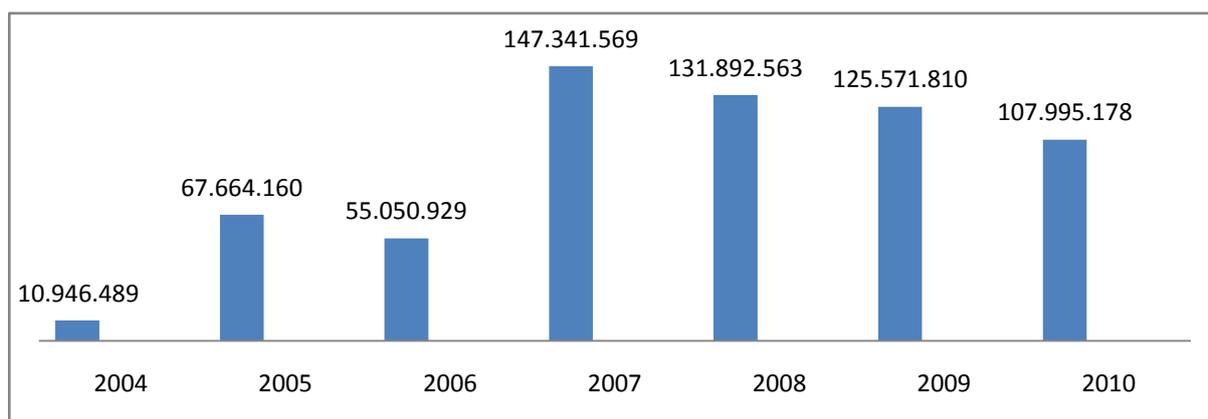
A política pública de cultura estabelecida no país, ainda dá grande destaque ao modelo de financiamento por leis de incentivo, o que demonstra a força das organizações privadas nas ações realidades sobre a cultura, definindo em grande medida a organização da cultura por renúncia fiscal. Essa análise pode ser possível, pois é fácil constatar nos quadros abaixo, onde fica bem evidente, que no caso do programa Cultura Viva a sua participação no total do orçamento para cultura até 2010 é muito reduzido, e que se acentua ainda mais o impacto que o orçamento gera na dinâmica do programa, quando a execução desses recursos destinados ao programa também não ocorrem eficientemente. Os quadros a seguir mostram respectivamente a participação orçamentária e o volume de recursos do Programa Cultura Viva.

Gráfico 1. Participação dos Recursos do Cultura Viva No Minc (2004-2010).



FONTE: (SIAF/SIDOR), ELABORAÇÃO IPEA.

Gráfico 2. Recursos executados pelo Cultura Viva – (2004 – 2010)



FONTE: (SIAF/SIDOR), ELABORAÇÃO IPEA.

A maior parte da execução orçamentária do Minc e do Programa Cultura Viva é feita nos últimos meses do ano. Claramente um sinal que as deliberações demoram muito para acontecer, sobrecarregando determinadas épocas e representando um forte indicio de trabalho acumulado ao longo ano e também de liberação desses recursos por parte dos órgãos executores das despesas. Conforme o gráfico.

TABELA 3.

RELAÇÃO % DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO CV COM O MINC (2004 – 2010).

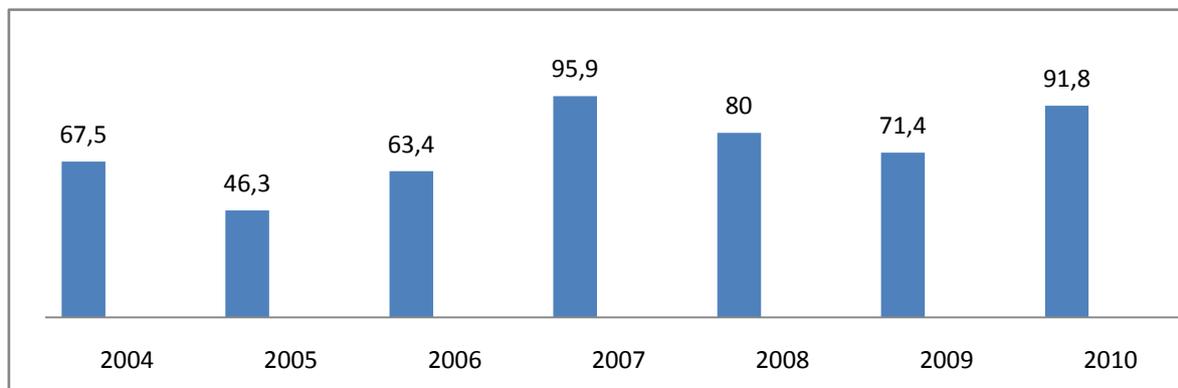
Ano	Dotação inicial	Empenhado	Pago	RP inscrito	RP Ex. ant.	RP anulado	RP Pago	RP a Pagar
2004	20.017.520	5.473.245	1.779.112	3.694.133	-	1.958.276	1.735.856	-
2005	85.293.433	67.664.159	36.361.513	31.302.646	-	-	1.653.306	29.649.340
2006	61.514.243	55.050.929	20.390.157	34.922.530	740	1.606.254	4.350.704	28.966.312
2007	184.639.989	147.341.568	13.989.091	141.366.890	8.158.378	-	10.219.174	139.306.093
2008	156.384.323	131.892.562	26.423.898	105.468.664	843.475	-	8.519.353	97.792.786
2009	146.679.683	125.571.809	37.816.327	89.718.392	32.200.896	5.621.713	34.328.335	81.969.240
2010	205.267.705	107.876.528	14.876.325	99.070.545	68.094.408	74.375.298	57.807.471	34.982.176
totais	859.796.895	640.870.800	151.636.423	505.543.799	109.297.896	83.561.541	118.614.199	412.665.946

FONTE: (SIAF/SIDOR), ELABORAÇÃO IPEA – 2010.

Apesar dos orçamentos estarem disponíveis, é fácil compreender que a execução desses orçamentos é bem pequena perto do montante disponível. O gráfico aponta na terceira coluna o total executado de orçamento em relação à dotação inicial. No gráfico abaixo, mostramos a relação percentual dos recursos alocados e não efetuados, ficando como restos a pagar. Os gráficos demonstram uma clara dificuldade operacional no que se referem aos gastos dos orçamentos empenhados para o Programa Cultura Viva. Em 2007, os RPs (Restos a Pagar) inscritos chegaram a se constituir em 95,9% dos recursos empenhados e, em 2010, foram de

91,8%. É obvio que os restos a pagar impactam o desempenho financeiro por condicionarem os fluxos financeiros (Ipea, 2012, p.34).

Gráfico 3. % RP INSCRITOS EM RELAÇÃO AO EMPENHADO



FONTE: (SIAF/SIDOR), ELABORAÇÃO IPEA.

Levando em conta que as ações dos Pontos de Cultura estão condicionadas aos repasses financeiros, é razoável supor que esses atrasos dificultaram o desenvolvimento das ações previstas nos planos de trabalho das instituições conveniadas. Há dois lados, a burocracia exigida solapando as entidades e os grupos, contribuindo para os atrasos, mais a falta de gerência sobre essas dificuldades pelos órgãos públicos, além da própria prioridade que a tradição política do país dá a cultura, com dotações orçamentárias minguadas, que não são capazes de cobrir os custos das ações, como ocorre no Programa Cultura Viva.

O modo como são feitos os investimentos mostram que a cultura não é uma questão de interesse público, portanto, necessitando de políticas e investimentos de Estado, como a saúde e a educação. Os governos têm a responsabilidade de estabelecer objetivos e investir no desenvolvimento cultural.

O Estado deve estipular no orçamento público recursos suficientes para implementar suas políticas culturais. Isso implica confrontar a cultura com outras áreas de interesse público para estabelecer seu quinhão, pois do mesmo couro saem todas as correias (Sarkovas, 2005, p. 26).

Colocamos aqui, dentro dos componentes que promovem a existência do Programa e dos Pontos de Cultura, as propostas pertinentes para uma nova perspectiva de gestão do programa de acordo com o Relatório do Redesenho do Programa Cultura Viva realizado pelo Ipea em 2012. Os fluxos financeiros e a perspectiva de menos recursos podem ser minimizados se houver um processo de programação dos editais seguindo as propostas e desembolsos anualmente: a) manter a ideia de descentralização estratégica (gradual e seletiva) com o desenvolvimento de instrumentos de monitoramento das ações descentralizadas; b)

Programar editais com a confirmação de disponibilidade de recursos financeiros adequados, a fim de garantir as etapas de elaboração, implementação (habilitação, avaliação, publicação dos resultados, etc.), pagamento dos recursos, acompanhamento dos planos de trabalho, avaliação dos relatórios de prestação de contas em tempo hábil e com qualidade, com início e finalização dentro do ano fiscal. Isso envolve gestão política e priorização por parte do MINC; c) Proposta de um edital com prazo de validade ampliado para governos de estados e municípios para a implementação de 580 pontos de cultura, elaboração de um edital para seleção de 29 pontões de cultura (mínimo 1 por estado e 2 nas regiões Norte e Centro-Oeste), elaboração de um edital de prêmio para pessoas físicas que tenham vocação para formação e implementação das redes articuladas aos pontões; d) validar as proposições de expansão anual, conforme o plano de expansão do programa ao final desse relatório; e) estabelecer programação de ações (elaboração de editais) de forma a poder iniciar o pagamento no ano de exercício, evitando-se os restos a pagar; f) realizar a gestão junto ao MPOG (Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão) e à Secex (Secretaria executiva) do MinC, no sentido de buscar a garantia dos recursos financeiros para os editais, mediante evidências de resultados e modelo adequado de execução; g) estimar o tempo e RH necessários para acompanhar, monitorar e fiscalizar as prestações de contas das instituições conveniadas; h) organizar mutirões para resolver o passivo da SCDC, em períodos pré-agendados e estabelecer parcerias para ampliar a capacidade de verificação das prestações de conta; i) acompanhamento, orientação e apoio no processo de prestação de contas pelas representações regionais do MINC; j) modelagem de normas e capacitação.

Sobre a falta de recursos humanos na SCDC, ficam as seguintes propostas delimitadas para qualificar o seu RH: a) desenvolvimento de metodologia para transformar conhecimentos tácitos em conhecimentos explícitos, implementando metodologias e desenvolvendo uma cultura de gestão de conhecimentos e planejamento estratégico e gestão participativa; b) organização de repositório de informações sobre a localização de conhecimentos na SCDC, incluindo fontes de consulta e também as pessoas ou as equipes detentoras de determinado conhecimento; c) desenvolvimento de sistema de gestão por competências – estratégia de gestão baseada nas competências requeridas para o exercício das atividades de determinado posto de trabalho¹⁹; d) adoção de processo contínuo de formação em dois eixos: atividades

¹⁹ Visa determinar as competências essenciais à SCDC em cada coordenação, avaliar a capacitação interna em relação aos domínios correspondentes a essas competências e definir as habilidades e os conhecimentos que são necessários para superar as deficiências existentes em relação ao nível desejado para a organização. Inclui também o mapeamento dos processos-chave, das competências essenciais associadas a eles, das atribuições, atividades e habilidades existentes e necessárias, e das medidas para superar as deficiências;

finalísticas e gestão em rede; e) simplificação de processos, conectar e coordenar atividades e iniciativas entre os setores da Secretaria; f) estabelecimento de fluxos de informação, comunidades de práticas, rotinas e modelos e protocolos comuns, a fim de permitir a colaboração de pessoas internas ou externas à SCDC, propiciam o veículo e o contexto para facilitar a transferência de melhores práticas e o acesso a especialistas, bem como a reutilização de modelos, do conhecimento e das lições aprendidas; g) desenvolvimento de atividades estratégicas com cargos efetivos; h) uso e capacitação dos servidores nas ferramentas digitais de gestão; i) Aumento do contingente de seus recursos humanos permanentes e de carreira.

Estas medidas supõem que a estrutura administrativa da SCDC está muito abaixo da necessidade de operação para suprir as demandas. Delimita um quadro insuficiente de funcionários e com baixa qualidade administrativa não condizente com as expectativas do Programa Cultura Viva. Nas questões jurídicas institucionais e dos marcos regulatórios, as propostas caminham num sentido de amenizar, sobretudo, os problemas da prestação de conta dos Pontos de Cultura, que têm sido o aspecto mais importante no dia-a-dia das atividades dos grupos culturais. Dois pontos chamam a atenção na formulação das propostas: primeiro, no que se relaciona a instrução precária quanto aos procedimentos burocráticos decorrentes das obrigações constantes dos editais e fragilidade da SCDC quanto à estrutura interna burocrática de fluxo de acompanhamento dos editais e dos projetos apresentados e, depois, dificuldades operativas dos Pontos e Pontões com relação especialmente à prestação de contas relativa aos projetos aprovados e implementados.

O debate avaliando a implementação do programa Cultura Viva trouxe duas posições antagônicas: por um lado, aqueles que dizem que o processo de prestação de contas da Lei 8.666/93 (lei de licitações) nega os princípios democratizantes do programa ao impedir que grupos pouco estruturados administrativamente consigam estar adimplentes; e, por outro, aqueles que dizem que embora a prestação de contas seja efetivamente burocrática, ela garante o bom uso dos recursos públicos e que a lei de licitações é uma importante conquista democrática (LIMA, ORTELLADO, 2013, p.374).

Assim as sugestões para mudança no comportamento geral dos Pontos de Cultura para os agentes conveniados seriam: a) realizar a execução do projeto na forma prevista no plano de trabalho aprovado, simplificando sua elaboração e flexibilizando sua execução com acompanhamento online; b) ter regras claras quanto à concessão de diárias e passagens diante de ocorrências de beneficiários (reincidentes ou não) que não prestaram contas; c) adotar recibo em relação a cobranças e pagamentos, seja diretamente, seja por meio de aviso de recebimento do correio, como meio de documentação adequada de destino dos valores e

quitação do devido; d) quando da utilização de diárias e passagens: prestar contas com devolução dos comprovantes de embarque (canhotos), da apresentação de relatório de viagem, apresentação e dados e informações que permitam verificação física como local, endereço, dia, hora, pauta de assunto, ata de reunião, lista de presença e programação; e) não realizar pagamento antecipado de serviço ou produto, sem a prévia apresentação de relatório e efetiva entrega; f) todos os serviços a serem contratados devem estar previstos no contrato ou convênio, evitando-se a assunção de tarefa sem cobertura contratual; g) não realizar despesas que não guardem relação com objetivos do projeto aprovado, tais como coffee break, buffet e transporte de pessoas; h) não realizar pagamentos por exercício de função não previsto no convênio; i) não realizar pagamentos em data fora do período de vigência do convênio; j) realizar a análise de custos por meio do plano de trabalho, indicando, o mais precisamente possível, os critérios de formação de custos. Mostrar em memória de cálculo quanto custa (por pesquisa de preço) cada item que se necessita para o desempenho dos serviços e entrega dos produtos; k) controlar de forma documental adequada os pagamentos, evitando assim realizar pagamento em duplicidade e sem comprovação; l) não realizar pagamento de despesas inelegíveis; m) detalhar os gastos. Não realizar despesas que são indicadas de forma genérica, como: “custos administrativos” e “taxa de administração”; n) estabelecer corretamente os percentuais de contrapartidas e cumpri-los; o) facilitar o controle social por intermédio do acompanhamento da execução com a publicização do plano de trabalho e da prestação de contas.

Essas propostas buscam, ao nosso entendimento, tentar dar mais transparência à gestão interna dos fluxos financeiros dos Pontos de Cultura. Há uma clara demanda por um conjunto de procedimentos mais éticos em relação ao uso do recurso público por parte dos agentes conveniados, o que em certa medida corresponde ao zelo pelo o que é público, mas traz à tona uma demanda ainda mais rígida em alguns aspectos, principalmente na aquisição de material. Sobre esse tema em específico, o GT que envolveu os Pontos de Cultura na discussão dos novos direcionamentos do Programa apontou para outra direção que pudesse simplificar as prestações de contas, clarificar a relação entre o Estado e a sociedade civil no que tange os contratos entre eles, ter uma acessória jurídica específica para a execução das atividades dos Pontos de Cultura e a criação de leis que regulamentem os marcos legais das prestações de conta.

Por último, o convênio, instrumento legal que promove à condição de Ponto de Cultura os grupos culturais, fidelizando a relação entre o Estado e a sociedade civil, na execução de suas atividades propostas em seu plano de trabalho. O fato principal recai na dimensão muito

ampla das interpretações do convênio, sendo ainda uma busca conjunta entre o Estado e a sociedade civil, no sentido de se aprimorar, reajustar as normativas implícitas neste instrumento no sentido de melhorar a gestão e a dinâmica dos Pontos de Cultura. O processo de conveniamento dos Pontos de Cultura se mostrou incompatível com a realidade das organizações sociais. Na sua proposta de redesenho, o Ipea, a partir das discussões do GT, faz apontamentos para dar mais dinâmica ao processo de conveniamento, o que apresenta-se a seguir: a) ter uma definição de competência no conveniamento e no acompanhamento dos Pontos de Cultura entre os diferentes órgãos do Ministério da Cultura; b) visita *in loco* para conhecimento efetivo das instituições que serão conveniadas, de forma descentralizada, a partir do MinC, entre as regionais, estados e municípios. c) criação de um setor responsável pela prévia análise dos planos de trabalho e de desembolso, para as devidas correções, antes da assinatura do convênio, nos moldes do Escritório de Apoio da SEC – Secretaria de Cultura do RJ²⁰); d) criar um rígido sistema de trocas de informações devidamente documentadas e protocoladas, para eliminar a possibilidade de informações desencontradas e/ou ruídos de comunicação; e) agilizar as respostas do Estado para os Pontos de Cultura, e vice-versa, de forma que possa ser feito o acompanhamento constante da execução dos projetos/do programa; f) melhorar o processo de acompanhamento, monitoramento, fiscalização (visita *in loco*), e análise das prestações de conta/relatórios; g) parecer técnico e de prestação de contas tem de ser diferentes, sendo que o acompanhamento tem de ser da área técnica; h) as regionais, estados e municípios poderiam fazer esse acompanhamento como uma espécie de análise prévia de prestação de contas, para evitar envio de processos incompletos. As regionais, estados e municípios têm contato muito mais imediato com os pontos e fortalecem o programa; i) para compor o relatório do plano de trabalho, a SCDC deve elaborar formulário padrão de avaliação periódica; j) prever visitas regulares para monitoramento e oficinas temáticas; Para compor o relatório do plano de trabalho, a SCDC deve adotar modelos simplificados de monitoramento e acompanhamento contendo: questionários para pesquisas, portal para registros de memórias, folha de frequência, modelo de plano de trabalho, clipagem de mídia, modelo de Relatório financeiro.

Todas essas propostas que se referem ao Programa Cultura Viva ainda não foram absorvidas tanto pelo Estado quanto pela sociedade civil. Vale lembrar que o Programa Cultura Viva tem sido um diferencial na questão de políticas culturais, e isso nos faz supor que os estudos feitos pelo Ipea mostram que o Estado tem dado importância para essa ação.

²⁰ Este escritório encontra-se desativado atualmente, funcionando, apenas na secretaria, o atendimento geral agendado para os Pontos de Cultura.

No entanto, ocorreram eventos importantes após esse redesenho, respectivamente no ano de 2013 e 2014, que estaremos abordando no próximo capítulo, que dizem respeito a expansão que o programa tomou no Brasil e em que medida o redesenho foi aplicado. Já adiantamos que, durante os dois últimos anos, essa proposta ficou em análise. No caso do Estado do Rio de Janeiro, foi aberta uma consulta pública para redefinição deste redesenho. Será exemplificado, em seguida, esse cotidiano dos Pontos de Cultura na análise específica do Ponto de Cultura Tribal Sobre Rodas da Animação, cujas dificuldades maiores se passam justamente no gerenciamento do fluxo financeiro, na prestação de contas e nos pagamentos, pela dificuldade imposta pelo convênio, mas evidenciaremos suas conquistas e, também, como a Associação responsável pelo ponto teve suas ações potencializadas ao tornar-se um Ponto de Cultura.

CAPITULO III

PONTO DE CULTURA TRIBAL SOBRE RODAS DA ANIMAÇÃO: A EXPERIÊNCIA LOCAL DE UMA POLÍTICA PÚBLICA PARA CULTURA

3.1 - O INÍCIO DE TUDO

Nos capítulos anteriores foram abordadas as questões sobre as políticas culturais referentes à ação do Programa Cultura Viva e dos Pontos de Cultura. Nessa perspectiva, a ideia principal dos Pontos de Cultura é valorizar as manifestações culturais ou ações culturais produzidas antes da implantação do programa. Desta forma, os Pontos de Cultura trazem à tona cenários já existentes, todavia ainda não evidenciados. Neste capítulo serão abordadas as ações do Ponto de Cultura Tribal Sobre Rodas da Animação que funciona na cidade de Cabo Frio, interior do Estado do Rio de Janeiro, na Região dos Lagos²¹. Serão feitas considerações a respeito do Ponto de Cultura Tribal Sobre Rodas da Animação, que submeteu seu projeto ao edital de seleção nº01, de 28 de outubro de 2008, através da Secretaria de Estado de Cultura do Estado do Rio de Janeiro. Tentaremos compreender as ações do Ponto de Cultura Tribal Sobre Rodas da Animação, na medida em que contribui para novas perspectivas na sua localidade. O nosso interesse ao escolher este caso se deu pelo fato de termos sido integrante do Ponto de Cultura Tribal Sobre Rodas da Animação. A partir dessas considerações, nossos objetivos nesta seção serão apresentar como surgiu o Ponto de Cultura Tribal Sobre Rodas da

²¹A Microrregião dos Lagos, usualmente conhecida como Região dos Lagos classificada como Região da Costa do Sol é uma região do Estado do Rio de Janeiro, pertencente à mesorregião das Baixadas Litorâneas. Formada por nove municípios: Araruama, Armação dos Búzios, Arraial do Cabo, Cabo Frio, Iguaba Grande, Maricá, Rio das Ostras, São Pedro da Aldeia e Saquarema.

Animação em relação às etapas de elaboração do projeto e as suas principais ações; a execução do projeto com seus desafios, e os benefícios do ponto para a localidade.

Para estes argumentos, tivemos acesso aos arquivos da Associação Cultural Tributo à Arte e à Liberdade – Tribal, que é a responsável legal pelo Ponto de Cultura Tribal Sobre Rodas da Animação, aos nossos arquivos pessoais, além de depoimentos com alguns articuladores do Ponto de Cultura em questão. Surgiu em 2003 na cidade de Cabo Frio - RJ uma instituição denominada Associação Cultural Tributo à Arte e à Liberdade, mais conhecida como Tribal. Essa entidade reunia um grande número de artistas de vários segmentos da cidade: atores, músicos, dançarinos, fotógrafos, cineastas, artesãos, tatuadores e artistas plásticos. Outra característica era a diversidade das pessoas, existia tanto uns mais velhos e experientes quanto outros novos e inexperientes. Na ata²² de criação da instituição, o fundador mais velho tinha na época 57 anos e o mais novo 13 anos. Dessa mistura de idades e fazeres nasceu um motor muito forte de sonhos, ideias e vontades que se seguiram nas suas ações artísticas culturais e políticas dentro do Município de Cabo Frio e que ao longo de quase 10 anos se expandiram para cidades como Búzios, Araruama, São Pedro da Aldeia, Arraial do Cabo, Rio das Ostras e Casimiro de Abreu, todas essas cidades da Região dos Lagos.

O grande objetivo da Tribal sempre foi de fomentar, ampliar e difundir o trabalho de artistas locais. Seja representando artistas de diversos segmentos ou conquistando espaços para apresentação de trabalhos, o intuito é de levar cultura para sociedade, trabalho este que é, de certa forma, negligenciado pelo governo municipal. Além disso, sempre buscamos um trabalho de resistência cultural, com o resgate da cultura popular, que hoje em dia é de difícil acesso²³.

Dentro de suas atividades a que mais se destaca são as participações nas ações políticas culturais de Cabo Frio. Essa cidade histórica com mais de 500 anos de descobrimento, sendo a 1ª feitoria do Brasil, e por onde personalidades como Charles Darwin e Dom Pedro II passaram. É dentro deste lugar privilegiado que a Tribal realiza suas atividades há pelo menos uma década. A nossa experiência com o dia-a-dia da Associação e convivência com seus diretores deixou claro que é um desafio muito grande o exercício democrático e coletivo de ações culturais por uma entidade sem fins lucrativos, que norteando suas ações dentro de comportamentos de responsabilidade, solidariedade e transparência, tentam evidenciar, sobretudo, a ética na conduta de suas atividades sociais.

²² A ata de criação da instituição, de 07 de dezembro de 2003 registrada no dia 12/03/2004 sob nº 1.557, livro A-7 no cartório do 1º ofício do município de Cabo Frio.

²³ Thatiana Prota Salomão, ex-presidente da Associação Cultural Tribal, em entrevista ao jornal Folha dos Lagos, sábado, 6 de dezembro de 2008.

Podemos compreender a Associação Cultural Tribal enquanto uma entidade que busca, a partir de ações culturais, pressionar, influenciar e criar demandas sobre questões relacionadas às políticas públicas governamentais, na busca de democratizar o acesso aos bens culturais da sua localidade. Desta forma, tensionando dentro da sociedade, a partir de suas atividades culturais, aproveitando a lacuna deixada pelo poder público, um novo olhar sobre essa ausência de ações nos espaços sociais e possibilitando novos encontros de convivência e de publicização das demandas da comunidade.

As atividades de uma instituição cultural se propõem sempre em movimentar a sociedade a qual estão inseridas, utilizando-se de relações de solidariedade, na busca dessa democratização da cultura a partir de um diálogo que envolva a sociedade na perspectiva da construção de novas políticas culturais e sociais.

Artigo 5º - A Associação Cultural - Tributo à Arte e à Liberdade que regerá pelo presente estatuto tem por finalidade impulsionar o desenvolvimento cultural da comunidade através de sua integração as atividades culturais, sociais e de entretenimento dos espaços culturais, oficiais ou alternativos de todo o país, trabalhar na divulgação das suas atividades, buscar a revelação de novos talentos e atuar conjuntamente e de forma auxiliar com os integrantes das áreas de: artes plásticas, artesanato, tatuagem, dança, teatro, música, vídeo (cinema), literatura dramática, artes circenses e poesia sendo-lhe vedado envolver-se em questões de caráter político partidário ou religioso. Para tanto se propõe a: [...] g) incentivar o desenvolvimento de agentes culturais comunitários apoiando o engajamento de pessoas e ou grupos étnicos as atividades da Tribal, fazendo a inserção destas artes aos programas com propósitos de evidenciar sua cultura, folclore e revelação de talentos. (ESTATUTO, 2003, Fls. nº2)²⁴.

De 2003 a 2010 a Associação Cultural Tribal realizou várias atividades culturais que identificamos e separamos em duas naturezas: ações sistemáticas e ações de demanda externa ou espontânea. As sistemáticas são aquelas de demanda interna da instituição e que foram realizadas pelo menos três anos seguidos. Para fins de identificação, montamos o seguinte quadro:

Quadro 4:

Atividades sistemáticas	Início	Período	Última
Noite Cultural	2003	Mensal	2012
Ciclo de leitura*	2006	Mensal	2013
Roda de Cultura Popular	2006	Mensal	2014
Cine Tribal *	2006	Mensal	2013
Experimental já – plano T*	2007	Mensal	2010
Saberes & Sabores Nômades*	2007	Mensal	2013
Cine galerinha	2010	Mensal	2014

Fonte: <http://www.tribalcultural3.blogspot.com.br/>* eventos originalmente mensais mas oscilaram em período trimestral ou semestral.

²⁴ Ipsi verbis.

As ações de demanda externa ou espontânea foram aquelas que surgiram a partir de uma demanda da localidade, e que não possuíam uma regularidade de ocorrência, sendo entendidas como ações de apoio à comunidade, a produtores culturais, a agentes culturais e a outras instituições. O quadro 2 (anexo II) mostra um quantitativo de produções e o ano de realização, o quadro 3 (anexo III), apoios ou participação em eventos de relevância ocorridos em outras cidades além de Cabo Frio. Esses quadros de atividades realizadas pela Associação Cultural Tribal contribuíram para uma revitalização do movimento cultural da cidade, promovendo atividades que pudessem estar abrigoando todo o tipo de público e levando questionamentos sobre políticas culturais e gestão pública unindo experiências, e trocando saberes, foram os primeiros anos de vida e de atividades na cidade.

A entidade, que em breve completa quatro anos de vida, já virou referência em produção cultural na cidade. Os eventos que levam a marca do grupo já ultrapassaram a fronteira da classe artística e vão chegando ao grande público. O mais badalado deles, a Noite Cultural, reúne artistas de diversas tendências para apresentações gratuitas e ao ar livre. Além da Noite Cultural, a Tribal também produz eventos como: o Ciclo de Leituras, que vai acontecer hoje no espaço sorriso feliz, e o Cine Tribal onde são exibidos curtas-metragens de diversas nacionalidades, e que acontece periodicamente na casa 500 Anos. De acordo com o presidente da entidade, o músico Fernando Chagas, a grande vantagem de uma associação cultural envolvendo diversos tipos de artistas é sair da solidão da arte, “o artista, pela origem de seu ofício, é um solitário. Nas reuniões saímos dessa solidão e trocamos ideias sobre essa paixão que é criar” - explicou. Quem vai a uma reunião da Tribal, sai de lá impregnado de arte, tamanha a diversidade de atividades de seus componentes. Além de discutir a produção dos próximos eventos, o grupo discute criação e troca ideias sobre o movimento cultural, num clima de fraternidade artística. (Jornal Folha dos Lagos, 2007, p. 4).

De 2004 a 2010 as ações da Associação Cultural Tribal eram realizadas todas de forma solidária, os artistas eram os produtores, os divulgadores e também público, toda a associação era responsável por fazer acontecer as atividades, pois o grande obstáculo nesses primeiros anos era a falta de apoio do poder público e da iniciativa privada para a realização dos eventos. Neste período foram apurados 32 eventos realizados e que não constaram em 31 deles algum tipo de apoio do poder público de ordem financeira que custeasse algum elemento como cachê, transporte, alimentação ou divulgação. Foi esta constatação sobre a vida local em relação ao apoio as suas iniciativas culturais, que levou a Associação Cultural Tribal a tomar outros caminhos e buscar entender a partir de sua realidade, e da vida local, novas formas para alcançar seus objetivos. Em contraste com essa pouca perspectiva de apoios a Associação Cultural Tribal teve reconhecido seus trabalhos por duas vezes pelo

poder público municipal. Em 06 de maio de 2006, o então vereador Alfredo Gonçalves, através do requerimento nº 027/06, concedeu uma moção de aplausos para a instituição.

Ocupou a Tribuna o Vereador Alfredo Luis Nogueira Gonçalves, que inicialmente elogiou a atuação de um grupo de pessoas ligadas à cultura e que se integravam numa instituição denominada Tribal, dedicada à criatividade e uma consciência de formação estética no município. Disse ter tido oportunidade de um evento promovido pela Tribal, quando com muita satisfação constataria a efervescência da cultura em Cabo Frio das artes cênicas, da poesia, do folclore, enfim de todo um caldo de cultura extremamente benéfico para a coletividade. Disse que na próxima Sessão estaria dando entrada de Moção de Aplauso homenageando tais pessoas, pela generosidade com que ofereciam beleza, sabedoria e afirmações que por certo iriam falar a gerações futuras. Disse que, sem qualquer ajuda do Poder Público, o grupo Tribal praticava um extraordinário dom de tornar melhor e mais alegre a vida das pessoas, instituindo como objetivo principal o prazer da arte e da cultura. Disse esperar que a prefeitura tivesse mais carinho com tais manifestações, na medida em que cultura não era somente carnaval, mas também teatro, poesia, artes plásticas. (ATA, Câmara Municipal de Cabo Frio, 2006).

No ano seguinte, o mesmo vereador, através da lei nº 2.070 de 17 de outubro de 2007, considera de utilidade pública municipal a Associação Cultural Tribal, evidenciando a importância das atividades desenvolvidas pela associação para cidade. Em grande medida isto aponta uma situação no mínimo interessante, o reconhecimento, mas sem uma ação mais contundente que pudesse potencializar as atividades da Associação já nessa época.

Considera de utilidade pública municipal a Associação Cultural Tribal - Tributo à Arte e a Liberdade. O prefeito do município de Cabo Frio. Faço saber que a câmara municipal aprovou e eu sanciono a seguinte lei: art. 1º - fica considerada, para todos os fins legais, de utilidade pública municipal, a associação cultural tribal - tributo à arte e a liberdade, com sede e foro na cidade de Cabo Frio, RJ. (LEI nº 2.070, Cabo Frio, 17 de Outubro de 2007).

Estes dados apontaram uma falta de políticas culturais mais incisivas que pudessem a evidenciar as produções locais, mas isso está, na maioria das vezes, diretamente ligada às questões da gestão local e das prioridades políticas e da ideologia dos gestores públicos. Para corroborar com essa perspectiva, a ausência dessas ações são frequentemente justificadas, em discursos que apontam a dimensão cultural das políticas públicas locais sendo desprezada, pelos déficits das contas públicas, pelas situações de carência social ou falta de infraestrutura de saneamento básico, pela falta de recursos públicos para as instituições gestoras da cultura, pela ausência de pessoal qualificado nesses setores públicos e, sobretudo, por uma gestão pública que vá ao encontro das manifestações e produções culturais locais de maneira a potencializá-las (Matoso, 2003)²⁵. A fala do então secretário de Cultura Guilherme Guaral, em

²⁵ http://www.academia.edu/4192241/Políticas_Culturais_e_Democracias_Locais, acesso em 10/07/2014.

24 de julho de 2009, no debate do Projeto Cidade Viva realizado pelo Jornal Folha dos Lagos, definia bem esse contexto, naquele período: “Creio que esse é um momento em que devemos pensar em mais fomento e menos evento, especialmente pelo momento de crise” (Jornal Folha dos Lagos, 2009, p.5).

A título de exemplo, em 2010 o orçamento financeiro aprovado pela Câmara Municipal de Cabo Frio, através da lei nº 2.245 de 11 de dezembro de 2009, foi da ordem de R\$ 410.856.200,00. A partir dessa estimativa são destinados os recursos durante o período para todas as unidades que compõem o organograma administrativo da prefeitura. Neste caso, são destinados os recursos por função e órgãos que competem na formação do organograma da prefeitura, deste montante foi destinado para Cultura enquanto despesa por função o valor de R\$ 1.399.187,00. Isto equivale a 0,34% do orçamento total do município destinado para a Cultura. Sendo que para a secretaria de cultura, em termos de autonomia orçamentária, houve um crédito adicional através da lei nº 2.276/2010 de R\$ 264.300.00, equivalente a pouco mais de 0,06 % do orçamento já previsto, o que aponta indícios desse olhar sobre a importância da cultura, o que pode ser constatado na seguinte matéria:

A discussão sobre o peso da importância da classe artística, definitivamente, tomou conta de Cabo Frio esta semana. Pela primeira vez em muitos anos, o movimento cultural conseguiu unidade para breçar, ou pelo menos adiar, a intenção do governo no municipal de transformar a Secretaria de Cultura em uma Coordenadoria ligada à Secretaria de Turismo. O pedido pela manutenção da secretaria foi feito por artistas e ativistas culturais, na terça, em uma reunião aberta no gabinete do prefeito Marquinho Mendes. Foi a primeira reunião deste tipo desde o início do primeiro mandato de Marquinho, em 2005. O prefeito rejeitou a proposta de manutenção da secretaria, alegando motivos administrativos para encaminhar a reforma à Câmara Municipal. Mas comprometeu-se em voltar atrás caso o fórum Municipal de Cultura, a ser realizado em 60 dias, decida que a Cultura deve voltar ao primeiro escalão do governo (CADERNO B, Jornal Folha dos Lagos, 2009, p. 2).

Com este cenário de ausência de políticas culturais mais efetivas e com sua produção em alta a Associação Cultural Tribal passa a se concentrar em editais públicos, o que foi um desafio tendo em vista que a política de editais para fomento à cultura também era recente, tendo sido iniciada a partir de 2004 com o governo Lula. No entanto, existe um enorme obstáculo que os grupos artísticos de teatro, de música, de dança ou de cultura popular enfrentam que é sem dúvida alguma conciliar a criação artística ao financiamento de suas ações. Esta dificuldade entre o produto artístico pronto e a sua circulação é o grande nó para os realizadores culturais. Dentro dos grupos de cultura popular e manifestações tradicionais

essas dificuldades se complexificam no momento de participar de um edital público, tamanha a burocracia, como aponta Pereira (2011, p.196):

A grande preocupação era a questão da escolaridade, que estaria relacionada à dificuldade dos representantes da cultura popular em captar recursos dos governos, os quais somente se dão por intermédio das leis de incentivo à cultura, as quais, por sua vez, se efetivam tão somente por meio de editais. Ocorre que o baixo grau de escolaridade da grande maioria dos brincantes se constitui, em princípio, no maior entrave, uma vez que esse fator interfere na elaboração de projetos, visto que o produtor do texto necessita de elementos que justifiquem a relevância da ação cultural que se pretende executar.

Essa questão não esteve distante da Associação Cultural Tribal nos seus primeiros anos de vida (de 2004 a 2008). Seus artistas criavam e iam atrás de apoios, de patrocínios e da produção em geral dos seus trabalhos. Como eles dizem: “com o pires na mão”. No entanto foi nesse momento de crise que a instituição renovou suas expectativas, observando os problemas sociais e culturais da cidade que indicavam a falta de uma política pública voltada para a área da cultura e que se resumia basicamente na existência de uma Secretaria de Cultura com recursos financeiros ínfimos para atender a demanda municipal em cultura. Com essa perspectiva doméstica ruim e com suas ações crescendo cada vez mais, a Associação Cultural Tribal se viu obrigada a buscar recursos de outras fontes, exclusivamente públicas, pois a experiência local demonstrava que o setor privado estava muito distante de uma visão cultural de investimentos. Foi então que a diretoria da entidade decidiu por participar de editais públicos. A princípio foi algo até novo para associação o conhecimento de editais e possibilidade de obter recursos com eles. Foi assim que a Associação Cultural Tribal começou sua jornada em busca de investimentos para suas atividades, contudo, esbarrava numa questão: todos os editais passaram então a ser feitos diretamente no campo virtual. Consequentemente a diretoria precisou buscar uma capacitação para formulação de seus projetos e foi justamente essa fusão entre a experiência do fazer artístico e a capacitação que possibilitou o êxito no edital de Pontos de Cultura.

3.2 - PONTO DE CULTURA: UM MERGULHO NA BUROCRACIA

A Associação Cultural Tribal fica em uma cidade conhecida por seu mar e pelas suas belas praias e foi justamente num mar de burocracias turbulentas que estava para adentrar, quando participou do seu 1º edital. Para o edital de Pontos de Cultura lançado em 2008, a Secretaria de Cultura do Estado do Rio de Janeiro colocou à disposição dos participantes do edital o Escritório de Apoio à Produção Cultural - (EAPCult), que oferecia consultorias gratuitas aos artistas, produtores e gestores culturais, tanto públicos quanto privados e para

outros profissionais de cultura de todo estado. O escritório possuía 4 núcleos de atendimentos nas seguintes áreas: elaboração de projetos; produção cultural, marketing cultural e mobilização de recursos; prestação de contas e cultura digital. Durante o período de divulgação do edital, um representante da Associação Cultural Tribal fez algumas visitas ao escritório técnico para obter informações e conhecer os procedimentos e as burocracias pertinentes à formulação do projeto, contudo a distância atrapalhava uma sequência de visitas, pois, o escritório ficava no Rio de Janeiro. Então houve uma parceria entre o SEBRAE/RJ²⁶ e a Secretaria de Cultura do Estado para propiciar um curso de capacitação de uma semana para aqueles que estavam participando do edital. Essa capacitação ocorreu nas cidades, facilitando a vida dos grupos. Em Cabo Frio, a empresa de consultoria chamada ARTE COMTRATO foi a responsável pela instrumentalização dos grupos. Essas ações contribuíram na qualificação do projeto proposto pela Associação Cultural Tribal para se tornar um Ponto de Cultura adequando o seu projeto ao plano de trabalho padrão do Governo de Estado. No anexo V podemos observar o correio eletrônico enviado à Coordenação do Ponto de Cultura Tribal sobre rodas da Animação, em 2009, com relatos da assessoria Arte contrato/Sebrae – RJ, sobre a adequação do projeto Tribal Sobre Rodas da Animação às normas do Governo do Estado para a execução do plano de trabalho do convênio.

O projeto do Ponto de Cultura Tribal Sobre Rodas da Animação consistia na sua origem numa adaptação de um furgão para transformá-lo em um palco sobre rodas, levando espetáculos de teatro de animação e outras manifestações artísticas desenvolvidas pela Associação Cultural Tribal a bairros periféricos da Região dos Lagos, e também um mapeamento das potencialidades artísticas de jovens e adultos que demonstrassem interesse pela arte do teatro de animação nas comunidades atendidas, buscando inseri-los nas ações do projeto. A justificativa do projeto aparece como forma de ampliar as ações já desenvolvidas pela entidade que, na época do edital, já atuava há 4 anos na cidade de Cabo Frio sem recursos. O projeto se estabelece com uma programação de oficinas, espetáculos de teatro e de performances artísticas com atividades de cultura popular, cinema, música e poesia. Assim, com essa possibilidade de expandir seus trabalhos e estimulada pelo novo desafio, a Associação Cultural Tribal se empenha nesta tarefa, que se mostrou exitosa com a aprovação de seu projeto no edital de Pontos de Cultura, tendo em vista a dificuldade neste período de apoios para seus trabalhos na localidade.

26 Sebrae/RJ - Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas no Estado do Rio de Janeiro - é dirigido por um Conselho Deliberativo cujo presidente é eleito por seus pares a cada 4 anos.

A Tribal também viu o descaso oficial aos dois talentos bonequeiros [...]. Por tal, não envidou esforços em construir um projeto que a arte da animação pudesse ter uma continuidade esperançosa. E o que tivemos na semana passada foi a aprovação do projeto Tribal Sobre Rodas da Animação como um dos Pontos de Cultura, mérito conferido pela secretaria de Estado de Cultura e pelo Ministério da Cultura. o projeto para três anos de duração[...] que levará a atividade bonequeira e mais outras atrações da entidade aos bairros populares da Região dos Lagos. (HELUY, Jornal Folha dos Lagos, 2009, p. 2).

Mesmo sem compreender na época os conceitos e a filosofia do Programa Cultura Viva, o desejo da instituição era justamente ampliar suas atividades, buscar, autonomia, desenvolver sua potencialidade, seu protagonismo e, sobretudo, na participação social dos processos políticos e das instâncias decisórias. Conceitos estes, já abordados por nós e que parecem estar perfeitamente ajustados à conduta da Associação Cultural Tribal, em relação ao que se encontra na “doutrina” do Programa Cultura Viva.

Escutar mais e assumir uma postura mais humilde e menos impositiva à proposição e execução de programas faz a administração pública crescer e a coloca importante papel de articuladora de recursos e potencialidades. Com isso, poderemos romper com a ideia do Estado onipotente e autoritário, reconhecendo na sociedade – e em todos os cidadãos – a principal fonte de produção da cultura (TURINO, 2009, p. 200).

No entanto, a dificuldade de elaboração de um edital demanda uma carga de conhecimento e quantidade de elementos burocráticos que fogem a realidade de uma instituição cultural. No processo de formulação do projeto existem inúmeros documentos a serem preenchidos que correspondem a sua produção e execução de forma conceitual, com a indicação de sua viabilização, enquanto uma sistematização de ações. No edital de Pontos de Cultura do RJ havia as seguintes condições para a inscrição relacionadas ao item 4, página 3²⁷:

As instituições da sociedade civil que desejarem participar desta seleção devem enviar à Secretaria de Estado de Cultura do Rio de Janeiro sua proposta, composta pelos documentos relacionados abaixo, entregues em duas cópias, que, no caso dos Anexos I a V, deverão ser devidamente preenchidos e assinados pelos seus representantes legais: a) Requerimento, solicitando ingresso na Rede de Pontos de Cultura do Estado do Rio de Janeiro; b) Formulário de inscrição; c) Plano de trabalho e cronograma de desembolso, que deveria ser feito um para cada ano de execução do convênio; d) Relatório das atividades da Instituição, e) Declaração, do dirigente da instituição, devidamente preenchida, assinada, informando que a instituição não possui em seus quadros profissionais as situações previstas no item 3.2.1 deste edital (Anexo V); f) Comprovação de dois anos de atividade da instituição através de atestado de realização de atividades a ser solicitado, em papel timbrado, a autoridades competentes do município de

²⁷ portal.cnm.org.br/sites/9300/9340/leis_e_programas/editais/edital-de-rio-janeiro.pdf

atuação, como Secretário ou Diretor de Cultura do Município, Coordenador da Coordenadoria Regional de Educação, Diretor de Escola Pública, de Centro Cultural, Presidentes de Entidades de Classe (Anexo VI); Ou portfólio das atividades culturais da instituição, apresentando comprovação através de matérias em jornais, revistas, cartazes, publicações, CD, DVD e/ou certificados de participação em eventos etc. g) Cópia do CNPJ da instituição ou emitida através do site a Receita Federal (www.receita.fazenda.gov.br); h) Cópia do estatuto social atualizado da instituição; i) Cópia do original da Ata de Posse ou de Eleição da Diretoria da instituição, registrado em cartório; j) Cópia do RG e CPF do responsável legal ou procurador nomeado (neste caso com cópia autenticada da procuração); k) Cópia do comprovante de endereço da instituição, tais como comprovante de água, luz, e correspondência bancária.

Todos estes documentos eram para dar conta do processo de seleção e da homologação das candidaturas que estariam aptas a concorrer ao edital. A primeira fase consistia na análise dos documentos, os quais seriam submetidos a uma comissão de técnicos que verificariam alguma documentação incorreta ou incompleta, o que já descartaria o prosseguimento às novas etapas de seleção. A segunda consistia em uma avaliação técnica levando em consideração as diretrizes do Programa Mais Cultura²⁸, se o projeto era capaz de desenvolver aspectos artístico-culturais, econômicos e sociais, se abrangia os segmentos culturais como estudantes de escolas públicas e populações de baixa renda. Outro elemento da avaliação técnica consistia na experiência da entidade em relação ao projeto proposto, à adequação financeira ao plano de trabalho e a análise de mérito. Toda fase foi superada pela Associação Cultural Tribal quando teve seu projeto, 7 meses após ter participado do edital, aprovado pelo Ministério da Cultura e pela Secretaria de Cultura do Estado do Rio de Janeiro. O resultado saiu no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, em 22 de maio de 2009. No entanto, isso não garantia o conveniamento de imediato.

Há uma enorme burocracia que antecede este passo, respaldado pela lei nº 8.666/93, conhecida como a lei de licitação e pelo decreto nº 41.528/2008, que estabelece os procedimentos a serem adotados na celebração e execução de convênios que impliquem dispêndio financeiro por órgãos e entidades da administração pública do Estado do Rio de Janeiro, ainda era preciso passar pelo crivo da lei. O edital dos Pontos de Cultura segue uma rígida e exigente norma de apresentação de documentos para a efetivação de convênios e sua prestação de contas.

O debate avaliando a implementação do Programa Cultura Viva trouxe duas posições antagônicas: por um lado, aqueles que dizem que o processo de prestação de contas da Lei 8.666/93 (lei de licitações) nega os princípios democratizantes do programa ao impedir que grupos pouco estruturados

²⁸ Em 2008, o Programa Cultura Viva muda a sistemática para descentralizar a implantação dos Pontos de Cultura, reforçando objetivos e metas do Programa Mais Cultura.

administrativamente consigam estar adimplentes; e, por outro, aqueles que dizem que embora a prestação de contas seja efetivamente burocrática, ela garante o bom uso dos recursos públicos e que a lei de licitações é uma importante conquista democrática (LIMA, ORTELLADO, 2013, p.374).

Para efetivar o convênio as instituições que se tornaram Pontos de Cultura pelo edital de 2008 tiveram que apresentar uma lista com pelo menos 17 documentos, que comprovassem a idoneidade da entidade e que legalmente ela estivesse apta a efetivar o contrato com a Secretária de Cultura do Estado do Rio de Janeiro. No anexo IV segue um quadro demonstrativo com a documentação exigida aos Pontos de Cultura. Passado todo esse processo burocrático finalmente então a Associação Cultural Tribal pode celebrar seu convênio conforme o Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, 1 ano e sete meses após o lançamento do edital.

Extrato de termo: Instrumento: termo de convênio nº 46/2010. Partes: Secretaria de Estado de Cultura e Associação Cultural Tributo à Arte e à Liberdade Tribal. Objeto: implantação do Ponto de Cultura Tribal Sobre Rodas da Animação. Data de assinatura: 12/05/2010. Valor: R\$ 179.999,58. Nota de empenho: 2010ne00346. Processo nº e-18/000.248/2010. (DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, terça-feira, 18 de maio de 2010).

A seguir iremos abordar os dois primeiros anos do convênio do Ponto de Cultura Tribal Sobre Rodas da Animação, apontando as dificuldades, os desafios e as conquistas a partir das suas atividades, num sentido de demonstrar como ações culturais voltadas para cultura popular servem de ferramentas para a construção do desenvolvimento local e também como referência ao poder público no apoio às manifestações culturais locais.

3.3 - O PONTO DE CULTURA TRIBAL SOBRE RODAS DA ANIMAÇÃO

O foco desta seção é um relato das atividades do Ponto de Cultura Tribal Sobre Rodas da Animação com espetáculo de teatro de bonecos e oficinas de arte. Tentaremos também criar uma interface com os aspectos locais da ação do Ponto de Cultura Tribal Sobre Rodas da Animação. O projeto foi submetido ao edital nº1 de 2008 da Secretaria de Cultura do Estado do Rio de Janeiro, sendo selecionado em 2009 e conveniado em 2010. A primeira dificuldade foi acertar o plano de trabalho do 1º ano do convênio. No seu plano original havia a compra do furgão que iria se tornar o palco. No entanto o tipo de convênio não permitia a aquisição de veículos automotivos. Isto foi de início um nó para a Instituição que, sem o furgão, teria descaracterizado todo o seu projeto. A primeira solução encontrada foi alugar um carro que pudesse ser adaptado, mas a verba destinada para aquisição do veículo de acordo com o primeiro ano do plano de trabalho não era capaz de garantir um aluguel de um projeto de três

anos. Essa possibilidade se tornou inviável por motivos financeiros e de logística, pois a Instituição teria que devolver o veículo para o locador, o que já tirava toda a autonomia do seu Ponto de Cultura.

Não efetivamos o aluguel do veículo palco pelas expensas do Ponto de Cultura, e sim através da parceria com a Prefeitura Municipal de Cabo Frio. Observamos que pelas rubricas do Ponto de Cultura não seria possível adquirir nosso caminhão palco, daí a parceria com o poder municipal. No entanto toda a sua estruturação e mobilidade foram realizadas em tempo hábil pelo Projeto. Esta parceria possibilitou imaginarmos uma ampliação do mesmo quando entrarmos no segundo ano do projeto. (RELATÓRIO, cumprimento do objeto, 18/12/2012, Coordenadoria de Prestação de contas, Secretária de Estado de Cultura do RJ).

Após a parceria com a Prefeitura Municipal de Cabo Frio foi possível haver mais tranquilidade para o Ponto seguir com as demais etapas do seu plano de trabalho. Da assinatura do convênio até o recebimento da primeira parcela foram exatos 23 dias de espera, para que se pudesse de fato iniciar as atividades do Ponto de Cultura Tribal Sobre Rodas da Animação. O primeiro ano se refere à implantação das suas atividades primárias, neste começo eram previstas apenas a montagem das estruturas do Ponto, que consistiam na contratação dos recursos humanos, responsáveis pela produção executiva do projeto e pela elaboração das oficinas e dos espetáculos que comporiam o repertório do Ponto de Cultura; na aquisição²⁹ do Kit multimídia obrigatório para os Pontos de Cultura; na aquisição de material permanente (mobiliário), na aquisição de material de consumo e contratação de serviços de terceiros. E, por fim, na estrutura do caminhão para transformá-lo em um palco, base do projeto, onde aconteceriam os espetáculos de animação e outras manifestações artísticas desenvolvidas pela Associação Cultural Tribal. O papel do Ponto de Cultura enquanto uma política de cultura é dar visibilidade as potencialidades das produções culturais que estão em curso. Sobretudo das manifestações populares e tradicionais que historicamente estão alijadas do processo cultural mais contemporâneo. Ao destinar recursos de forma mais ampla e descentralizada, os Pontos de Cultura democratizam e promovem autonomia para esses grupos, artistas, agentes culturais e comunidades espalhadas pelo Brasil. Liberando as energias e abrindo espaço para uma participação social mais consistente cujo povo seja

²⁹Neste primeiro ano a maior dificuldade encontrada pelo Ponto de Cultura da Tribal foi justamente a compra dos materiais por conta excessiva burocracia. O estabelecimento de convênios com as instituições proponentes, assim como o regimento dos procedimentos pela lei 8.666/93, trouxeram consigo uma série de difíceis regras burocráticas no que diz respeito ao uso dos recursos, entre elas a necessidade de realização de três orçamentos e licitação para compra de bens ou contratação de serviços, a necessidade de aplicação dos recursos do convênio, a impossibilidade de pagamento dos dirigentes da instituição e da realização de gastos administrativos superiores a 15% do valor total do projeto (LIMA, ORTELLADO, 2013, p.364).

protagonista de sua história. Ponto de Cultura é a potencialização das energias criadoras (TURINO, 2009, p. 247).

É neste vale do silêncio que a voz do nosso povo se faz ouvir com toda sua diversidade. Como silêncio não é vazio e sempre está carregado de significados, o Cariri é um bom lugar para começar a falar de Pontos de Cultura; Pontos que guardam o firme desejo de “desesconder” o Brasil. O objetivo é este mesmo: “desesconder” o Brasil; acreditar no povo, potencializar o que já existe, firmar pactos e parcerias com “os de baixo”, como bem apontou o geógrafo Milton Santos, nosso professor mundialmente reconhecido, mas também silenciado por aqui (TURINO, 2009, p. 14).

O Ponto de Cultura promoveu então uma nova energia, para a Associação Cultural Tribal que envolveu seus diretores, associados, a comunidade local, e as instituições públicas como as escolas, prefeituras, secretarias de educação e de cultura. A sensibilização dos associados e a preparação da sede da entidade para o novo desafio diante da quantidade de atividades já previstas pelo Ponto de Cultura Tribal Sobre Rodas da Animação, fez com que a instituição tomasse para si uma consciência sobre a importância de ser um Ponto de Cultura, ainda que o futuro fosse bastante incerto, e que o próprio conceito de Ponto de Cultura fosse desconhecido de muitos, no entanto, era grande a motivação, tendo em vista a autonomia que os recursos poderiam dar a entidade. As cidades visitadas neste primeiro ano foram Cabo Frio, São Pedro da Aldeia, Búzios e Arraial do Cabo, tendo sido feitos os primeiros contatos para as futuras ações. Apesar disso, foi apontado pelos coordenadores do projeto que as secretarias de cultura dos municípios vizinhos não compreendiam o que o era um Ponto de Cultura e a recepção do projeto não se deu de forma satisfatória apesar de terem sido informados aos gestores públicos que toda a ação era gratuita e sem custo para as cidades por onde o Ponto passaria.

Fechamos com praticamente quase todas as Instituições Públicas da cidade para o incremento do projeto que se dará no ano seguinte. No entanto convém ressaltar que nestes três, com exceção da Prefeitura de Cabo Frio que nos alugou o veículo, as Secretarias Culturais não acolheram o projeto como deveriam, deixando-o mais por conta das Secretarias Educacionais o que para nós não causou-nos nem um espanto, por conta das dificuldades que se têm ao realizar eventos nas periferias das suas cidades. Também isso nos fez diagnosticar que os municípios ainda não compreendem o é um Ponto de Cultura e a sua importância na rede nacional. (RELATÓRIO, cumprimento do objeto, 18/12/2012, Coordenadoria de Prestação de contas, Secretária de Estado de Cultura do RJ).

Em contraste, “os contatos com os movimentos organizados, associações de moradores e escolas públicas, tanto para as oficinas como as apresentações ocorreram de forma tranquila totalmente receptiva e integrada”, segundo o depoimento de um dos coordenadores do projeto. Esta situação evidencia uma questão muito importante trazida

dentro do conceito dos Pontos de Cultura, que se refere à participação social nos processos decisórios, na ampliação do diálogo com o poder público. Nesse sentido, o Ponto de Cultura Tribal Sobre Rodas da Animação propiciou compreender, a partir de uma prática, como as instituições locais ainda não estão preparadas para lidar com políticas culturais, com gestão cultural e, sobretudo, ainda não estão preparadas e não tinham conhecimento das políticas públicas que estavam sendo promovidas no Estado do Rio de Janeiro, a partir do Governo Federal.

Em minhas visitas, noto a gestação de uma comunidade imaginada, uma univocidade em que há uma unidade na diversidade, fazendo com que formas de expressão e grupos dos mais variados se integrem nas ideias, na essência; e sem que isso represente perda de identidade para eles, pelo contrário. Boa parte dos gestores dos Pontos compreendeu e assimilou o tripé conceitual do programa: autonomia, protagonismo e empoderamento, e o defendem com clareza, criando uma relação de participação e militância com o Ponto de Cultura. Este outro modo (empoderado, autônomo e protagonista) de se relacionar com a política pública pode resultar numa nova forma de cidadania e democracia, mais substantiva. Percebo, igualmente, o nascimento de um novo movimento social, cujos indícios já ganham formato com a Comissão Nacional dos Pontos de Cultura e as comissões estaduais, tendo por base não a defesa de interesses específicos, mas a disseminação de valores (TURINO, 2009, p. 87).

Podemos confirmar o quanto o Ponto de Cultura possibilita um diálogo maior com poder público, tensionando, propondo, modificando posturas, exigindo e firmando compromissos. É neste sentido que o Programa Cultura Viva consegue, a partir das ações dos Pontos de Cultura, transformar uma política pública para uma dimensão ética quando consegue evidenciar nos espaços de convivência social, fundamentalmente nos espaços decisórios e políticos, uma interação entre sociedade civil e poder público onde juntos, conseguem tomar decisões melhores, mais democráticas e que favoreçam o bem-comum, e permita o desenvolvimento das potencialidades.

As ações dos Pontos de Cultura podem ser consideradas éticas porque atendem uma dimensão cidadã, pois permitem essa interlocução mais próxima com o Estado que é o agente regulador das condições da vida social, e a vida social formada pela sua diversidade, pelos seus símbolos, pela sua subjetividade, só pode ser bem direcionada e promovida com políticas democráticas que fortaleçam a cidadania, o bem-estar e a inclusão social. Os Pontos de Cultura tem sido um exemplo desse modelo de políticas públicas, mesmo sendo especificamente para a cultura, essa política consegue tensionar tantos outros aspectos da vida como a saúde, a educação, o meio ambiente, os direitos humanos, a mobilidade urbana,

ampliando as interfaces com os demais setores sociais. A ética pode então ser considerada como o resultado de boas condutas sociais, de uma fusão entre sujeitos e instituições.

Em nossa visão, a maior novidade neste processo é que o Cultura Viva inaugura um novo modelo tecnológico de financiamento e economia da cultura, que se pauta na construção continuada de um sistema produtivo e redistributivo que seja capaz de revelar novos e potenciais produtores que tenham como princípio a constituição de espaços colaborativos (no sentido da economia solidária) que tenham como princípio a geração de ativos econômicos que não sejam pautados ou escolhidos pelo mercado (DOMINGUES, 2008, p. 167).

E assim, a Associação Cultural Tribal, pela sua conduta, ações e chancelada pelo Ponto de Cultura conseguiu sensibilizar instâncias de poder, pois houve o aluguel do veículo palco pela Prefeitura Municipal de Cabo Frio, o que abriu a possibilidade de ampliação das atividades do Ponto de Cultura Tribal Sobre Rodas da Animação, complementando as atividades que eram a princípio de espetáculos de teatro de bonecos e oficinas, com música, poesia, dança e cinema, atividades essas que estariam no segundo ano de execução do projeto. O Ponto de Cultura trouxe a possibilidade de intensificar o que se chama de gestão compartilhada, cujo objetivo é tornar cada vez mais ético e democrático os processos decisórios, não só da demanda e da construção discursiva do que se quer, mas também dos direcionamentos dos recursos humanos, financeiros e técnicos envolvidos em uma política pública. Faltava à Associação Cultural Tribal um reconhecimento definitivo de suas atividades pelo poder público municipal, o que de fato veio a ocorrer.

Contudo ainda há um grande caminho a se percorrer para que uma política pública para cultura em nossa cidade (Cabo Frio) diminua os desencontros entre os gestores públicos e a sociedade, estes por não verem os resultados esperados, e aqueles por constantemente culparem a máquina administrativa, e falta de recursos. É preciso com certeza aprimorar o entendimento sobre a estruturação de uma política cultural, identificando os problemas, as demandas, e as especificidades do seu espaço de atuação. E deste modo criar e aprimorar os instrumentos da gestão. Para que uma política pública possa ser implementada e avaliada, a fim de corrigir desvios, deve haver um compromisso do governo na sua legitimação, se não existirem arranjos políticos na cadeia administrativa que permitam efetivar as ações previstas na política pública, dificilmente sairemos desse estado vaporoso que se encontra a cultura de nossa cidade (CHAGAS, Adriano. Presidente da Associação Cultural Tributo a Arte e à liberdade na gestão de 2013 a 2014, em depoimento).

Em resumo, no primeiro ano de execução do Ponto de Cultura Tribal Sobre Rodas da Animação foram efetuadas as seguintes ações: busca de parcerias institucionais e comunitárias, sensibilização dos artistas, preparação do caminhão palco, estruturando-o tecnicamente, mobilização institucional e comunitária para a concretização da ação,

divulgação e registro audiovisual da ação e apresentação inaugural das atividades. No entanto as dificuldades aparecem melhor descritas no relatório de prestação de contas do primeiro ano.

Tivemos algumas dificuldades na aquisição do caminhão já que não poderíamos comprá-lo por conta do convênio, na planilha inicial foi-nos sugerido o aluguel. Complicado tê-lo dessa forma, montando, desmontando e remontando a cada mês. Caímos em campo para encontrar a parceria ideal que cobrisse esse custo. Primeiro adquirimos a carta da Lei Rouanet, onde também não conseguimos o apoio, por conta de não termos empresas taxadas a lucro real na Região, então partimos para o contato com as Prefeituras e o conseguimos com a Prefeitura Municipal de Cabo Frio, onde se propuseram alugá-lo por 8 (oito) meses e assim possibilitou-nos de equipá-lo como queríamos. Em seguida, optamos por realocar o valor que seria para alugá-lo, na ampliação das ações que passaram a não ser apenas com bonecos e formas animadas, mas também incluindo as funções de outras artes da Associação como o Cine+Cultura através do Cine Galerinha, a roda de dança popular, a mímica, o teatro e a música contempladas assim a partir do segundo ano do projeto. Outra grande dificuldade que nos afetou foi na questão burocrática na execução de certas rubricas, e nas suas readequações, há uma infinidade de normas, leis e regimentos que praticamente transforma o trabalho artístico em algo tedioso, desgastante e afastado do seu espírito da sua essência. Estivemos por varias vezes na Secretaria de Cultura para buscar soluções, ideias e caminhos para facilitar a execução do plano de trabalho. (RELATÓRIO, cumprimento do objeto, 18/12/2012, coordenadoria de prestação de contas, Secretária de Estado de Cultura do RJ).

No dia 02 de setembro de 2011, a Associação Cultural Tribal lança seu Ponto de Cultura Tribal Sobre Rodas da Animação em Cabo Frio, na Praça de São Cristóvão, abaixo imagens do caminhão palco, com apresentação de teatros de bonecos e o público presente.

Foto 1: Caminhão Palco.



Fotos de Flavio Pettinichi

Foto 2: apresentação de Espetáculo de teatro de bonecos



Fotos de Flavio Pettinichi

Mas foi o segundo ano do Ponto de Cultura que revelou muito das dificuldades que estão por trás da administração de um convênio nestas dimensões.

O excesso de regras e exigências colocadas quanto aos procedimentos burocráticos, somado à ausência de estrutura administrativa e contábil de muitos Pontos de Cultura e à falta de capacitação prévia dos agentes, acabou por gerar uma série de entraves com relação às prestações de contas. O foco na questão contábil e na realização desta série de procedimentos acabou por corroer grande parte das energias dos agentes envolvidos, quando não geraram consequências mais graves, inclusive com a necessidade de devolução de recursos. Essas inflexíveis regras burocráticas também bloquearam o livre desenvolvimento dos projetos, já que qualquer pequena alteração nos planos de trabalho precisava ser informada e aprovada pelo órgão responsável, o que tornava inviável a adaptação do planejamento prévio a novas circunstâncias (LIMA, ORTELLADO, 2013, p. 364).

A maior dificuldade no segundo ano do projeto foi reformular as planilhas de acordo com as rubricas que não foram utilizadas no primeiro ano. Essa condição atrapalhou muito o processo das apresentações e da produção executiva, pois o pagamento dessas atividades havia sido comprometido quando a coordenação do projeto mudou o plano de trabalho do segundo ano para conseguir finalizar a compra dos equipamentos de multimídia que ainda não haviam sido comprados e providenciar o pagamento dos artistas que iriam se apresentar, tendo em vista que, ao ampliarem as atividades, a estrutura inicial que previa recursos apenas para dois espetáculos por apresentação foi mexida, tornando-se um grande desafio para a coordenação do Ponto de Cultura.

E muito difícil utilizar, no segundo ano, a sobra das rubricas do 1º ano do nosso Ponto de Cultura, existe uma burocracia interminável, temos que fazer todo um procedimento idêntico ao início do convênio, tomadas de preço,

cartas de justificativa, comprovação de aplicação das sobras, apresentação de certidões, e abrir um novo processo, e esperar ser aprovado pela Secretaria de Cultura do Estado e isso demorou mais de dois meses, o que atrasou demais nosso Ponto, o artista sabe de arte e não de papel³⁰.

As atividades gerais do Ponto de Cultura de Cultura Tribal Sobre Rodas da Animação na sua origem são a circulação de 20 espetáculos de teatro de bonecos e a aplicação de 20 oficinas de confecção e manipulação de bonecos nas comunidades das cidades de Cabo Frio, Búzios, Arraial do Cabo e São Pedro da Aldeia, sendo que o primeiro ano do convênio consistia na estrutura do Ponto, o segundo 10 apresentações e 10 oficinas e o terceiro ano, com 10 apresentações e 10 oficinas, o que contempla, durante dois anos, cada cidade com 4 espetáculos e 4 oficinas. No entanto, apesar das dificuldades, a Associação Cultural Tribal optou em lançar o seu Ponto de Cultura já no primeiro ano, fazendo uma apresentação em cada cidade totalizando 4 apresentações a mais, isso trouxe um grande entusiasmo para o grupo, mas houve o desgaste mais tarde, quando evidenciaram o alto custo que era sair com toda a estrutura do caminhão palco, com som, luz, artistas e colaboradores, pois essas apresentações acabaram sendo onerosas para a instituição, uma vez que não constavam no plano de trabalho.

Com essas etapas do lançamento nas localidades, realizamos muito mais para o projeto alçar a mídia necessária como abertura de portas para a sua continuidade e ao mesmo tempo comensurarmos as suas dificuldades técnicas e artísticas, suas vantagens, seu público e a constituição de melhores relações com as parcerias locais (TRIBAL SOBRE RODAS DA ANIMAÇÃO, Ponto de Cultura, Relatório 2011, arquivo interno).

O segundo ano do Ponto de Cultura Tribal Sobre Rodas da Animação com as apresentações e oficinas tem início em abril de 2012. Foi o ano de aproximação com a comunidade e de um extenso diálogo com as instituições públicas, para fazer suas apresentações nas cidades era preciso as autorizações das prefeituras e para fazer as oficinas do acordo com as escolas. Essa etapa de contatos também se mostrou bastante conflitante, pois em grande parte nas cidades não houve o apoio para as apresentações que necessitavam apenas de um ponto de luz para seus equipamentos e um eletricista. Em contrapartida a relação com a comunidade era algo mais aberto e franco. A primeira apresentação aconteceu no Bairro Jacaré, em Cabo Frio, um enorme bairro e com graves problemas de violência. Sem saber das circunstâncias do dia, o Ponto de Cultura Tribal Sobre Rodas da Animação chega à praça principal do bairro e se depara com um grande aparato policial, obras na praça e indícios de uma troca de tiros entre policiais e marginais. No entanto, o Ponto de Cultura

³⁰ Fernando Luiz Silva Chagas, ex-presidente da Associação Cultural Tribal e coordenador do Ponto de Cultura em depoimento, 2012.

aguarda toda a movimentação da praça diminuir, inclusive com a colocação de um trailer policial que ficou ao lado do palco após a sua montagem.

Essa, a nosso ver, foi a apresentação que mais nos convenceu da importância da nossa ação. Toda uma expectativa comunitária contra ou a favor da saída do trailer policial, que apenas mudou de local na mesma área e a chegada de um palco sobre rodas lhes levando a alegria ao invés da repressão. Queriam nos engolir. Tivemos essa comprovação textual, no momento da oficina de bonecos, no dia seguinte que transcorreu com plena satisfação de alunos e da diretora da escola. (TRIBAL SOBRE RODAS DA ANIMAÇÃO, Ponto de Cultura, Relatório 2011, arquivo interno).

Podemos observar nas imagens 3 e 4 a disposição do caminhão palco juntamente com o trailer da polícia e a interação com a comunidade. Com o fim do segundo ano do Ponto em 2013, foi feito um balanço geral sobre as atividades. Em termos de produção foram realizadas 14 apresentações artísticas com os espetáculos do Ponto de Cultura, foram realizadas cerca de 10 oficinas de confecção e manipulação de bonecos, e ainda através do Ponto de Cultura, a entidade montou um espetáculo que circulou por mais 4 cidades que não estavam inicialmente contempladas no Ponto de Cultura da Tribal Sobre Rodas da Animação.

Foto 3: Praça do bairro do jacaré – Ponto de Cultura – abril de 2012.



Fotos de Flávio Pettinichi

Foto 4: Praça do bairro do jacaré – Ponto de Cultura – abril de 2012.



Fotos de Flávio Pettinichi

Estiveram trabalhando diretamente e indiretamente no Ponto pelo menos 20 pessoas. O Ponto na suas apresentações conta com a seguinte estrutura: 1 coordenador, 2 oficinairos, 12 artistas em média, 3 técnicos, 1 fotógrafo e 1 motorista. Bem próximo das condições gerais de grande parte dos Pontos de Cultura espalhados pelo país.

Uma nova forma de militância vai surgindo e com efetiva base social. Cada Ponto de Cultura envolve 11 pessoas em participação militante, praticamente diária (seja trabalho profissionalizado ou voluntário); outras 300 participam de atividades regulares (matriculadas em curso, participando de grupos artísticos) ou frequentam o Ponto ao menos uma vez por semana, nem que seja para uma visita à biblioteca comunitária ou cineclube; a estas, somam-se 3.000, que participam esporadicamente. Estes dados estão compilados em pesquisa do Ipea (Instituto de Política Econômica Aplicada, do Ministério do Planejamento) com 380 Pontos de Cultura e apontam uma participação média de 3.300 pessoas por Ponto (TURINO, 2009, p. 87-88).

O Ponto de Cultura Tribal sobre Rodas da Animação possibilitou ampliar e potencializar as ações da Tribal, contribuindo para fortalecer a identidade dos artistas locais, e no seu âmbito local toda a estrutura que foi adquirida através do Ponto de Cultura proporcionou a instituição a fomentar o seu Cineclube itinerante, fortalecer e apoiar os produtores locais, produzir em parceria com agentes locais mais de 10 eventos entre teatro, dança e mostra de fotografia, e no mês de setembro de 2012, de uma forma até incomum, cedeu para o Teatro Municipal de Cabo Frio toda uma estrutura de luz, som e técnicos para que se pudesse acontecer o 10º Festival de Esquetes da cidade de Cabo Frio, considerado um dos maiores eventos de teatro do interior do Estado do Rio de Janeiro, tendo em vista a total

precariedade do espaço na época. Em apenas um ano de Ponto de Cultura foram atendidos cerca de 3 mil pessoas indiretamente, enquanto público das apresentações, e mais de 200 alunos entre crianças e adolescentes nas oficinas sem contar a com rede de solidariedade que se firmou com os demais Pontos de Cultura do Estado do Rio de Janeiro³¹.

Essas ações dão a essência do Programa Cultura Viva, que é mostrar, através dos grupos culturais, o quanto o Brasil é rico em arte e diversidade, (é bem justo entender que os Pontos de Cultura já o eram antes serem chancelados por uma marca governamental), o Programa Cultura Viva vem contribuir para dar volume as expressões que o povo realiza cotidianamente. E só há uma forma para que se sustente um Ponto de Cultura: apostando na autonomia e no protagonismo social. Isso possibilitou ou contribuiu para que a Associação Cultural Tribal fosse reconhecida pela ALERJ (Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro) com o prêmio da Medalha Tiradentes, a maior comenda do estado, por suas atividades sociais, culturais e educativas. O grande desafio que vem pela frente para a Associação Cultural Tribal é buscar o terceiro ano do convênio que se inicia em 2014, passando novamente por todas as etapas burocráticas que ele exige e tentando maximizar as atividades do seu Ponto de Cultura, que entrará para o ano das atividades finais do seu Ponto. O Programa Cultura Viva evidenciou as forças das ações culturais locais e orgânicas, a força do povo da cultura popular que rompe qualquer amarra e se prevalece a partir de suas manifestações. O Programa Cultura Viva parece ser um caminho sem volta. Aqui seria melhor que colocássemos reticências ao invés de um ponto final, pois a história dos Pontos de Cultura está apenas começando.

3.4 - A EXPERIÊNCIA LOCAL DO PONTO DE CULTURA

A implementação de políticas culturais tem tido nos últimos 10 anos muitos avanços, no entanto, toda a política pública esbarra em dificuldades para ser implantada. Abordamos essa questão da implementação do Programa Cultura Viva e concluímos que o programa é eficiente, mas a sua eficácia, diagnosticada pelos documentos apresentados neste trabalho em capítulo anterior, aparece como algo afetado por conta das exigências burocráticas estabelecidas para um grupo se tornar Ponto de Cultura. Tais observações puderam ser minimamente verificadas a partir do acompanhamento, das visitas feitas ao Ponto de Cultura da Associação Cultural Tribal.

³¹Relatório do cumprimento do objeto, 18/12/2012, coordenadoria de prestação de contas, Secretária de Estado de Cultura do RJ.

O convívio com os seus participantes, também foi muito importante pois eles evidenciaram muito as dificuldades de se lidar com a burocracia do Ponto de Cultura.

O empoderamento social nos Pontos de Cultura pode provocar transformações que vão muito além da cultura em um sentido estrito e desencadear mudanças nos campos social, econômico, de poder e valores. Ao concentrar sua atuação nos grupos historicamente alijados das políticas públicas (seja por recorte socioeconômico ou no campo da pesquisa e experimentação estética), o Ponto de Cultura potencializa iniciativas já em andamento, criando condições para um desenvolvimento alternativo e autônomo, de modo a garantir sustentabilidade na produção da cultura. É a cultura entendida como processo e não mais como produto (TURINO, 2009, p.70).

É importante salientar que desenvolvimento não significa uma ação que envolva apenas o crescimento econômico de uma determinada localidade, de um grupo cultural ou de uma comunidade tradicional. Entendemos aqui o desenvolvimento como uma questão de cunho social, em que todos os aspectos relevantes da vida são incluídos. É nessa perspectiva que as políticas públicas devem caminhar, num sentido de oferecer seus serviços de forma mais contundente na redução das desigualdades e das necessidades do povo. De acordo com KROETZ, M. et al, apud Oliveira (2002), o crescimento econômico não faz sentido se não conseguir promover o desenvolvimento humano (social), entendido como a realização pessoal dos indivíduos de um país ou região. Dessa forma, para atingir o desenvolvimento pleno e sustentável, é preciso reduzir a exclusão social, caracterizada pela pobreza e pela desigualdade.

Quando se fala de cultura no Brasil, há sempre um discurso das dificuldades com que essa questão se apresenta ao serem desenvolvidas ações e políticas públicas para o setor. As ações culturais enfrentam adversidade, como a diversidade de manifestações existentes no país, a falta de recursos públicos para investimentos, a tradição em compreender a cultura, como Belas Artes, ou como o produto de uma classe hegemônica, da elite, direcionada nas academias e das tradições do mercado e da indústria cultural. E ainda apoiados pelas leis de incentivo, que afunilam as produções dentro de segmentos tidos como a cultura de massa e que se dispõe a produzir uma realidade difusa, imperfeita, em que não há uma relação do indivíduo com ela. Em síntese, uma cultura de alienação e preconceito.

O protagonismo dos movimentos sociais aparece à medida em que seus integrantes e suas organizações se entendem como sujeitos de suas práticas. Sujeitos que intervêm em sua realidade, desde os hábitos cotidianos até a elaboração de políticas de desenvolvimento local. Entretanto, gestões públicas de cultura pensadas nos marcos do (neo)liberalismo (“cultura é um bom negócio!”) ou do Iluminismo (“levar luzes à inculta massa”) retiram da sociedade as suas ferramentas mais preciosas: sua autonomia e seu

protagonismo. Se a cultura for pensada somente como produto, sinônimo de modernização ou negócio, o povo fica fora do palco (TURINO, 2009, p.69).

Nossa escolha pelo estudo dos Pontos de Cultura está nessa agitação social produzida nos últimos dez anos pelo Programa Cultura Viva, tendo sido uma revolução nas práticas das políticas culturais no país, acarretando grandes transformações na sociedade e principalmente dentro do poder público, sobretudo no Ministério da Cultura. Os Pontos de Cultura estão levando essa dinâmica para as localidades onde atuam, conseguem a partir de um incentivo financeiro expandir suas atividades contribuindo para uma melhora na condição de vida das pessoas no que se refere pontualmente ao crescimento humano e na oferta de novos espaços ou situações de convivência, cujas práticas culturais sejam evidenciadas. Os Pontos de Cultura conseguem unir ações sociais, culturais, econômicas e éticas que estão acima de uma perspectiva meramente econômica, mas que se alinham perfeitamente às questões do desenvolvimento local. De acordo com PEREIRA, apud FRANCO (2002), na medida em que o ser humano é um ser social, há em qualquer coletividade humana uma tendência ou propensão básica para cooperar, interpretada como uma predisposição para gerar capital social. Os Pontos de Cultura oferecem uma valorização do fazer humano e da sua cultura, estreitando entre as pessoas o respeito, a consideração, o trabalho em equipe, a solidariedade, elementos fundamentais para o desenvolvimento local a partir da mútua confiança, especialmente entre as pessoas de uma comunidade e com seus agentes culturais, seus representantes políticos e as instituições públicas. Os Pontos de Cultura promovem uma ampliação das capacidades singulares e coletivas, que são, sobretudo, éticas.

Quem acompanha uma Folia de Reis percebe que ela é puro resultado da partilha. Alguém cede adereços, tecidos, outras pessoas costuram roupas, em cada casa visitada há um prato de comida, por vezes colocado na janela para ser sorrateiramente roubado, como parte da brincadeira. Assim os participantes da Folia de Reis sobrevivem por dias; e a cultura popular sobrevive por séculos. Comumente excluídas das políticas públicas, com o Ponto de Cultura as expressões tradicionais se afirmam como sujeitos diferenciados na forma de fazer política. O programa Cultura Viva aproxima esses diversos movimentos, aqui classificados em três: a) associativos/reivindicatórios, b) novos movimentos sociais, c) manifestações culturais e tradicionais. Essa aproximação não ocorre para que um campo hegemonize outro, ou para uniformizar formas de expressão e organização, mas para que se conheçam e se exercitem na tolerância, se autoeducando no convívio em rede. “Quando os todo-poderosos governam com a irrazão e sem limites, só os que possuem nenhum poder são capazes de imaginar uma humanidade que um dia terá poder e, com isto, mudará o próprio significado desta palavra” (Terry Eagleton, “A Ideologia da Estética”). O entrelaçamento de sujeitos sociais e o seu desenvolvimento com autonomia, protagonismo e empoderamento se completam. A agenda de estímulos do programa Cultura Viva pode gerar uma nova forma de fazer política pública e de cultura política. Esta concepção cria possibilidades de construções coletivas, feitas

no processo de seu desenvolvimento. Diferente dos velhos caminhos que, mesmo quando se apresentam como novos, estão previamente definidos nas cartilhas de gestão, planejamento e gerência para a administração pública, o Cultura Viva não apresenta receitas a serem seguidas e, ao estimular e potencializar as energias sociais e culturais já existentes, valoriza a experiência social (TURINO, 2009, p.76).

No primeiro relatório feito pelo Ponto de Cultura Tribal Sobre Rodas da Animação, entregue à coordenação de prestação de contas da Secretaria de Cultura do Estado do Rio de Janeiro, há uma descrição das atividades seguindo as indicações do formulário para demonstrar o desempenho do Ponto de Cultura, de acordo com três indicadores estabelecidos pela Secretaria de Cultura de Estado do Rio de Janeiro. O primeiro se relaciona com a qualidade do projeto que foi entendido pelos responsáveis pelo ponto como sendo a construção das parcerias institucionais, envolvendo as prefeituras, as associações de moradores, as escolas e os artistas locais. Outro fator da qualidade do projeto foi visto na sustentabilidade e na autonomia das ações da Associação Cultural Tribal através dos recursos provenientes do convênio, que serviram não apenas para as outras ações da instituição, mas como apoio à comunidade artística da cidade. O indicador seguinte era a produtividade, os dois primeiros anos do projeto terminaram com um saldo de 4 apresentações extras e com a estimativa de público acima da média proposta no projeto original, de acordo com o relatório³² de 2013 da Associação Cultural Tribal, foram realizados 22 eventos na cidade de Cabo Frio que tiveram os recursos do Ponto de Cultura utilizados. O terceiro indicador era o desempenho social, alcançado de acordo com as atividades desenvolvidas pelo Ponto de Cultura, ao levar as atividades para os bairros onde não havia uma oferta e nem acesso a arte.

A extensão e a qualidade das ações atingiram sobremaneira o caráter social do projeto como havíamos almejado, que além de alcançar grande repercussão no âmbito comunitário da cidade. Tudo por conta, de termos concretizado ação sócio-cultural contínua em lugares que nunca receberam uma demanda artística de forma tão ampla (Relatório do cumprimento do objeto, 18/12/2012, coordenação de prestação de contas, Secretária de Estado de Cultura do RJ).

O benefício do Ponto de Cultura da Tribal Sobre Rodas da Animação se deu em duas esferas: primeiro em relação aos produtores locais, com os apoios às atividades culturais desenvolvidas na cidade de Cabo Frio, onde está a sede da Associação Cultural Tribal e que concentra suas atividades. Após tornar-se Ponto de Cultura, a associação pode contribuir em muitas ações culturais realizadas por outros grupos da cidade, pois dispunha de equipamentos de som, de luz, e de pessoal técnico para contribuir nas atividades realizadas na cidade. Assim

³²Disponível em <http://tribalcultural.blogspot.com.br/2013/11/relatorio-2013-associacao-cultural.html>, acesso em 20/12/2013.

foi possível cooperar a partir dos recursos e infraestrutura do seu Ponto de Cultura com o desenvolvimento de atividades locais. Um exemplo aconteceu com o evento já consagrado na cidade: o “Santo Samba”, que mensalmente ocorre na praça de São Benedito, bairro histórico de Cabo Frio. Em um o evento não houve apoio e a Associação Cultural Tribal cedeu seus equipamentos do Ponto de Cultura para que o mesmo acontecesse.

Na última edição, após fazer solicitações à prefeitura, [...] disse que chegou na Praça São Benedito, local onde é realizado o evento e não encontrou banheiros químicos. Mesmo assim a cabofriense teve que realizar o evento que reuniu no último dia 29 de dezembro, aproximadamente 1500 pessoas. "Não colocaram nem os banheiros químicos", reclama a organizadora do evento³³.

É nesse aspecto que funciona a lógica dos Pontos de Cultura: facilitar o desenvolvimento de atividades que já existem na sociedade e potencializar outras, e ir a onde o Estado não chega. No entanto, vale ressaltar que em termos de políticas culturais essas ações são muito mais mitigadoras dessa ausência histórica do Estado no campo da Cultura, do que uma ação consciente, cujo Estado se vale de certa “terceirização” a fim de desempenhar bem as suas funções na busca de uma eficiência da sua administração. Deste modo sobrecarregando a própria estrutura dos Pontos de Cultura.

A segunda esfera do Ponto de Cultura da Associação Cultural Tribal vem por conta dos subsídios que permitiram à entidade desenvolver melhor suas capacidades e suas potencialidades, oferecendo sua cultura como uma forma de comunicação e interação com a sociedade, o que foi sem dúvida o benefício para a associação. Assim a contribuição local advinda da implementação do Ponto de Cultura Tribal Sobre Rodas da Animação tem um aspecto econômico, pois o convênio permite um investimento de R\$ 180.000,00, dividido em três parcelas de R\$ 60.000,00, o que corresponde a um montante de recursos investidos na localidade, na aquisição dos equipamentos, material de consumo e pagamento dos profissionais.

Neste sentido, há um melhoramento de caráter econômico na comunidade local, especificamente cultural, (mesmo que seja em sentido emocional, de autoestima, pelas questões de atraso e burocráticas na utilização dos recursos), com o dinheiro investido no município. Já as contribuições consideradas menos econômicas se observam na oferta dos eventos destinados aos municípios contemplados pelo Ponto de Cultura da Tribal, nas oficinas realizadas nas escolas e comunidades e nas parcerias com outros agentes culturais. Essas contribuições, para o desenvolvimento local, são imensamente positivas, pois melhoram a

³³<http://g1.globo.com/rj/regiao-dos-lagos/noticia/2014/01/evento-santo-samba-muda-de-local-tradicional-em-cabo-frio-no-rj.html>, acessado em 19/08/2014.

qualidade de vida local. Com os recursos do Ponto de Cultura a entidade pode produzir um espetáculo além dos previstos no seu Ponto, que foi apresentado para a comunidade local de Cabo Frio, melhorando ainda mais essa relação.

Pelos reconhecimentos alcançados, a Associação Cultural Tribal consegue conferir mais status e fortalecer a imagem local diante dos circuitos culturais existentes no interior do Estado do Rio de Janeiro, que repercutem na imagem da cidade onde atua.

A possibilidade dessa nossa infraestrutura nos permitiu montar o Auto de Natal Nativa Idade, no qual pudemos trazer atores e atrizes da cidade que se aproximaram mais do nosso Ponto de Cultura Tribal Sobre Rodas da Animação, e levar esse trabalho para a nossa comunidade (WILSON MIRANDA JUNIOR, vice-presidente da Associação Cultural Tribal, 2013, em depoimento).

O Ponto de Cultura da Tribal é uma energia de impulso realizada por um grupo de artistas e agentes culturais, com a finalidade de levar atividades culturais às comunidades da periferia urbana e rural das cidades da Região dos Lagos que, a partir de um investimento público, conseguem articular questões relacionadas à economia, ao direito de acesso e da participação social nas suas atividades.

Contar com um ponto de cultura do naipe do Tribal Sobre Rodas da Animação, não só porque vim dele e pude no momento da necessidade contar com a sua infraestrutura em muitas das políticas culturais implementadas até agora, foi e é de imensa valia para a cultura da cidade. Se às vezes estamos impossibilitados de contemplá-lo com apoio municipal mais consistente, se dá por conta dessa mesma ligação, vamos dizer assim, entre eu e a associação. Urge que, em outras instâncias governamentais esse apoio continue a se consolidar para que a entidade não seja penalizada por ter um gestor público associado em seus quadros. Inclusive, acho que os Pontos de Cultura que temos aqui na cidade deveriam se integrar bem para que as ações conjuntas ou não possam alcançar uma ação educacional ainda mais consistente (JOSÉ FACURY HELUY, secretário de cultura de Cabo Frio em depoimento, julho de 2014).

Os Pontos de Cultura atuam nas comunidades historicamente marginalizadas e excluídas, promovendo uma unidade entre os atores desses espaços, desta forma melhorando os aspectos da vida local, e dando mais qualidade de vida às pessoas. Atuando diretamente nas dimensões: simbólica/estética, relacionada às expressões artísticas, à imaginação e às práticas culturais; a cidadã, entendendo a cultura como direito fundamental no desenvolvimento humano; e a econômica num sentido da sustentabilidade, da geração de renda e do desenvolvimento das potências produtivas. Assim foi possível compreender minimamente como funciona o dia-a-dia de um Ponto de Cultura e os seus desafios, as suas questões principais e as expectativas.

Acreditamos assim ter conseguido apresentar para além de conceitos, teorias, normas, uma prática que vem sendo, nos últimos anos, destaque nas mais importantes discussões políticas e sociais quando nos referimos às políticas culturais no Brasil. No anexo I podemos acompanhar a cronologia do Ponto de Cultura Tribal Sobre Rodas da animação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em nossa visão, o Programa Cultura Viva inaugura um novo paradigma em relação às tendências das políticas culturais vividas no Brasil após a redemocratização, que retoma o estado democrático e de direito no país. É bem razoável supor que o Programa Cultura Viva, com os Pontos de Cultura, promoveu dentro da histórica ausência de diálogos, uma aproximação entre Estado e sociedade civil. Também podemos compreender que essa aproximação se configura em algo de difícil gerenciamento, que apresenta diversas tensões nessa proposta de gestão compartilhada que há no programa, através do processo participativo com a inclusão de grupos e atores sociais.

O Programa estabelece aquilo que deveria ser constante na sociedade, o diálogo com o poder público, para todas as classes, para todas as pessoas, e não um privilégio de poucos. O Programa é bem desenhado, sua estrutura é de fácil assimilação, no entanto a burocracia contribui para diminuir seus impactos. Mas cabe um olhar menos generalista, pois por trás dessa burocracia há um estado que pouco faz para minimizar essas questões, sobre o falso pretexto de assegurar o bom uso do dinheiro público, tendo na burocracia o norte das políticas públicas.

Lula, Gilberto Gil, Juca Ferreira e Célio Turino compreendem um elenco de gestores públicos responsáveis por essa nova dinâmica e pelas importantes discussões postas sobre a tendência desse olhar que evidencia a diversidade e a pluralidade das manifestações culturais como um elemento de potência social, de emancipação humana e de efetivação da cidadania. A democratização da cultura aparece neste cenário, enquanto a possibilidade de se desvincular do mercado as tendências de afunilamento e homogeneização dos bens culturais produzidos, como o acesso aos meios de produção da cultura, que envolva os aspectos políticos, sociais, criativos e financeiros normalmente restritos a poucos grupos ou segmentos.

O Programa Cultura Viva traz uma nova dinâmica para a sociedade, ao repassar os recursos diretamente para os fazedores artísticos, inaugura um modelo de gestão compartilhada, de ampliação de redes solidárias e, sobretudo, da incorporação do desenvolvimento econômico nos processos do fazer cultural. Ao descentralizar o programa, o Minc dava um grande passo nessa dinâmica de aproximar a sociedade civil da gestão pública, além de minimizar os transtornos da distância entre a esfera federal e a sociedade civil. A gestão do programa já se apresentava logo como o grande desafio enquanto uma ação pública.

O programa estabelece um elo com a política social, pois se assegura em elementos como a redistribuição de renda e o reconhecimento. Neste sentido, o Programa atende a certas finalidades como a redução da pobreza, a inclusão social e o desenvolvimento econômico.

Acreditamos que essa nova política cultural que surge com os Pontos de Cultura oferece muito mais que simplesmente difundir a arte ou os símbolos de uma cultura, temos por ideia que uma política cultural como a Programa Cultura Viva oferta possibilidades amplas de desenvolvimento social e, sobretudo, o desenvolvimento das localidades, como podemos observar no caso do Ponto de Cultura Tribal Sobre Rodas da Animação. Ao fazer com que grupos, comunidades e territórios sejam evidenciados a partir de suas manifestações culturais, conseguimos ir muito além, trabalhamos numa perspectiva da diminuição da exclusão social, que, fora a questão econômica, se dá constantemente a partir de preconceitos e da ignorância sobre a diversidade da vida humana.

Há, no entanto, algumas questões que ainda colocam um véu sobre a realidade das políticas públicas para a cultura, nosso esforço no estudo do nosso objeto nos parece ainda não suficiente para respostas finais, o que seria uma pretensão, tendo em vista que o tema é recente. Sobretudo essas dificuldades nos apontam em dois caminhos mais sólidos, a questão orçamentária para cultura, que em todos os níveis da federação têm sido o mesmo entrave e a extensa burocracia que envolve a execução em específico do Programa Cultura Viva. Muito mais do que garantir a expressão de uma cultura, o programa consegue na sua dinâmica filosófica conceitual garantir uma existência simbólica das manifestações da vida, que não seja alienada, cujos atores sejam protagonistas de sua história, autônomos, e se empoderem de suas potências, e consigam se inserir social e economicamente na sociedade, e não fiquem dispostos às dinâmicas de um sistema que tendem a precarizar a inserção de grupos culturais e comunidades tradicionais.

Durante o período de nossa pesquisa acontece um importante momento que iria marcar a trajetória de 10 anos do Programa Cultura Viva e que não poderíamos deixar de abordar, confirmando que este trabalho ainda pode ser muito mais aprofundado, e que a história do programa está apenas começando. No dia 07 de julho de 2014 foi votada pela Câmara dos Deputados lei nº 13.018, de autoria da deputada Jandira Feghali, que institui a Política Nacional de Cultura Viva, o que significa termos o Programa Cultura Viva enquanto a mais nova lei para a cultura no país. No dia 22 de julho, a lei foi sancionada pela presidenta Dilma Rousseff. Assim o que era um programa de governo, 10 anos após a sua criação se torna uma política pública, o que assegura o quanto a sociedade tem elementos suficientes para lutar por melhores condições de vida quando a ela é dada a oportunidade de se manifestar. O Programa

Cultura Viva possibilitou à sociedade a ampliação do acesso e do conhecimento à diversidade cultural dos inúmeros grupos e comunidades espalhados pelo Brasil. Sabemos o quanto ainda há de se caminhar para que de fato tenhamos oportunidades mais justas e coerentes com a realidade dos produtores culturais.

A sociedade reconheceu no Programa Cultura Viva uma ferramenta política com novas propostas para questões que há décadas impõem uma estrutura de valorização da cultura totalmente arbitrária e excludente. Muito mais do que inserir os grupos populares nos circuitos culturais e nos processos de produção e fruição dos bens culturais, o programa conduz para uma percepção mais ampliada dessa participação, de modo a trazer para as arenas decisórias o compromisso com um debate mais qualificado em que haja uma paridade participativa e que a sociedade civil tenha poder de decisão nos caminhos e nos rumos das políticas públicas que incidem nos processos de produção da cultura.

O Programa Cultura Viva, envolve uma concepção de política cultural, que não está dentro da lógica legal e burocrática no que se refere ao tipo de financiamento público a qual são submetidos os Pontos de Cultura, no entanto já é possível pensar em uma mudança ainda que singela do aparelho burocrático estatal, a Lei Cultura Viva e o marco regulatório das organizações civis são exemplos de conseqüências do surgimento desses espaços de diálogos mais definidos entre estado e sociedade civil.

Nossas considerações caminham para um entendimento de que as políticas culturais vão muito além do apoio às produções simbólicas realizadas e apropriadas na sociedade, as políticas culturais possuem uma transversalidade que se insere, na educação, na saúde, na mobilidade urbana, no meio ambiente, no transporte público, no trabalho, espaços esses que são a base da sociedade, e são sistemas desenvolvidos ao longo da história a partir da cultura, da vida coletiva. Deste modo, as políticas culturais podem contribuir de forma mais clara e pontual nas questões da organização da vida social, a partir da regulamentação de políticas para sociedade.

Nossa convivência com os Pontos de Cultura nos mostrou os diversos conflitos, as contradições, e os desafios que hão de enfrentar, os Pontos de Cultura, em uma sociedade que ainda reafirma privilégios, preconceitos, e a exclusão como consequência natural de certos comportamentos e culturas quando desalinhados da tradição, do conservadorismo e das classes hegemônicas. O Programa Cultura Viva aparece enquanto um novo processo, um novo paradigma para sociedade brasileira, cuja finalidade se ampara substancialmente em um dos princípios dos direitos humanos: a cultura. E a sua articulação na vida social é fundamental para garantir os aspectos democráticos dessa tão sonhada cidadania.

ANEXO I

CRONOLOGIA DA ASSOCIAÇÃO CULTURAL TRIBAL

- Fundação da Associação Cultural Tributo à Arte e à Liberdade – (Tribal) - 07/12/2003.
- Registro em cartório da Ata de Fundação - 12/03/2004.
- Recebe a moção de aplausos da câmara dos vereadores de Cabo Frio - 06/05/2006.
- Torna-se entidade de utilidade pública municipal –17/10/2007.
- Participa do edital dos Pontos de Cultura do Estado do Rio de Janeiro - 01/10/2008.
- Aprovada como Ponto de Cultura Tribal Sobre Rodas da Animação, D.O - 22/05/2009.
- Assina o convênio como Ponto de Cultura - 12/05/2010.
- Divulgação no diário oficial do Estado do Rio de Janeiro - 18/05/2010.
- Início das atividades do 1º ano do Ponto de Cultura -04/06/2010.
- Inauguração do Ponto de Cultura Tribal Sobre Rodas da Animação – 02/09/2011.
- Recebe a medalha Tiradentes, Alerj - 24/11/2011.
- Início das Atividades do 2º ano do Ponto de Cultura - 13/04/2012.
- Finaliza o 2º ano do Ponto de Cultura - 31/07/2012.
- Entrega a prestação de contas parcial para liberação da parcela do 3º ano -18/12/2012.
- Inicia as atividades do 3º ano do Ponto de Cultura – 10/4/2014.

ANEXO II

Quadro 2: Atividades realizadas pela Associação Cultural Tribal³⁴.

Produções da Associação Cultural Tribal	Período
2º Festival de Esquetes de Cabo Frio (Teatro Municipal de Cabo Frio)	2004
Oficina de Humor com Duda Ribeiro (Teatro Municipal de Cabo Frio)	2004
1º de Abril – Dia da Mentira Cultural (manifestação político/cultural na praça Porto Rocha)	2005
Arraiá Cultural (Festa junina no Jardim Excelsior)	2005
Domingueira Cultural (Bar e Espaço Cultural OJÁ)	2005
Performances de dança e poesia (Bar Zen, em Arraial do Cabo)	2005
Performance de dança e música - Exposição Dom Quixote - de Flavio Pettinichi (AB Galeria)	2005
Performance de dança e música - Exposição Dom Quixote - de Flavio Pettinichi (Centro Cultura da Justiça Federal - Rio)	2005
Performance de teatro, dança e música sobre Fernando Pessoa na 1ª Festa Portuguesa de Cabo Frio (Charitas - Casa de Cultura José de Dome)	2005
Bloco da Tribal (Carnaval - saído no Espaço Cultural)	2006
Curso sobre "História do Teatro" com Aldomar Conrado - período de um ano (Convento N. Sr.ª dos Anjos - Museu de Arte Religiosa e Tradicional)	2006
Recital de Violão com Fernando Chagas (sede da Tribal)	2007
Oficina de Jongo com Dona Su (Casa 500 anos de História)	2007
Roda de Jongo no dia 13 de maio com Dona Su e Jongados na Vida (Bairro de Madureira, Rio de Janeiro)	2007
Oficina de Jongo (Colégio Canto dos Pássaros)	2007
II Maratona Fotográfica de Cabo Frio (Charitas - Casa de Cultura José de Dome)	2007
XIII Noite Cultural eventos multi-artístico - Largo São Benedito	2007
Cinema na escola - Mostra de curtas metragens (CIEP do bairro Manoel Correa).	2008
I - Fórum de Estudos da Lei Federal de Incentivo à Cultura / 6ª Superintendência Regional do IPHAN (ETCF) / Departamento de Museus e Centros Culturais (MART)	2008
Roda de Jongo - antigo Quilombo da Rasa - Projeto ACUIA UFF (Fundação Bem-te-vi, Rasa, Armação dos Búzios)	2008
Oficina de Confeção e Animação de Bonecos com Clarêncio Rodrigues (Espaço Sorriso Feliz Teatro de Marionetes)	2008
Oficina de Jongo com Dona Su (Casa 500 anos de História)	2008
Sensualidade Clandestina - Exposição Fotográfica por Flavio Pettinichi (Fábrica de Música)	2010
Mais Arte - evento multi-artístico (Teatro Municipal de Cabo Frio)	2008
Tribal na Toca da Raizeira - ciranda, jongo e forró (Toca da Raizeira).	2008
Folia de Reis - Encontro de instrumentistas e cantadores (Museu de Arte Religiosa e Tradicional - Convento de N.ª. Sr.ª dos Anjos)	2009
Roda de Jongo - dia 13 de maio (Escola Márcia Francesconi Pereira)	2009
Outro Olhar - Exposição Fotográfica por Flavio Pettinichi (Espaço Cultural)	2009
Oficina de Jongo com Sá Soraya (Escola João Guelo, Rasa, Armação dos Búzios)	2009
Dia da Consciência Negra - Jongo (Largo de São Benedito)	2010
Outono - Movimento I - Exposição Fotográfica por Flavio Pettinichi (Leste Shopping)	2010
Bonecart 6 - Festival Nacional de Teatro de Animação (Teatro Municipal de Cabo Frio)	2010
A Roda dos Brincantes Festeiros - As Três Marias (Casa dos 500 anos de História)	2010
Festa dos 7 anos da Tribal - evento multi-artístico (Largo de São Benedito)	2010

³⁴<http://www.tribalcultural3.blogspot.com.br>

ANEXO III

Quadro 3: Divulgação dos eventos culturais de relevância realizados ou não pela Tribal.³⁵

Participações e/ou apoios	Período
1ª Mostra de Teatro de Bonecos do Grupo Sorriso Feliz (Cabo Frio)	2004
Os Ecólatras (espetáculo interativo de mímica, nas praias, sobre o Meio Ambiente)	2004
Bailei na Curva (espetáculo teatral) / Farol da Madrugada (espetáculo teatral)	2004
Desabrigo (espetáculo teatral) Cabo Frio	2004
Domingueira Cultural (evento multi-artístico no Bar e Espaço Cultural OJÁ)	2005
3º Festival de Esquetes de Cabo Frio (Teatro Municipal)	2005
4º Festival de Esquetes de Cabo Frio (Teatro Municipal)	2006
Tempo de Espera - Grupo Creche na Coxia (espetáculo teatral)	2006
Etnias Culturais (evento multi-artístico, Restaurante Etnias, Rio das Ostras)	2006
Avenida Brasil - Grupo Vidança – Dança Contemporânea (Teatro Municipal de Cabo Frio)	2006
Projeto Oficina Teatro em Cena (Teatro Municipal)	2006
Bonecart 3 – Festival Regional de Teatro de Animação (Teatro Municipal de Cabo Frio)	2006
I Maratona Fotográfica de Cabo Frio (Charitas)	2006
Magia das Águas - Grupo Creche na Coxia (Teatro Municipal de Cabo Frio).	2007
A Flor do Cerrado - Grupo Creche na Coxia (espetáculo teatral)	2007
Carroça dos Sonhos - Grupo Creche na Coxia (espetáculo teatral)	2007
Projeto Quatro por Quatro - 4 espetáculos e 4 oficinas (Teatro Municipal de Cabo Frio)	2008
A permanência do folclore - palestra com Ricardo do Carmo (Convento N.ª Sr.ª dos Anjos).	2008
Lançamento do CD de poesia: "Amor de Poesia" de Ricardo do Carmo (Charitas)	2008
Grupo Correndo da Cuíca - "Cartola, no moinho do mundo" (Teatro Municipal de Cabo Frio).	2008
Cine TelaBrasil - cinema itinerante gratuito (Cabo Frio)	2008
Grupo Vidança - "Maria" dança contemporânea (Teatro Municipal de Cabo Frio)	2008
Dispersos - Inspirações em Caio Fernando Abreu (Teatro Municipal de Cabo Frio)	2008
Bonecart 4 – Festival Nacional de Teatro de Animação (Teatro Municipal de Cabo Frio)	2008
Mais Ratona Fotográfica - (Museu de Arte Religiosa e Tradicional)	2008
II Simpósio de Estudos Afro-brasileiros (Praça Santos Dumont, Búzios - RJ)	2008
A Flor do Cerrado" - Grupo Creche na Coxia (espetáculo teatral)	2008
Folia de Reis - Grupo de Arraial do Cabo-RJ (Convento N.ª Sr.ª dos Anjos)	2008
I Encontro Regional de Educação - CIEPs de Cabo Frio e São Pedro D'Aldeia	2008
Jongo no 5º Cine Mosquito (Athelier D'Aroeira)	2009
30 anos do Grupo Sorriso Feliz de Teatro de Marionetes (Teatro Municipal de Cabo Frio).	2009
Movimento pela restauração da casa do fotógrafo Wolney Teixeira	2008/09
Roda de Jongo - 1ª Mostra de Arte Total do Grupo dos Independentes (Pousada Vila Rosada.	2009
Roda de Jongo no Projeto ACUIA-UFF (Fundação Bem-te-vi, Rasa, Armação dos Búzios)	2009
Roda de Jongo - Casarão (Palmeiras)/ Calçadão Cultural (Praia do Forte)	2009
Roda de Jongo - Arraiárte (Casa 500 anos de História)	2009
Ciranda e Jongo - 7º Festival de Esquetes de Cabo Frio (Teatro Municipal)	2009
Jornada Paulo Leminski - SESC - por Jiddu Saldanha (Ramos, RJ)	2009
Festival Internacional de Teatro de Bonecos (Brasília, DF)	2009
Roda de Jongo - 8º Festival de Esquetes de Cabo Frio (Teatro Municipal)	2010
Roda de Jongo - 1º, 2º e 3º Música Mambembe (Arraial do Cabo, RJ).	2010/11

³⁵<http://www.tribalcultural3.blogspot.com.br>

ANEXO IV

Quadro 4: Documentação exigida para o conveniamento. 2011/2012.

Nº	Documentação
1	Estatuto cópia autenticada
2	Ata de eleição da diretoria
3	Identidade do presidente - copia autenticada
4	CPF do presidente - copia autenticada
5	Comprovante de endereço do Presidente - copia autenticada
6	Certidão negativa de INSS
7	Certidão Negativa de Tributos Federais e Dívida Ativa
8	Certidão de Regularidade Fiscal de FGTS
9	Certidão Negativa de Tributos Estaduais - copia autenticada
10	Certidão Negativa de Débitos da Procuradoria Geral do Estado
11	Certidão Negativa de Tributos Municipais
12	Certidões de Execução Patrimonial (1º,4º,7º,9º distribuidores)
13	Certidão Feito Trabalhista - cópia autenticada
14	Certidão Negativa do IPTU – cópia autenticada
15	Certidão Negativa de Débitos trabalhistas
16	Relatório Parcial Técnico
17	Certidão Negativa Dívida Ativa da procuradoria Geral do Município

Fonte: Rotina para conveniamento, Secretaria de Cultura do Estado do Rio de Janeiro, 2012.

ANEXO V

Email enviado à coordenação Ponto de Cultura

Novo Responder | Excluir Arquivar Lixo Eletrônico | Limpar Mover pa

Convênio Pontos de Cultura - Tribal sobre as Rodas da Animação

ARTECOMTRATO (artecomtrato@artecomtrato.com.br) Adicionar aos contatos 13/C
P fernandochagas10@hotmail.com
Cc:

De: **ARTECOMTRATO** (artecomtrato@artecomtrato.com.br)
Enviada: quinta-feira, 13 de agosto de 2009 11:07:16
Para: fernandochagas10@hotmail.com
Cc: fernandochagas10@hotmail.com, fernandochagas10@hotmail.com, fernandochagas10@hotmail.com
1 anexo | Baixar tudo como zip (52,1 KB)
Tribal sobre rodas da animação.xlsx (52,1 KB) Exibir online

Partes desta mensagem foram bloqueadas para sua segurança.
Mostrar conteúdo | Confio em artemcontrato@artecomtrato.com.br. Sempre mostrar conteúdo.

Prezados,

Após a homologação do resultado do Edital dos Pontos de Cultura, a próxima fase é a formatação de seu projeto no Plano de Trabalho padrão do Governo do Estado.

É um instrumento jurídico que tem exigências específicas e será preciso alterarmos algumas rubricas e itens de despesa a fim de atender à legislação e efetivar o convênio que irá permitir que sua Instituição receba os recursos.

Segue em anexo uma versão de seu projeto já enquadrado no formato oficial. É apenas uma sugestão e solicitamos que você leia e faça as suas alterações e mudanças.

Relatamos abaixo as sugestões de mudanças e os itens não conformes que precisam ser incluídos ou retirados.

Não Conformidades;

1. O item montagem do espetáculo envolve mão de obra e material? Caso envolva é necessário detalhar e separar.
2. Detalhar material de escritório e material para oficinas.
3. Alocar combustível como transporte.
4. Não é permitido o pagamento de provedor e manutenção de homepage

Estamos aguardando seu contato e uma reunião presencial será agendada posteriormente, no Escritório Regional do Sebrae.

Atenciosamente,

Equipe Consultores
Arte Contrato / Sebrae-RJ
Tel: 21-2007-2000

REFERÊNCIA BIBLIOGRAFIA

ALVES, P. C. **Questões teórico metodológicas das ciências sociais em saúde**. Trabalho apresentado na oficina de ciências sociais em saúde. Rio de Janeiro: Abrasco. (1995).

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. São Paulo: Editora Abril, 1984.

_____. **Política**. São Paulo: Martin Claret, 2006.

ARRETCHE, Maria T. S. Tendências no estudo sobre avaliação. In: RICCO, Elizabete Melo (Org.). **Avaliação de Políticas Sociais: uma questão em debate**. São Paulo: Cortez, 1998.

ARRETCHE, M. T. S. Políticas sociais no Brasil: **descentralização em um Estado federativo**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 14, n.º. 40, 1999.

AVALIAÇÃO DO PROGRAMA: **Arte Educação e Cidadania** - IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – 2010.

BAPTISTA, T. W. F.; Mattos, R. A. Introdução. In Mattos, R. A.; Baptista, T. W. F. **Caminhos para análise das políticas de saúde, 2011**. p. 10-19. Online: Disponível em www.ims.uerj.br/ccaps.

BARBALHO, ALEXANDRE. **O papel da política e da cultura nas cidades contemporâneas**. IN: POLÍTICAS CULTURAIS EM REVISTA, 2 (2), P. 1-3, 2009.

BARBOSA, Frederico. **Ministério da Cultura no governo Luiz Inácio Lula da Silva: um primeiro balanço**. Políticas Culturais: um campo de estudo / organização Lia Calabre. Rio de Janeiro: edições: Casa de Rui Barbosa, 2012.

BARROCO, Maria Lúcia S. **Ética: fundamentos sócio-históricos**, 3ª Ed. – São Paulo: Cortez 2010. (Biblioteca básica de serviço social; v.4).

BARROS, José Márcio, ZIVIANI, Paula. **O Programa Cultura Viva e a Diversidade Cultural**. Pontos de Cultura: Olhares sobre o programa Cultura Viva / organizadores: Frederico Barbosa, Lia Calabre. – Brasília Ipea, 2011.

BASSI, Nadia Solange Schimidt; SILVA, Christian Luiz da. **Políticas públicas e desenvolvimento local**, in: Políticas Públicas e desenvolvimento local: instrumentos de análise para o Brasil / Christian Luiz da Silva (org.). – Petrópolis, RJ: Vozes. 2012.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Política Social: fundamentos e história** / Elaine Rossetti Behring, Ivanete Boschetti. – 4ª Ed. – São Paulo: Cortez, 2008. – (Biblioteca básica de serviço social; v.2).

BOURDIEU, Pierre. **Espaço social e espaço simbólico**. In: *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas, SP: Papirus, 1996. p. 13-33

BOWEN, GA. **Document Analysis as a qualitative research method.** Qualitative Research Journal 2009 9 (2): 27-40.

BRASIL. **Ministério da Cultura.** Edital de divulgação n. 08, de 09 de março de 2010 – Prêmio.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Catálogo do Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania.** Brasília, 2004b.

BRASIL. Ministério da Cultura. Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural, **Programa Cultura Viva - Documento Base,** São Paulo- julho de 2013.

BRUNNER, José Joaquín. **La cultura como objeto de políticas.** Santiago de Chile: FLACSO, 1985. Programa n. 74, out. 1985.

_____. A propósito de políticas culturales y democracia: um ejercicio formal. Santiago de Chile: FLACSO, 1985. Programa n. 254, ago. 1985.

CADERNO B. **Virada Cultural: Movimento ganha força e se reúne com prefeito.** Jornal Folha dos Lagos, Cabo Frio, 1º de agosto de 2009, p.2.

CALABRE, Lia. **Políticas Culturais no Brasil: dos anos 1930 ao século XXI /** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009. (coleção FGV de Bolso. Série Sociedade e Cultura).

CÂMARA MUNICIPAL DE CABO FRIO. **Ata da 16ª sessão ordinária.** Segundo período legislativo da Câmara Municipal de Cabo Frio, 04 de abril do ano de 2006.

_____. **Lei nº 2.070, considera de utilidade pública municipal a Associação Cultural Tribal.** Cabo Frio 17 de Outubro de 2007.

CANO, I. **Introdução à avaliação de programas sociais.** Rio de Janeiro: FGV, 2004.

CARTILHA - **Cultura Viva** – Ministério da Cultura – Brasília - 2008.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho.** RJ: Civilização Brasileira, 2001.

CHAGAS, Adriano Fábio Silva, **Adriano Fábio Silva Chagas:** Em depoimento, Cabo Frio [2013].

CHAUÍ, Marilena de Sousa. **O que é ideologia.** São Paulo: abril cultural: brasiliense, 1984. (Coleção primeiros passos; 7).

_____. **Cidadania cultural: relato de uma experiência institucional.** In: *Cidadania Cultural: o direito à cultura.* São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006. p. 65-102.

COELHO, Teixeira. **Dicionário crítico de política cultural cultura e imaginário.** São Paulo: Editora Iluminuras. Ltda. 1997.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Marxismo e Política. A dualidade de poderes e outros ensaios.** São Paulo: Cortez 1994.

DICIONÁRIO DE POLÍTICAS PÚBLICAS. Organizadores: Carmem Lúcia Freitas de Castro, Cynthia Rúbia Braga Gontijo, Antônio Eduardo de Noronha Amabile. Barbacena: EdUEMG, 2012.

DOMINGUES, João L. Pereira. **Programa Cultura Viva: Políticas Culturais para a emancipação das classes populares.** Universidade Do Estado Do Rio De Janeiro. Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana. Rio de Janeiro, Maio de 2008.

ECONOMIA VIVA E SOLIDÁRIA: **Estudo propositivo de alternativas de sustentabilidade financeira dos Pontos e Pontões de Cultura** – Andreia Saraiva – Minc/Pnud – Brasília – 2010.

FLICK, U. **Posturas teóricas subjacentes à pesquisa qualitativa.** In Introdução à pesquisa qualitativa. Flick, U Porto Alegre: Artmed Bookman 2009. Capítulo 28 - 29.

FRASER, Nancy. **Reconhecimento sem ética?** In Revista Iua nova. N 70.2007.

FREIRE, Paulo. **Política e educação.** 8ª edição – revisada e ampliada. Indaiatuba, SP – Villa das Letras, 2007 (Coleção Dizer a palavra).

FREEMAN, R. Maybin, Jo. **Documents, practices and policy.** Evidence & Policy 2011 (7): 155- 170.

GIL, Gilberto. **Discursos do Ministro da Cultura Gilberto Gil.** Cadernos do Do-In Antropológico, Brasília, DF, n. 01, dez. 2003.

GOTTSCHALL, Carlota. **A produção de estatísticas Culturais. Políticas Culturais: um campo de estudo.** Organização Lia Calabre. Rio de Janeiro: edições: Casa de Rui Barbosa, 2012.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade,** tradução Tomaz Tadeu da Silva. Guaracira Lopes Louro – 11ª Ed., 1. Reimp. – Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

HOBBS, Thomas. **Leviatã.** Ed. Martin Claret, São Paulo, 2006.

HELUY, José Facury. **Tribal, um ponto cultural.** Jornal Folha dos Lagos. Cabo Frio, 27 de maio de 2009, p. 2.

_____. José Facury Heluy, em depoimento, Cabo Frio. [2014].

LEPRE, Aurélio. **O prisioneiro: a vida de Antonio Gramsci.** Tradução de Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Record.

LOPES, Juliana. **Ação Griot: Uma proposta política nacional,** in: pontos de Cultura: olhares sobre o programa Cultura Viva / organizadores Frederico Barbosa, Lia Calabre. – Brasília: Ipea, 2011.

JARDIM, José Maria; SILVA, Sérgio Conde de Albite; NHARRELUGA, Rafael Simone. Análise de políticas públicas: uma abordagem em direção às políticas públicas de informação. **Perspect. ciênc. inf.**, Belo Horizonte, v. 14, n. 1, Apr. 2009

JUNIOR, Wilson Miranda, **Wilson Miranda Junior**, em depoimento, Cabo Frio: [2013]

KROETZ, M. et al. **Crescimento econômico x desenvolvimento: aspectos do crescimento econômico da região de rio do sul e o reflexo nas questões sociais**. Revista Caminhos, Online, “Dossiê Gestão”, Rio do Sul, v. 1, n. 1, p. 25-45, out./dez. 2010.

MINISTÉRIO DA CULTURA. **Cultura Viva. Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania**. Brasília: Ministério da Cultura, 2005.

MATTOS, R. A. **Ciência, Metodologia e Trabalho Científico (ou Tentando escapar dos horrores metodológicos)**. In Mattos, R. A.; Baptista, T. W. F. (Orgs.) Caminhos para análise das políticas de saúde, 2011. p.20-51. Online: disponível em www.ims.uerj.br/ccaps.)

_____. **Breves reflexões sobre os caminhos da pesquisa**. In Mattos, R. A.; Baptista, T. W. F. Caminhos para análise das políticas de saúde, 2011. p. 257-261 . Online: disponível em www.ims.uerj.br/ccaps.

PEREIRA, César de Mendonça. **Política pública e desenvolvimento local: Análise do Ponto de Cultura Estrela de Ouro de Aliança, em Pernambuco**. Pontos de Cultura: Olhares sobre o Programa Cultura Viva. Organizadores: Frederico Barbosa, Lia Calabre. – Brasília Ipea, 2011.

PIVA, Glauber. **Cultura: políticas e novas visibilidades. 10 anos de governo pós-neoliberais no Brasil; lula e Dilma**. Emir Sader (org). – São Paulo, SP: Boitempo; rio de Janeiro: Flacso Brasil 2013.

POLÍTICAS CULTURAIS: **Pesquisa e formação/organização de lia Calabre**. – São Paulo: Itaú Cultural; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2012.

POLÍTICAS CULTURAIS: **reflexões sobre gestão, processos participativos e desenvolvimento**. Organização de Lia Calabre. – São Paulo: Itaú Cultural; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2009.

PONTO DE CULTURA: **O Brasil de baixo para cima**. Célio Turino. – São Paulo: Anita Garibaldi, 2009.

RELATÓRIO. **Ponto de Cultura Tribal Sobre rodas da Animação**. Relatório do cumprimento do objeto de 18 de dezembro de 2012. Coordenadoria de Prestação de contas. Secretária de Estado de Cultura do RJ.

REZENDE, M.; Baptista, T. W. F. **A Análise da Política proposta por Ball**. In Mattos, R. A.; Baptista, T. W. F. *Caminhos para análise das políticas de saúde*, 2011. p.173-180 . Online: disponível em www.ims.uerj.br/ccaps.

RIO DE JANEIRO. **Extrato de termo:** Instrumento: termo de convênio nº 46/2010. Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro terça-feira, 18 de maio de 2010, parte 1, p. 40.

RODRIGUES, Carla. **Ética e cidadania.** Carla Rodrigues, Herbet de Souza – São Paulo: Moderna, 1994 – (Coleção polêmica).

RODRIGUES, Luiz Augusto F. **Do pensamento às palavras: instrumento metodológico para a análise dos discursos.** In: Cadernos UniFOA. Edição nº 12, abril/2010. p. 87-95

_____. **A guetificação do espaço universitário.** In: Universidade e a fantasia moderna: a falácia de um modelo espacial único. Niterói, RJ: EdUFF, 2001. p.169-176.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. **Cultura e Políticas culturais.** Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2001.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. **Políticas culturais do governo Lula / Gil: desafios e enfrentamentos.** Intercom – Revista Brasileira de Ciências da Comunicação 184 São Paulo, v.31, n.1, p. 183-203, jan./jun. 2008.

SAMPAIO, Araujo jr. **Análise das políticas públicas: uma proposta metodológica para o estudo no campo de prevenção a AIDS.** Rev. Bras. Matern. Infant. Recife – 2006.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único á consciência universal.** 22ª Ed. Rio de Janeiro: Record 2012.

SESSÃO VARIEDADES. **Tribal Referência em cultura em Cabo Frio e Região dos Lagos.** Jornal Folha dos Lagos, Cabo Frio, 14 de agosto de 2007, p. 4.

SESSÃO CIDADE. **Cidade viva mobiliza e conquista antigo sonho de todos – Cultura terá fórum permanente.** Jornal Folha dos Lagos, Cabo Frio, 24 de julho de 2009, p.5.

SILVA, Edna Lúcia da. **Metodologia da Pesquisa Científica e elaboração de Dissertação-4ª.Ed.** Florianópolis; UFSC2005.

SILVA, Christian Luiz da. **Políticas Públicas e desenvolvimento local: instrumentos de análise para o Brasil /** Christian Luiz da Silva (org.). – Petrópolis, RJ: Vozes. 2012.

SILVA, Frederico A. Barbosa da; ARAÚJO, Herton Ellery (orgs.). **Cultura Viva: avaliação do programa arte educação e cidadania.** Brasília: IPEA, 2010. p. 11-38

SOUZA, Allan Rocha. **Os Direitos Culturais no Brasil.** Rio de Janeiro, Azougue Editorial. (2012).

SOUZA, C. **Políticas Públicas: uma revisão da literatura.** *Sociologias* 2006; 8 (16): 20-45.***

TAYLOR, Charles. **A política do reconhecimento.** In: TAYLOR, Charles [et al.]. *Multiculturalismo: examinando a política de reconhecimento.* Lisboa: Instituto Piaget, 1994. p. 45-94.

TRIBAL, Associação Cultural Tributo à Arte e à Liberdade. **Estatuto Social**. Associação Cultural Tributo à Arte e à Liberdade, de 07 de dezembro de 2003.

TRIBAL SOBRE RODAS DA ANIMAÇÃO. **Ponto de Cultura**. Relatório - arquivo interno. Cabo Frio, 2011.

PÁGINAS DE INTERNET

[HTTP://g1.globo.com/rj/regiao-dos-lagos/noticia/2014/01/evento-santo-samba-muda-de-local-tradicional-em-cabo-frio-no-rj.html](http://g1.globo.com/rj/regiao-dos-lagos/noticia/2014/01/evento-santo-samba-muda-de-local-tradicional-em-cabo-frio-no-rj.html), acessado em 19/08/2014.

[HTTP://www.tribalcultural3.blogspot.com.br](http://www.tribalcultural3.blogspot.com.br)

[HTTP://tribalcultural.blogspot.com.br/2013/11/relatorio-2013-associacao-cultural.html](http://tribalcultural.blogspot.com.br/2013/11/relatorio-2013-associacao-cultural.html), acesso em 20/12/2013.